

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELIETE APARECIDA LOCATELLI VAGO

**O ENSINO DA LEITURA E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE LEITORES
NA ESCOLA PRIMÁRIA DE SANTA TERESA (ES) NA DÉCADA DE
1960**

VITÓRIA

2013

ELIETE APARECIDA LOCATELLI VAGO

**O ENSINO DA LEITURA E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE LEITORES
NA ESCOLA PRIMÁRIA DE SANTA TERESA (ES) NA DÉCADA DE
1960**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Linguagens.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cleonara Maria Schwartz.

VITÓRIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial de Educação,
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

V126e Vago, Eliete Aparecida Locatelli, 1967-
O ensino da leitura e práticas de formação de leitores na
escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960 / Eliete
Aparecida Locatelli Vago. – 2013.
156 f. : il.

Orientadora: Cleonara Maria Schwartz.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Ensino primário. 2. Educação – Santa Teresa (ES) –
História. 3. Leitura – Estudo e ensino. I. Schwartz, Cleonara
Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

ELIETE APARECIDA LOCATELLI VAGO

***O ENSINO DA LEITURA E PRÁTICAS DE
FORMAÇÃO DE LEITORES NA ESCOLA PRIMÁRIA
DE SANTA TERESA (ES) NA DÉCADA DE 1960***

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado
Interinstitucional em
Educação da Universidade
Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para
obtenção do Grau de Mestre
em Educação.

Aprovada em 25 de abril de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Cleonara Maria Schwartz
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Cláudia Maria Mendes Gontijo
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Maria Amélia Dalvi Salgueiro
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Ao Senhor, que é
“[...] o meu Pastor e nada me falta”
(Salmo 23).

AGRADECIMENTOS

Agradecer sim, mas também correr o risco de esquecer nomes especiais, pois essa pesquisa me fez conhecer, participar, entrar na vida de muitas pessoas. Pessoas desconhecidas que se tornaram amigas e misturaram sorrisos e lágrimas em seus semblantes ao buscarem em sua memória lembranças que pudessem colaborar com os meus escritos.

As lágrimas ao telefone da professora que deixou Santa Teresa (ES) por motivos de grandes dores pessoais. Lágrimas misturadas a uma imensa alegria da aluna que guardava seus cadernos e não imaginava sua grande colaboração com a memória da escola primária do município. Professores, alunos, são tantas as pessoas que enumerá-las seria quase impossível, pois nesse percurso estive rodeada de muita gente, gente de verdade, gente que me ajudou a conquistar e a tornar essa caminhada de alguma forma mais leve, tranquila e cheia de encantos.

Em especial agradeço a Deus por me permitir tantas coisas.

Ao meu esposo Jorzia e minha filha Carolina, o carinho, a compreensão e o apoio de vocês foi incondicional.

À minha mãe e ao meu pai (*sempre presente*), devo muito do que sou a vocês.

À minha mais que amiga Sanandreaia, companheira que esteve desde o início e continua sempre comigo dividindo os momentos alegres e tristes vividos.

À Walkyria, pela amizade, incentivo e apoio em momentos tão necessários.

À minha professora e orientadora Dr^a Cleonara Maria Schwartz, por despertar em mim o encantamento pela história da educação. E, também, pela amizade, pelo respeito, por me ensinar os caminhos da pesquisa e por ter acreditado em mim, tornando possível a realização deste trabalho.

Às colegas do grupo de estudo da linha de pesquisa Educação e Linguagens: Fernanda, Gisele, Joselma, Neusa, Regina, Rosalina e Sueda, pelas leituras e interlocuções que muito enriqueceram esses escritos. E, ainda, pela amizade, carinho e incentivo constante.

Aos membros da banca de defesa: Profª Drª Cláudia Maria Mendes Gontijo, Profª Drª Maria Amélia Dalvi Salgueiro e Profª Drª Vera Lucia Gaspar da Silva, pela disponibilidade de participar desse momento e pelas valiosas contribuições que tanto enriqueceram esse trabalho.

Ao Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, exemplo de respeito, dedicação e humildade.

Aos colegas da turma do MINTER 2011, a convivência com vocês foi um aprendizado muito grande.

Ao querido Frei José Ângelo Corteletti e ao Sr. Antonio Ângelo Zurlo, exemplos de dedicação e empenho em manter viva a memória de Santa Teresa.

Aos colegas de trabalho do IFES *Campus* Santa Teresa, pelas palavras de incentivo e apoio. Em especial à Simone e à Suzana, companheiras e amigas de sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, que apoiou o desenvolvimento desta pesquisa e aos professores que estiveram partilhando seus conhecimentos no decorrer das disciplinas cursadas. Em especial, ao Profº Drº Rogério Drago e a Profª Drª Cláudia Maria Mendes Gontijo, a contribuição de vocês para a minha formação acadêmica foi muito significativa.

Ao Instituto Federal do Espírito Santo e em particular ao *Campus* Santa Teresa, por valorizar a formação de seus profissionais concedendo-me a licença para a realização deste estudo.

À Prefeitura Municipal de Santa Teresa, representada pelas Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, e pela Câmara Municipal, por abrir suas portas em apoio a esta pesquisa.

Às pessoas e todas as instituições que de suas maneiras diferentes tiveram participações muito significativas no decorrer desse percurso, meu sincero, muito obrigado!



A história está, pois, em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele; nessas linhas que traçam a imagem de uma atualidade, demarcando-a de seu outro, mas que atenua ou modifica, continuamente, o retorno do “passado” (CERTEAU, 2010, p. 48).

RESUMO

Esta pesquisa de Mestrado teve por objetivo investigar o ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária de Santa Teresa (ES), na década de 1960. Trata-se de uma pesquisa histórica que se utilizou de fontes documentais variadas e seguiu princípios teórico-metodológicos da História Cultural. Elegemos fontes documentais como atas de reuniões pedagógicas, atas de sessões da Câmara Municipal, correspondências oficiais, legislações, relatórios de governo, mensagens, livros escolares, materiais de orientações para a escola (Federal e Estadual), provas e cadernos de alunos, dentre outros materiais produzidos por diferentes agentes como legisladores e profissionais da escola primária teresense. Para a leitura e a análise do *corpus* documental dialogamos com categorias/conceitos como: representação, prática, apropriação, táticas e estratégias tomados a partir da concepção de autores como Michel de Certeau e Roger Chartier. A análise das fontes empreendida ao longo do processo da escrita desse trabalho possibilitou inferir que circularam no município de Santa Teresa (ES), na década de 1960, materiais e métodos que puseram em voga o método global, considerado como mais adequado pelos agentes responsáveis pela política educacional para o ensino da leitura naquele espaço/tempo. Em contrapartida, ao abordarmos as apropriações que foram feitas desses materiais e métodos nas práticas educativas da escola primária teresense, percebemos o uso de materiais e métodos que se opunham ao prescrito pelo oficial, fazendo valer a permanência do ensino da leitura pelos métodos tradicionais, mantendo tensões entre o prescrito e o praticado. Desse modo, percebemos que outras maneiras de ensinar a leitura, bem como a escrita, resistiram e ganharam vida autônoma na rotina dos professores em escolas primárias teresenses. No que se refere ao perfil do leitor que essas práticas escolares permitiram formar, percebemos uma inclinação da escola primária teresense para o ensino da leitura fundamentada nos livros escolares, cuja formação era voltada para os valores morais e cívicos, capaz de formar o cidadão com um caráter nacional inculcado de “bons hábitos” compatíveis com a vida social refletida naquele momento da história.

Palavras-chave: Ensino primário. Educação - Santa Teresa (ES) - História. Leitura – Estudo e ensino.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the teaching of reading and training practices of readers in Santa Teresa Elementary School (ES), in the 1960s. It is characterized as a search for documentary stamp, guided by theoretical and methodological principles of Cultural History. Therefore, we made use of documentary sources as pedagogical meeting minutes, meeting minutes of the Câmara Municipal, official correspondence, laws, reports of government, messages, textbooks, guided materials for the school (federal and estadual), tests and notebooks of students, among other objects produced by different legislators and professional staff of the Teresense primary school. To read and analyse the documental corpus we dialogue with categories / concepts as: representation, practice, appropriation, strategies and tactics taken from the conception of authors as Michel de Certeau and Roger Chartier. The analysis of the sources taken during the process of writing this paper possible to infer that circulated in the city of Santa Teresa (ES) in the 1960 materials and methods that put the global method in vogue, considered the most suitable for the agents responsible for education policy for teaching reading in that space / time. In contrast, by addressing the appropriations that were made of these materials and methods in the educational practices of Teresense primary school, we realized the use of materials and methods that were opposed by the prescribed officer, enforcing the permanence of teaching reading by the traditional methods keeping tensions between the prescribed and practiced. Thus, we realized that other ways of teach reading and the writing, resisted and gained autonomous life in the routine of teachers in Teresense primary school. Regarding the profile of the reader that these practices have allowed school graduate, noticed an inclination of Teresense primary school for teaching reading based on textbooks, whose training was focused on the moral and civic values, capable of forming a citizen with a national character instilled good habits compatible with social life reflected in that moment of history.

Keywords: Primary education. Education – Santa Teresa (ES) - History. Reading – Study and teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desfile cívico das Escolas Reunidas de “Patrimônio de Santo Antonio” no ano de 1965.....	7
Figura 2 – Circular nº 250/63 enviada pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas da Secretaria de Educação e Cultura para as Escolas Reunidas de “São Roque”, 1963.....	72
Figura 3 – Carta-Circular de 18 de outubro de 1963 enviada pelo Centro Audiovisual de Vitória (ES) para as Escolas Reunidas de “São Roque”, 1963.....	73
Figura 4 – Capa do livro <i>O flanelógrafo: confecção e utilização</i> pertencente ao acervo do COLTED.....	75
Figura 5 – Capa do livro <i>Mais vida na sala de aula</i> pertencente ao acervo do COLTED.....	75
Figura 6 – Capa do <i>Manual do Alfabetizador</i>	77
Figura 7 – Capa do livro <i>Exercícios de leitura silenciosa e linguagem</i>	79
Figura 8 – Capa do livro <i>Infância Brasileira</i> destinado à 1ª série primária.....	80
Figura 9 – Capa do livro <i>Primeiros passos na linguagem</i>	81
Figura 10 – Índice do livro <i>Primeiros passos na linguagem</i>	81
Figura 11 – Capa do livro <i>A caminho da leitura: preparação da criança para a aprendizagem da leitura</i>	82
Figura 12 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”.....	89
Figura 13 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”.....	89

Figura 14 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	89
Figura 15 – Fragmento do caderno da aluna do segundo ano da Escola Singular “São Dalmácio”	91
Figura 16 – Fragmento do caderno do aluno do primeiro ano “A” da Escola Singular “Picadão do Mutum”	92
Figura 17 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	93
Figura 18 – Capa da <i>Cartilha Ensino Rápido da Leitura</i>	94
Figura 19 – Primeira lição da <i>Cartilha Ensino Rápido da Leitura</i> , p. 3.....	95
Figura 20 – Página 14 da <i>Cartilha do Ensino Rápido da Leitura</i>	95
Figura 21 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	96
Figura 22 – Página 11 da <i>Cartilha Ensino Rápido da Leitura</i>	96
Figura 23 – Fragmento do caderno do aluno do primeiro ano “A” da Escola Singular “Picadão do Mutum”	97
Figura 24 – Capa da <i>Cartilha do Povo</i>	98
Figura 25 – Oitava lição da <i>Cartilha do Povo</i>	99
Figura 26 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	99
Figura 27 – Primeira lição da <i>Cartilha do Povo</i>	100
Figura 28 – Capa da cartilha <i>Onde está o patinho?</i>	102
Figura 29 – Lição da cartilha <i>Onde está o patinho?</i>	103

Figura 30 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”.....	103
Figura 31 – Capa da cartilha <i>O Livro de Lili</i>	105
Figura 32 – Primeira lição de <i>O Livro de Lili</i> em letra de imprensa.....	106
Figura 33 – Primeira lição de <i>O Livro de Lili</i> em letra de cursiva.....	106
Figura 34 – Primeira lição de <i>O Livro de Lili</i> (atividade da lição com fichas de sentencição).....	107
Figura 35 – Primeira lição de <i>O Livro de Lili</i> (atividade da lição com fichas de palavração).....	107
Figura 36 – Primeira lição de <i>O Livro de Lili</i> (atividade da lição com fichas de silabação).....	107
Figura 37 – Fragmento da prova de Língua Vernácula da aluna do quarto ano da Escola Singular “Fazenda Orlando Moschem”.....	108
Figura 38 – Fragmento do <i>livro Infância Brasileira</i> (1ª Série).....	108
Figura 39 – Capa do livro <i>Infância Brasileira</i> destinado à 1ª série primária.....	109
Figura 40 – Capa do livro <i>Meus Exercícios</i> destinado à 2ª Série primária.....	110
Figura 41 – Página 11 do livro <i>Meus Exercícios</i> (2ª Série primária).....	111
Figura 42 – Fragmento do caderno da aluna do quarto ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”.....	111
Figura 43 – Continuação do fragmento do caderno da aluna do quarto ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”.....	112
Figura 44 – Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”.....	115

Figura 45 – Fragmento do caderno da aluna do quarto ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	116
Figura 46 – Fragmento do caderno do aluno do segundo ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	117
Figura 47 – Fragmento do caderno do aluno do segundo ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	118
Figura 48 – Fragmento do caderno da aluna do quarto ano da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	119
Figura 49 – Continuação do fragmento do caderno da aluna do quarto ano da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”	120
Figura 50 – Página inicial do índice do livro <i>Infância Brasileira</i> destinado à 1ª Série primária.....	121
Figura 51 – Lição da <i>Cartilha Ensino Rápido da Leitura</i> , p. 5.....	122
Figura 52 – Lição da <i>Cartilha Ensino Rápido da Leitura</i> , p. 40-41.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo dos títulos direcionados ao ensino da leitura.....	78
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 04 – Distribuição do acervo documental de cadernos escolares utilizados para análise.....	86
Tabela 05 – Síntese das ocorrências de atividades que contemplaram o trabalho com a leitura/escrita nos cadernos escolares.....	87 - 88

LISTA DE SIGLAS

- ACARES – Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
- ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- APEES – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo
- BPES – Biblioteca Pública Estadual
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
- COLE – Congresso de Leitura do Brasil
- COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
- DOPP – Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas
- JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MEC/USAID – Ministério da Educação e Cultura/United States Agency International
for Development
- MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- MOCCA – Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo
- PABAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
- PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
- SEDU – Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O ENSINO DA LEITURA COMO OBJETO DE ESTUDO	21
1.1 A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO	21
1.2 DIÁLOGOS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DA LEITURA.....	23
1.3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DA LEITURA NO ESPÍRITO SANTO.....	29
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA	38
3 O ENSINO PRIMÁRIO NA DÉCADA DE 1960	45
3.1 DO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK AO GOLPE DE 1964.....	46
3.2 DO GOLPE MILITAR AO “MILAGRE BRASILEIRO”	55
4 A CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS E MÉTODOS DE ENSINO EM SANTA TERESA (ES) NA DÉCADA DE 1960	66
4.1 PRINCÍPIOS RENOVADORES, MATERIAIS E MÉTODOS DE ENSINO	69
5 APROPRIAÇÕES DE MATERIAIS E MÉTODOS DE ENSINO DA LEITURA NA ESCOLA PRIMÁRIA TERESENSE	84
5.1 FORMAÇÃO DO LEITOR NA ESCOLA PRIMÁRIA TERESENSE	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS E FONTES DOCUMENTAIS	128
APÊNDICES	138

APÊNDICE A - Tabela 01 – Demonstrativo dos trabalhos acadêmicos apresentados nas reuniões da Anped que tratam da temática "leitura" no Grupo de Trabalho 02 (História da Educação).....	139
APÊNDICE B - Tabela 02 – Demonstrativo das temáticas enfocadas nos trabalhos sobre leitura do PPGE da UFES no período de 1982 a 2011.	140
APÊNDICE C – Síntese das pesquisas que trataram sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo	141
APÊNDICE D - Tabela 03 – Demonstrativo dos trabalhos acadêmicos apresentados nas reuniões da Anped que tratam da temática "leitura" no Grupo de Trabalho 10 (Alfabetização, leitura e escrita)	146
APÊNDICE E - Termo de consentimento livre e esclarecido	147
APÊNDICE F – Relação de fontes referentes ao corpus documental da pesquisa .	150
ANEXOS	155
ANEXO A - Divisão regional do estado do Espírito Santo em microrregiões de gestão administrativa	156

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Mestrado teve por objetivo investigar o ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária de Santa Teresa (ES), na década de 1960. A opção por essa década como recorte temporal de nosso estudo deveu-se ao fato de, no cenário brasileiro, esse período ter sido marcado por vários acontecimentos como: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, após longa discussão do texto, o golpe militar de 1964, os conflitos entre a igreja católica e as escolas públicas laicas, os chamados “movimentos de educação popular”, o projeto de reforma universitária, tendo todos esses acontecimentos sido oriundos de pressões sociais e políticas que interferiram na organização escolar brasileira (RIBEIRO, 2003).

Estudos de Souza (2008a) e Veiga (2007) apontam que o ensino primário, desde o início da década de 1960, apresentou graves problemas como a insuficiência de atendimento escolar primário. Segundo dados do Plano Nacional de Educação de 1961, a escola primária não chegava a atender 60% da demanda das crianças em idade escolar, ou seja, 12 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade estavam fora dela.

Souza (2008a, p. 243) enfatiza que “[...] o maior problema era sem dúvida o alto índice de repetência e evasão reveladores da enorme seletividade escolar que forçava a saída precoce das crianças dos bancos escolares”. Somados a esses problemas, o ensino primário na década de 1960 sofria, também, com a precariedade da formação dos professores, os baixos salários do magistério, as precárias condições de infraestrutura que se agravavam principalmente nas escolas rurais, o tradicionalismo nas práticas de ensino e nos programas escolares. Considerando esses problemas, educadores brasileiros acreditavam na necessidade da reconfiguração da escola primária (SOUZA 2008a).

Esses mesmos problemas faziam parte do cenário educacional do estado do Espírito Santo nesse período, conforme sinalizam os estudos de Zunti (2008) e Silva (1995). Diante dessa problemática, buscamos compreender como os acontecimentos no âmbito da educação primária nacional e estadual na década de 1960 também afetavam o ensino primário de Santa Teresa (ES) e de que forma

propiciaram mudanças e/ou permanências nas maneiras de ensinar a leitura na escola primária teresense.

Vale destacar que nosso interesse pelo ensino da leitura e práticas de formação de leitores foi consequência também, da necessidade de produção acerca da história do ensino da leitura apontada nos estudos de Ferreira (2003) e Lacerda (2007), assim como a não existência de estudos dessa natureza no município de Santa Teresa (ES).

Esta investigação se trata de uma pesquisa histórica que se utilizou de fontes documentais variadas e seguiu princípios teórico-metodológicos da História Cultural. Elegemos fontes documentais como atas de reuniões pedagógicas, atas de sessões da Câmara Municipal, correspondências oficiais, legislações, relatórios de Governo, mensagens, livros escolares, materiais de orientações para a escola (Federal e Estadual), provas e cadernos de alunos, dentre outros materiais produzidos por diferentes agentes como legisladores e profissionais da escola. Buscamos nessas fontes compreender princípios teóricos, apropriações e implicações nas práticas de ensino da leitura institucionalizadas na/pela escola primária e, conseqüentemente, para a formação de leitores nesse determinado espaço/tempo.

Assim, nosso estudo empreendeu uma análise de natureza histórica de aspectos da cultura escolar do município de Santa Teresa (ES), com o propósito “[...] de contribuir para o delineamento de uma história do ensino da leitura que auxilie na compreensão de mudanças e permanências no que tange às relações entre teorias e práticas efetivadas no ensino da leitura na escola primária capixaba” (SCHWARTZ, 2011, p. 1).

Para atender ao objetivo proposto e possibilitar compreensões a partir das questões orientadoras desse estudo, organizamos esta dissertação em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos nossa trajetória profissional e nossa vivência em espaços/tempos de ensino da leitura e escrita no contexto educacional teresense, assim como, nossa aproximação com documentos e fontes históricas que motivaram o interesse pelo estudo sobre o ensino da leitura em Santa Teresa (ES). Em seguida, dialogamos com produções acadêmicas que se dedicaram a investigar a história do ensino da leitura institucionalizada e suas práticas no Brasil, em

particular, no estado do Espírito Santo. A partir dessas leituras, apresentamos nosso problema de pesquisa e as questões de investigação.

No segundo capítulo, apresentamos princípios teórico-metodológicos que subsidiaram a investigação, dialogando com Michel de Certeau (1998, 2010) e Roger Chartier (1991, 1998, 2002, 2009, 2010), dentre outros autores que nos ajudaram a compreender a história do ensino da leitura na escola primária.

No terceiro capítulo, buscamos pontuar algumas mudanças sócio-políticas e econômicas ocorridas na década de 1960, a fim de compreender as relações que afetaram o ensino primário em âmbito nacional, estadual e municipal. Para isso, nos apoiamos em autores e pesquisas que discorreram sobre essa temática, e fizemos uso de legislações, relatórios e mensagens do governo do estado do Espírito Santo, de atas de reuniões pedagógicas das escolas primárias teresenses e atas de reuniões da Câmara Municipal de Santa Teresa (ES).

No quarto capítulo, analisamos materiais e métodos que circularam na escola primária de Santa Teresa (ES) para orientação do ensino da leitura e práticas de formação de leitores na década de 1960. Tomamos como fontes principais atas de reuniões pedagógicas e correspondências oficiais enviadas pela Secretaria de Educação e Cultura do estado do Espírito Santo às Escolas Reunidas de “São Roque” que evidenciaram materiais e métodos de ensino da leitura propostos às escolas primárias. Além das fontes citadas, buscamos auxílio em materiais representativos da produção editorial do Programa da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).

No quinto e último capítulo, abordamos apropriações que professores e alunos fizeram de materiais e métodos de ensino da leitura, que circularam na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960 e suas implicações na formação de leitores. Essas apropriações efetivadas a partir de práticas de ensino da leitura e da escrita foram materializadas em cadernos escolares e em provas parciais e finais realizadas pelos alunos, nos discursos inscritos em atas de reuniões pedagógicas, bem como em outros suportes de registros escolares que permitiram rastros dessa memória escolar teresense.

Apresentamos, por último, as considerações finais ocupando-nos em responder às questões que encaminharam esta pesquisa.

1 O ENSINO DA LEITURA COMO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo, apresentamos nossa trajetória profissional e nossa vivência em espaços/tempos de ensino da leitura e escrita no contexto educacional teresense, assim como nossa aproximação com documentos e fontes históricas passíveis de investigação, expressando o que nos oportunizou definir o objeto de estudo. Em seguida, dialogamos com produções acadêmicas que se dedicaram a investigar a história do ensino da leitura institucionalizada e suas práticas no Brasil, em particular, no estado do Espírito Santo, com a finalidade de situar nosso estudo no contexto geral dessa temática. A partir dessas leituras, apresentamos nosso problema de pesquisa e as questões que orientam nossa investigação.

1.1 A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO

Nossa iniciação profissional como docente ocorreu na zona rural do município de Santa Teresa (ES) na Escola Municipal Unidocente “Carneiro”, nos anos de 1988 e 1989. A experiência foi realizada em sala multisseriada. O trabalho docente acumulava atividades de natureza diversa, como limpeza da escola, preparo da merenda escolar diária e atividades de cunho administrativo que eram agravadas pelas limitações de infraestrutura e carência de recursos materiais e didáticos. O desafio era árduo para uma professora que iniciava a sua carreira.

Essa condição de trabalho afetava o ensino das crianças, principalmente pelo fato de não conseguir atender às necessidades e às especificidades das crianças das quatro séries do ensino primário, em especial daquelas que apresentavam dificuldades de aprendizagem. Nossa ação docente se restringiu à tentativa de aplicar as orientações propostas pela Secretaria Municipal de Educação e isso sempre nos causou um incômodo profissional. Pois, como Candido (1989), reconhecemos a importância e a necessidade do ato de ler como enriquecimento humano na medida em que desenvolve nos leitores a capacidade de se tornar mais compreensivo e aberto em relação à sua visão do mundo. No entanto, com as condições de trabalho de que dispúnhamos, isso se tornava muito difícil. O máximo que conseguia era ensinar as crianças a lerem decodificando a escrita de palavras, frases e pequenos textos.

No período de 1990 até 1994, trabalhamos na Escola Municipal “Antonio Valesine”, com a quarta série do Ensino Fundamental. O trabalho com uma única série propiciava uma prática diária que envolvia uma proposta pedagógica mais dinâmica quanto ao ensino da leitura e da escrita. No entanto, mantiveram-se lacunas advindas dos desafios desse ensino que eram difíceis de serem sanadas, devido a deficiências da formação no curso de magistério.

A trajetória docente foi interrompida em 1994 em virtude da nossa aprovação em um concurso público federal para ocupar uma função administrativa na Biblioteca “Major Bley” na Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *campus* Santa Teresa. Tivemos o privilégio de continuar um trabalho voltado às práticas de leitura e de formação de leitores em meio a um universo mais amplo de leituras, além de termos tido a oportunidade de nos profissionalizar e apropriar conhecimentos referentes à importância, identificação, manuseio e conservação de documentos e fontes documentais.

Como pode ser notado, tivemos uma trajetória profissional marcada pela aproximação com espaços de formação do leitor e também com espaços de guarda de fontes documentais que nos instigaram a pensar em uma proposta de pesquisa sobre o ensino da leitura, que pôde se concretizar em 2011, quando ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e começamos a participar do grupo de pesquisa da linha de Educação e Linguagens sob a coordenação da Prof^a Dr^a Cleonara Maria Schwartz. Nesse grupo fomos introduzidas nas discussões sobre as investigações referentes aos materiais e métodos de ensino da leitura que foram utilizados na escola primária capixaba e iniciamos um levantamento sobre a produção de conhecimento sobre a história do ensino da leitura na escola primária teresense.

Paralelo ao movimento para localização de fontes documentais fizemos levantamento de produções bibliográficas sobre o ensino da leitura e sobre a história da educação, o que nos levou a delinear com mais precisão que o foco do estudo seria o ensino da leitura no município de Santa Teresa (ES) na década de 1960. Nesse sentido, apresentamos a seguir reflexões sobre o ensino da leitura advindas do levantamento das pesquisas que trataram da referida temática.

1.2 DIÁLOGOS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DA LEITURA

A produção histórica e historiográfica da leitura e suas práticas vem se destacando no âmbito das investigações científicas. A Prof^a Dr^a Cleonara Maria Schwartz, em seu plano de trabalho desenvolvido no Estágio de Pós-Doutoramento intitulado *O ensino da leitura e a formação do leitor na escola primária capixaba na década de 1960* (2011) enfatizou os estudos realizados por investigadores franceses de diferentes áreas sobre a leitura e suas práticas e constatou que as investigações “[...] ao buscar compreender modelos de leituras como prática cultural, mostram que a história dessa prática está intimamente relacionada à história das práticas de escrita e avançam por três vias distintas, mas que se complementam” (SCHWARTZ, 2011, p. 2).

A referida pesquisadora, ao investigar e delinear o quadro dessas pesquisas francesas no campo da leitura percebeu que essas vias de investigação¹ assemelham-se com estudos sobre a leitura no Brasil, principalmente se considerarmos a produção científica que foi levantada em Programas de Pós-Graduação por Norma Sandra de Almeida Ferreira, em seu trabalho intitulado *Catálogo analítico de dissertações de mestrado e teses de doutorado: a pesquisa sobre leitura no Brasil, 1980-2000*², publicado no ano de 2003.

Ferreira (2003) ao descrever e mapear a trajetória da pesquisa brasileira sobre leitura em produções acadêmicas defendidas nos programas de Pós-Graduação no Brasil reuniu 408 trabalhos que foram realizados no período de 1980 a 2000. Como resultado, esse mapeamento de dissertações e teses revelou um significativo salto nas produções acadêmicas sobre leitura no Brasil, se comparadas com a primeira investigação da pesquisadora, que contemplou os anos de 1980 a 1995. Ferreira (2003, p. 3) afirma que

a constatação do aumento dessa produção que toma como objeto a leitura parece apontar para o fato de que as questões que envolvem o tema não só permanecem atuais e necessárias, mas que, além disso, apresentam maior

¹ A pesquisadora Prof^a Dr^a Cleonara Maria Schwartz apresenta essas três vias de investigação francesas sobre a leitura e suas práticas em seu plano de trabalho fundamentada em PÉCORA (2009).

² Esclarecemos que nosso acesso ao documento deu-se de forma on-line, onde o mesmo encontrava-se intitulado como A pesquisa sobre leitura no Brasil 1980-2000. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/alle/catalogo_on-line/abrir.swf>. Acesso em: 21 jan. 2012.

complexidade e diversidade. Este fato acaba por exigir novas reflexões a um grupo de pesquisadores que se estende significativamente por diferentes lugares de produção.

O trabalho realizado por Ferreira (2003) sobre as pesquisas foi organizado em focos temáticos, dentre eles, os focos com menor número de trabalhos defendidos tratam da “Memória da leitura, do leitor e do livro” e “Estado do conhecimento sobre leitura”, sendo que o primeiro foi contemplado com 18 trabalhos e o segundo com apenas 2 no universo de 408 trabalhos defendidos no período de 1980 a 2000. Diante dessa necessidade apontada pela autora reforçamos nossa motivação inicial para empreender uma investigação sobre o ensino da leitura.

Considerando os dados apresentados por Ferreira (2003), concordamos com Schwartz (2011, p. 4) quando pontua que programas de Pós-Graduação brasileiros, “[...] não vêm privilegiando enfaticamente estudos e pesquisas de natureza historiográfica que tenham por objeto o ensino da leitura em diferentes períodos da história da educação brasileira”.

Outro trabalho de mapeamento de pesquisas que se referem à leitura no Brasil foi realizado por Lilian Maria Lacerda no ano de 2000, culminando no texto intitulado *A história da leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler*. O texto teve como objetivo discutir a produção histórica e historiográfica da leitura e do livro, em um conjunto de estudos apresentados no I Congresso de História do Livro e da Leitura no Brasil/12º Congresso de Leitura do Brasil (COLE)³.

Em seu trabalho, a pesquisadora buscou examinar “[...] nuances, perspectivas e tendências privilegiadas por essa produção [...]” (LACERDA, 2007, p. 612), além de apontar “[...] as lacunas, os desafios e as possibilidades futuras dessa mesma produção” (LACERDA, 2007, p. 612).

Vale destacar que Lacerda (2007) revelou o estado de uma historiografia em produção sobre a leitura e o livro no Brasil e sobre os sujeitos, instituições e instâncias de mediação da leitura que constituíram essa história. Nesse sentido, a autora, na tentativa de aproximação com a história da leitura e do livro, através das produções científicas, assim como Ferreira (2003), sinalizou um campo necessário

³ A respeito do conjunto de estudos que compõe os Anais do COLE ver o endereço eletrônico: <http://alb.com.br/publicacoes/anais-cole>.

“[...] a novas indagações e pontos de vista em torno do que ainda pede para ser pesquisado, ampliado e respondido” (LACERDA, 2007, p. 623).

Estudos como os de Ferreira (2003) e de Lacerda (2007) não só apontavam a necessidade de pesquisas sobre a história do ensino da leitura, mas também acenavam que a história desse ensino mantinha estreita relação com a institucionalização do processo de escolarização pública em diferentes momentos da história da educação brasileira. Nesse sentido, entendemos que se tornava importante investigar o ensino da leitura em contexto escolar público. Preocupando-nos, então, com uma melhor definição do período histórico a ser coberto pela pesquisa, dialogamos com autores (SCHWARTZ, 2011; MORTATTI, 2008; CARVALHO, 1998b) que tematizavam o processo de escolarização e o ensino da leitura em uma perspectiva histórica.

Nesse diálogo constatamos que os diversos trabalhos que sustentaram as produções acadêmicas e tiveram como temática o ensino da leitura institucionalizada e suas práticas na escola primária remeteram-se, em sua grande maioria, ao Brasil República. A esse respeito, Schwartz (2011, p. 5) pontua que,

[...] no que se refere especificamente à história da leitura em relação com a escola, estudos têm priorizado o período do final do século XIX por ser um momento em que ocorreu mais sistematicamente o processo de escolarização e a propagação do modelo de educação republicano [...] (SCHWARTZ, 2011, p. 5).

Ainda a respeito do final do século XIX, Mortatti (2008) acrescenta que os esforços que culminaram na instalação do regime republicano no Brasil também se fizeram presentes na organização de um sistema de instrução pública que estivesse de acordo com esse novo regime político. “[...] A escola se consolidou, então, como lugar institucionalizado para o preparo das novas gerações, prometendo acesso de todos à cultura letrada, por meio do aprendizado da leitura e escrita [...]” (MORTATTI, 2008, p. 93).

Nesse período, “[...] observa-se o início de um movimento de escolarização das práticas de leitura e escrita e de identificação entre o processo de ensino inicial dessas práticas e a questão dos métodos [...]” (MORTATTI, 2000b, p. 41). Sendo assim, essa vertente de discussões originadas pelo modelo de organização republicana da instrução pública, que se fez presente no Brasil no final do século

XIX e o início do século XX, tornou-se um farto campo para trabalhos que se detiveram a investigar através da abordagem histórica o ensino da leitura e da escrita.

Nesse contexto, de férteis debates que envolveram o ensino da leitura e da escrita, trabalhos como o de Carvalho (1998b)⁴, que objetivou analisar como foi organizado e concebido o ensino de leitura e escrita, em São Paulo, no período pós-proclamação da República no Brasil (1890-1920), trouxeram uma importante contribuição, pois apresentaram um efervescente debate acerca dos métodos de ensino de leitura e escrita e a escolha oficial do método analítico como o método mais adequado para encaminhar a formação republicana, determinada pela Diretoria Geral da Instrução Pública.

Pela via da pesquisa histórica e a incursão na literatura especializada da época, essa pesquisadora demonstrou a predominância da vertente positivista e da tese de que a República, para constituir-se como regime, necessitava de cidadãos leitores. A formação desse leitor demandaria que o ensino da leitura e da escrita tivesse agregado a um ensino moral e cívico que fosse capaz de formar o cidadão com uma mentalidade, uma moralidade, um corpo de condutas compatíveis com a vida republicana. Nesse contexto de ideias, considerava-se o método analítico como o mais eficaz e capaz de melhor formar o cidadão republicano.

Ao estudo de Carvalho (1998b) podemos somar as considerações de Mortatti (2008), em seu artigo intitulado “A ‘querela dos métodos’ de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate”. A respeito dos métodos, a estudiosa pontua que,

[...] em diferentes momentos históricos, diferentes sujeitos movidos por diferentes urgências sociais e políticas, sempre alegando se basear nas mais “modernas verdades científicas”, passaram a apresentar versões de seu presente e de seu passado (recente), acusando de “antigos” e “tradicionais” os métodos então utilizados e propondo em sua substituição “novos” e “revolucionários” métodos (de alfabetização) (MORTATTI, 2008, p. 94).

⁴ O texto analisado nesta pesquisa foi selecionado no Banco de Teses da Capes através do critério de busca sustentado pelo descritor “ensino da leitura e da escrita no período republicano”, quando foram selecionados 6 trabalhos e, destes, o trabalho intitulado *O ensino da leitura e da escrita: o imaginário republicano (1890-1920)*, de autoria de Sílvia Aparecida Santos de Carvalho, melhor atendeu à temática em discussão.

Essas considerações deixam evidente que as discussões referentes aos métodos de alfabetização promoveram divergências de opiniões, “[...] buscando definir o novo – melhor e mais desejável [...]” (MORTATTI, 2008, p. 94). Nesse cenário, a história do ensino da leitura no Brasil pode ser vista como marcada pela recorrência de constantes debates inerentes às mudanças, engendradas num complexo movimento de tensões entre permanências e rupturas, que envolvem disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização (MORTATTI, 2008).

Essas recorrências de debates estão ligadas também aos materiais, que com estratégias legais impunham determinados métodos nas escolas. O artigo intitulado “Uniformização do ensino da leitura: uma combinação de métodos e livros”, de autoria de Karina Klinke, apresentado na 25ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)⁵ apresenta um estudo sobre métodos de ensino da leitura e livros que circularam nas escolas primárias de Minas Gerais no final do século XIX e início do século XX (APÊNDICE A).

Segundo a autora, a proposta de reestruturação das escolas primárias pelo modelo republicano de educação integral utilizou os livros de leitura como um dos meios de alcançar a educação das crianças. Nesse sentido, os livros “[...] adotados foram os que, segundo os responsáveis pela sua escolha e circulação, possibilitavam tal intento” (KLINKE, 2002, p.1). A seleção dos livros considerados mais adequados aos objetivos escolares ficou a cargo do Conselho Superior de Instrução Pública, e a fiscalização quanto à circulação desse material nas escolas coube aos inspetores de ensino e aos diretores/as dos grupos escolares. Criam-se, a partir desse momento, normas e convenções de leitura, fazendo surgir alguns “constrangimentos” e “regras” impostas aos leitores através da prescrição de determinados títulos e da materialidade dos livros que circularam nas escolas elementares nesse período (KLINKE, 2002).

O estudo empreendido pela pesquisadora leva à compreensão de que

[...] a distribuição de determinados títulos objetivava a uniformização dos conteúdos e dos métodos de ensino, compondo os cânones de leitura, ou

⁵ O trabalho de Klinke (2002) é parte do GT 2 – História da Educação, que ocorreu na 25ª Reunião Anual da Anped na cidade de Caxambu-MG, no período de 29 de setembro a 2 de outubro de 2002 e contou com 11 textos completos de trabalhos e 6 pôsteres apresentados.

seja, a formação de um conjunto de textos autorizados, exatos e modelares aos objetivos da escola. A ordem dos livros era, pois, a da homogeneização do ensino e da educação de alunos e alunas, então os textos neles dispostos, os dispositivos técnicos, visuais e físicos dos livros, que organizavam as leituras, construíam os modelos escolares de leitura e de leitor (KLINKE, 2002, p. 5).

Ao dialogar com as fontes, a estudiosa observou que os discursos produzidos no decorrer do período analisado vinculavam a uniformização dos métodos do ensino da leitura e da escrita aos títulos de livros adotados. “A recorrência dos mesmos títulos nas escolas durante anos e a indicação da leitura de determinados livros por parte do Conselho apontam a formação de cânones de leitura escolar” (KLINKE, 2002, p. 13).

O posicionamento de Bittencourt (2004) em trabalho intitulado *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*, demonstrou, assim como Klinke (2002), que os livros utilizados na escola, de certa forma, impunham a adoção de um determinado método e sempre estiveram dependentes dos interesses do poder público, uma vez que “[...] a opção do método de alfabetização não se explicava apenas por razões didáticas” (BITTENCOURT, 2004, p. 484). A alfabetização tornou-se arena de conflitos nos últimos anos da década de 1870 até o início do século XX, assim, dentre os pontos de divergências entre os autores de obras didáticas, um deles se relacionava ao tema dos métodos de alfabetização, pois, “[...] havia o interesse em difundir métodos de ensino renovados [...]” (BITTENCOURT, 2004, p. 488).

Por meio dos estudos de Klinke (2002) e Bittencourt (2004), que se detiveram a investigar métodos de ensino da leitura, livros que circularam nas escolas primárias e intervenções de diferentes sujeitos na produção desses livros, percebemos que a maioria dos autores, cujos livros foram amplamente usados no final do século XIX e início do século XX, eram defensores do método analítico e dos ideais republicanos.

Como pode ser visto, a história do ensino da leitura foi perpassada pela defesa de um método em detrimento de outro e também por estratégias de imposição dos métodos por diferentes vias como a editorial (produção de livros que seguiam determinado método) e a política educacional (definição de normas, de métodos e de materiais a serem adotados pelas escolas).

Podemos afirmar, desse modo, que o ensino da leitura, nesse contexto, “[...] tem sido perpassado por jogos de interesses de diversas ordens. Neles, questões de natureza didática parecem ter menos peso do que os interesses políticos de diferentes grupos” (SCHWARTZ, 2011, p. 6). Sendo assim, os trabalhos realizados pelos estudiosos reforçam a necessidade de pesquisas que investiguem a história da leitura e suas práticas através de materiais e métodos em épocas posteriores à Primeira República, a fim de compreender permanências e continuidades em tendências do ensino da leitura em outros momentos históricos.

Dessa forma, essas tendências que envolveram o ensino da leitura em São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, nos motivavam a investir no estudo do ensino da leitura no Espírito Santo. Nesse sentido, passamos a questionar: em se tratando do estado do Espírito Santo, o que temos de produções acadêmicas que tematizaram o ensino da leitura? Em qual recorte temporal se detiveram esses estudos? Buscar respostas a essas questões nos auxiliaram na definição do recorte temporal de nossa pesquisa.

Nesse sentido, nos dedicamos a inventariar e examinar trabalhos que tivessem estudado a temática da leitura e da escrita no cenário capixaba em diferentes períodos, os caminhos metodológicos percorridos e a quais resultados esses pesquisadores obtiveram. A aproximação com essas pesquisas, que de forma direta ou indireta tematizaram o ensino da leitura no Espírito Santo, permitiu delinear ainda mais o nosso objeto de estudo.

1.3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DA LEITURA NO ESPÍRITO SANTO

[...] práticas de ensino de leitura consideradas em diferentes épocas como inovadoras e adequadas podem conviver com práticas antigas, o que nos leva a considerar que as práticas efetivadas na sala de aula tornam-se objeto de estudo fundamental para compreender rupturas e continuidades nas/das práticas escolares de formação de leitores (SCHWARTZ, 2011, p. 6).

Diante do interesse em conhecer a produção acadêmica que discorreu sobre o ensino da leitura no estado do Espírito Santo, tomamos como referência o banco de dados de dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Constatamos que, no período de 1981 a 2011, 34 pesquisas tomaram a leitura como objeto de estudo no PPGE/UFES. Dessas pesquisas, 5 abordaram a leitura realizando uma pesquisa histórica. Retomamos os resumos dos trabalhos no intuito de catalogá-los de acordo com o foco que direcionou a pesquisa, apoiando-nos nos critérios utilizados por Norma Sandra de Almeida Ferreira (2003) (APÊNDICE B).

A partir de algumas adaptações que se fizeram necessárias para atender aos critérios de seleção dos trabalhos⁶, constatamos que 28 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado tratavam sobre a leitura em um âmbito geral e que 5 dissertações abordavam direta ou indiretamente a história do ensino da leitura e suas práticas no Espírito Santo (APÊNDICE C).

Com o olhar direcionado às práticas de ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização, os trabalhos de Gomes (2008), Campos (2008), Souza (2008b), Assunção (2009) aproximam-se do nosso objeto de estudo por investigarem os materiais e métodos de ensino, com vistas a aproximações da história da alfabetização em diferentes épocas no Estado do Espírito Santo. Falcão (2010), que também contribuiu para compor esse campo de conhecimento sobre o estado do Espírito Santo, se deteve em estudar especificamente o ensino da leitura, porém em décadas que antecedem ao período por nós investigado. Somados a esses esforços levantamos também trabalhos publicados em anais de eventos. Nesses destacamos trabalhos apresentados por Schwartz; Falcão (2005a), Schwartz; Falcão (2005b) e Schwartz (2011), “[...] que têm se detido a investigar a temática da história do ensino da leitura na escola pública primária capixaba [...]” (SCHWARTZ, 2011, p. 6).

Desse modo, o primeiro trabalho que abordamos foi o de Schwartz; Falcão (2005a) apresentado na 25ª Reunião Anual da ANPEd (APÊNDICE D), intitulado “Métodos para ensinar a ler e a escrever no Espírito Santo no processo inicial da institucionalização da educação primária pública”, que objetivava “[...] levantar representações autorizadas sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo nas seis primeiras décadas do século XIX” (SCHWARTZ; FALCÃO, 2005a, p. 1). À

⁶ A respeito da divisão dos trabalhos entende-se que os mesmos foram agrupados de acordo com sua temática e que utilizamos expressões próprias e embasadas em Ferreira (2003) para a catalogação.

luz dos discursos emanados de um órgão do Estado sobre o ensino da leitura e da escrita, as pesquisadoras constataram que,

[...] ao investigar as representações sobre métodos de ensino da leitura e de escrita a partir das fontes descritas, é possível abordar a relação entre táticas de apropriação e estratégias de imposição de formas de se ensinar a ler e a escrever em um dado contexto histórico-cultural (SCHWARTZ; FALCÃO, 2005a, p. 4).

Tendo em vista esses propósitos, a falta de materiais e locais apropriados para o funcionamento das aulas, somados à precária formação dos professores, serviam para construir e legitimar a ideia de que era necessário o uso de método adequado para o ensino do ler e escrever. Contudo, mesmo diante das tentativas de prescrição acerca de um método a ser adotado, o ensino da leitura e da escrita não se configurou de maneira uniforme e nem sempre se desvinculou em sua totalidade das antigas formas de ensino adotadas na província do Espírito Santo.

Concomitantes a esses resultados abordamos o trabalho de Schwartz e Falcão (2005b) apresentado no IV Seminário sobre Letramento e Alfabetização/15º Congresso de Leitura do Brasil em Campinas, no ano de 2005. Tratava-se, ainda, dos primeiros resultados de uma pesquisa intitulada “O ensino da leitura no Espírito Santo de 1890-1910” sobre a política de ensino da leitura capixaba, que,

[...] fazendo uso de fontes documentais (Relatórios de Presidente da Província e de Inspectores da Instrução Pública, legislação, correspondências oficiais, leis, regulamentos, decretos) e se apoiando nos princípios teórico-metodológicos da História Cultural, resgatou representações sobre o ensino da leitura que foram institucionalizadas no/pelo processo de escolarização introduzido pelo modelo de educação republicano (SCHWARTZ; FALCÃO, 2005b, p. 1).

O estudo se prendia à investigação de ações de diferentes agentes educacionais, responsáveis pela condução de uma política de ensino da leitura capixaba entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX (SCHWARTZ; FALCÃO, 2005b). Esse trabalho revelou a defesa pelo método analítico no contexto do ensino inicial da leitura em nosso estado no final século XIX e início do século XX. E, também, que, amparados pela legislação, o presidente da província e os inspetores da instrução pública deixaram explícita a iniciativa de uniformização do método de ensino no Espírito Santo, inserindo o estado no movimento de renovação da escola primária empreendido pela reforma republicana implementada no país. Diante desse fato, notamos que a defesa do método analítico foi permeada também

no Espírito Santo por uma clara intencionalidade de legitimar modelos de ensino, através de estratégias como a de prescrição de livros didáticos e a implantação de conteúdos.

As pontuações de Schwartz; Falcão (2005a) e Schwartz; Falcão (2005b) revelaram que a história do ensino da leitura no panorama capixaba ainda tem muito a ser desvendada:

[...] não somente o estudo de modelos de ensino da leitura que foram institucionalizados nas escolas públicas capixabas, seja por meio de política de educação que se apropriou de tendências pedagógicas, seja por meio de políticas editoriais de impressos escolares, mas também as formas como esses materiais e métodos de ensino foram apropriados por professores no interior das escolas primárias e imprimiram nas crianças formas de ler e compreender o escrito (SCHWARTZ, 2011, p. 7).

Ao longo da história, a escola vem sendo o lugar privilegiado para o ensino da leitura e da escrita, desse modo, investir na pesquisa histórica permite compreender “[...] como os professores a partir dos dispositivos pedagógicos instituídos pela legislação e/ou pela livre circulação organizavam o trabalho com a leitura na escola primária [...]” (SCHWARTZ, 2011, p. 7).

Isso também fica claro no estudo de Assunção (2009) que, embora utilize outra metodologia e outro referencial teórico, também tematiza a busca por novos métodos de ensino para o ensino inicial da leitura e da escrita. Assunção (2009) estudou a alfabetização na província do Espírito Santo na década de 1870, com a finalidade de elucidar se os discursos reformistas, que tratavam da alfabetização, contribuíram para a constituição de “novos” métodos e práticas de ensino da língua.

Adotando o estudo documental e a concepção bakhtiniana da linguagem, a pesquisadora, a partir do diálogo com o *corpus* da pesquisa, constituído de documentos impressos e manuscritos referentes à instrução pública no recorte temporal investigado, constatou que

em curto período tivemos uma verdadeira oscilação metodológica que vinha sempre acompanhada do desejo de melhoria do ensino, mas, apesar da eloquência dos discursos reformistas, isso não aconteceu, porque políticas públicas de alfabetização fortalecedoras de práticas de ensino promotoras da aprendizagem da leitura e da escrita precisam ser pensadas para além da economia de recursos, e na verdade tanto o método simultâneo como o método misto não tinham outra finalidade, senão a de prover a alfabetização com poucos recursos, mantendo-se os espaços físicos escolares em

péssimas condições e uma ausência de provimento da formação de professores (ASSUNÇÃO, 2009, p. 163-164).

Nesse sentido, o estudo de Assunção (2009), ao contribuir para o delineamento da história da alfabetização no Espírito Santo, reforça o quadro retratado por Schwartz; Falcão (2005a) e Schwartz; Falcão (2005b), ao relatar sobre o discurso reformista, a oscilação metodológica e sobre as condições que eram oferecidas para o ensino da leitura e da escrita.

Nessa mesma linha de investigação, o trabalho de Gomes (2008), cujo objetivo foi “[...] investigar a alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938” (GOMES, 2008, p. 14) através de uma pesquisa documental e pautada na concepção bakhtiniana de linguagem, possibilitou vislumbrar um distanciamento entre os discursos político e legal e as mudanças ocorridas no projeto educacional estabelecido.

Os resultados dos estudos de Gomes (2008) compactuam com Schwartz; Falcão (2005a), Schwartz; Falcão (2005b) e Assunção (2009), ao também abordar métodos de ensino da leitura e da escrita. A pesquisadora observou que nas décadas de 1920 e 1930 também se assistiu a proeminência, nos documentos emanados de um órgão do Estado, da defesa dos métodos analíticos. Entretanto, a definição legal de utilização desse tipo de método continuava não impedindo que, na prática, fossem utilizados os métodos sintéticos, pois, “[...] alguns professores continuaram a utilizar os métodos de soletração e silabação para alfabetizar os alunos” (GOMES, 2008, p. 195), com maior incidência nas escolas situadas em cidades distantes da Capital do Espírito Santo (GOMES, 2008).

Pelos estudos até o momento mencionados é possível afirmar que o contexto educacional do Espírito Santo até meados do século XX é marcado por recorrentes discursos em defesa da melhoria das práticas do ensino da leitura e da escrita pela via da utilização de materiais e de métodos tidos como adequados. Entretanto, apesar das defesas e das estratégias utilizadas para uso de materiais e de métodos nas escolas, a população em idade escolar não era atendida de forma satisfatória, tendo em vista os altos índices de reprovação e de abandono revelados nas pesquisas e também pela precariedade das condições das escolas e da formação dos professores responsáveis pelo ensino inicial da leitura.

Tais considerações nos levaram a dialogar com as dissertações de Campos (2008) e Souza (2008b), que focalizaram a história da alfabetização nos anos de 1950 e 1960 como objeto de pesquisa.

O estudo de Campos (2008), ao investigar os sentidos da alfabetização e das práticas das professoras do ensino primário na história da educação no Estado do Espírito Santo na década de 1950, mostra a institucionalização do Método Global que surge como o método de ensino capaz de ensinar a leitura e a escrita ao aluno, pois “[...] ele pretendia romper com o exercício mecânico da alfabetização, abandonando a ideia de que alfabetizar significava adquirir a habilidade de codificar a língua oral (escrever) e de decodificar a língua escrita em língua oral (ler)” (CAMPOS, 2008, p. 187).

Em contrapartida, o estudo de Souza (2008b), ao investigar as práticas de ensino da leitura e da escrita na fase inicial de escolarização na década de 1960, em Linhares, município do norte do estado do Espírito Santo, encontrou indícios do uso de métodos de marcha sintética (soletração e silabação), de marcha analítica (historieta, palavração), do individual e do lancasteriano ou método misto (da abelhinha). Esse acontecimento leva à compreensão de que “[...] de maneira geral, as práticas de alfabetização ocorreram de modo análogo” (SOUZA, 2008b, p. 82) em diferentes municípios estudados, confirmando que, ao longo de décadas, em nosso estado, as escolas contaram com defesas por determinados métodos de ensino da leitura, estratégias de imposição desses métodos e de materiais que o referendavam e o convívio na escola de diferentes métodos e materiais que não somente os defendidos e prescritos pela via da política educacional oficial.

A esse respeito, Schwartz (2011, p. 15) acrescenta que,

[...] os poucos estudos empreendidos, até o momento, no Espírito Santo, vêm mostrando também que, ao longo dessas décadas, houve uma circulação de métodos voltados especificamente para o ensino da leitura e que, em meio à descentralização e à flexibilização oportunizadas pela legislação, as discussões em torno do novo não impediam a circulação de antigos métodos de ensino da leitura no interior das escolas. Dessa forma, novos e velhos métodos de ensino da leitura parecem ter convivido, na década de 1960, no contexto da escola primária capixaba.

Isso é claramente mostrado no trabalho de Falcão (2010), que se deteve a investigar o ensino da leitura no Espírito Santo no período entre 1946 a 1960. Fazendo uso da

abordagem da História Cultural, a partir do diálogo com autores como Chartier (1985) e Certeau (1994), a pesquisadora analisou diversas fontes documentais. Constatou que alguns princípios da reforma implementada pela Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 foram apropriados pelos responsáveis pela condução da política educacional capixaba. Dentre eles, a organização da carreira do professor e a instituição da “gratificação de magistério”, a reorganização e a regulamentação pelo estado dos serviços da Secretaria de Educação e Cultura, criando a Orientação e Pesquisas Pedagógicas (DOPP), que, “[...] por diferenciadas estratégias, buscou fazer circular algumas normatizações no intuito de instaurar determinadas práticas pedagógicas” (FALCÃO, 2010, p. 237).

No que concerne ao discurso da educação renovada, no período de 1946 a 1960, Falcão (2010) localizou práticas pontuais que diziam respeito ao ensino ativo condizente com os princípios da educação renovada em escolas primárias capixabas no decorrer do período estudado. Por outro lado, foram localizados poucos indícios da apropriação das demais dimensões desse movimento. Vale ressaltar que houve, ainda, a tentativa por parte do estado em introduzir e divulgar concepções de educação e de leitura de acordo com os princípios escolanovistas, porém indícios sinalizaram para práticas fundamentadas nos pilares do ler, escrever e contar (FALCÃO, 2010).

Nesse contexto, emergiram também questões relativas aos métodos para o ensino da leitura. A pesquisadora constatou que, no decorrer das décadas investigadas em sua pesquisa, os responsáveis pela condução da política nacional sinalizaram pela liberdade de escolha para a adoção de métodos de leitura para o ensino primário, porém a política estadual sugeria o método global de ensino (analítico) e permitia a circulação de cartilhas que materializavam métodos sintéticos (FALCÃO, 2010). Quanto às práticas para ensinar a ler na escola primária capixaba, os discursos das professoras evidenciaram a apropriação de métodos analíticos e sintéticos, além do reconhecimento, por parte das mesmas, da importância da leitura silenciosa, porém sem abandonar a ênfase na leitura oral (FALCÃO, 2010).

Tendo em vista as pesquisas que compõem o acervo acadêmico que trata da história da leitura no cenário capixaba, é importante pontuar ainda que, dos trabalhos defendidos no PPGE/UFES, apenas o trabalho de Souza (2008b) estudou

especificamente sobre a década de 1960. Nesse sentido, acreditamos existir uma carência de estudos no que se refere à investigação desse período.

Trata-se de uma década extremamente importante, uma vez que diz respeito a “[...] um período marcado tanto pela mobilização de forças democráticas e liberais contra a ordem autoritária imposta pelo Estado Novo como pela ditadura instaurada com o Golpe Militar [...]” (SCHWARTZ, 2011, p. 8-9). O contexto vivido nessa época prendia-se a “[...] muitas transformações políticas, econômicas, sociais, educacionais e culturais” (SCHWARTZ, 2011, p. 9), fato que torna o período muito propício para analisar vestígios de práticas legitimadas e efetivadas em escolas primárias, num contexto de transições de governos, de movimentos e manifestações que ocorriam no país com a preocupação de garantir uma escola pública, laica e gratuita para todos. Em meio a tanta efervescência de discussões, de mobilizações, de mudanças de regime de governo, houve mudanças nos direcionamentos do ensino da escola primária?

Tal questionamento reforça mais uma vez a necessidade de pesquisas que investiguem o ensino da leitura na década de 1960. Desse modo, constituiu o problema de estudo desta dissertação de Mestrado a investigação do ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária de Santa Teresa (ES), na década de 1960. Acreditamos que a pesquisa possa problematizar se práticas e métodos de ensino entendidos como inovadores e adequados pelas diretrizes oficiais e pelos dispositivos pedagógicos, pautados nos princípios escolanovistas e na defesa pelo método global para o ensino da leitura e da escrita capixaba, estiveram presentes em outros municípios além da capital e do norte do estado, conforme resultados das pesquisas mencionadas. Vale destacar que os resultados das pesquisas apontam a importância de abordar apropriações feitas pelos professores de materiais e métodos de ensino da leitura que circulavam nas escolas primárias.

Quanto a esse aspecto, Schwartz (2011, p. 7) alerta que

[...] estudos vêm mostrando que se faz necessário investir em pesquisas que se detenham a investigar como os professores, a partir dos dispositivos pedagógicos instituídos pela legislação e/ou pela livre circulação, organizavam o trabalho com a leitura na escola primária, a fim de compreender o que persiste e o que se inova com relação a esse ensino.

Levando em conta essas considerações e a problemática de estudo apresentada, conduzimos nossa investigação com a intenção de responder às seguintes questões:

- a) Que materiais e métodos de ensino da leitura circularam no município de Santa Teresa (ES) na década de 1960?
- b) Quais princípios teóricos sustentaram tais materiais e métodos?
- c) Que apropriações foram feitas desses materiais e métodos na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960?
- d) Que perfil de leitores a escola primária teresense da década de 1960 pretendia formar?

Acreditamos que, ao procurar responder a tais questionamentos, contribuiremos para compreender aspectos da história do ensino da leitura e das práticas de formação do leitor em Santa Teresa (ES), na década investigada, pois desconhecemos, até o presente momento, estudos que tenham contemplado esse município⁷. Por isso, julgamos pertinente este trabalho que, além de tematizar a história da educação do município, problematiza a história do ensino da leitura na escola primária capixaba.

Seguindo o pensamento de Certeau (2010, p. 78) ao assegurar que “fazer história’ é uma prática”, no próximo capítulo, tratamos da fundamentação teórica e metodológica que subsidiou a prática da investigação.

⁷ A afirmação parte da busca ocorrida no momento da investigação sobre estudos que contemplavam a temática no Banco de Teses e Dissertações da Capes a partir do descritor: “ensino da leitura no município de Santa Teresa”, que teve nenhum resultado encontrado, e através de constatações sob a forma de investigação a respeito de estudos dentro do município que contemplassem o objeto de estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA

O historiador não é mais o homem capaz de construir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula *em torno* das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devota à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas (CERTEAU, 2010, p. 87, grifos do autor).

Considerando o propósito de investigar o ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária de Santa Teresa (ES),⁸ na década de 1960, neste capítulo, tratamos da fundamentação teórica e metodológica que subsidiou nossa investigação.

Apoiamo-nos em princípios teórico-metodológicos da História Cultural, pois, essa abordagem “[...] tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p.16-17). A História Cultural tem sua herança na produção historiográfica da chamada escola dos Annales, pois, conforme Le Goff (1996), considera-se a fundação da revista “Annales” (“Annales d'histoire économique et sociale”), no ano de 1929 e “Annales” (“Économies, Sociétés, Civilisations”), no ano de 1945, por Marc Bloch e Lucien Febvre, como os atos que fazem nascer a nova história.

A partir da década de 1960, a história da cultura ganha um significativo número de publicações na Revista dos Annales, dando a entender uma retomada da tradição de Lucien Febvre. O avanço da produção da nova história cultural tem-se dado de diversas formas, dentre elas, investigações voltadas para a história do impresso e da leitura (NUNES; CARVALHO, 2005). É justamente nessa vertente que se situou o nosso trabalho, quando tivemos como objeto de estudo o ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária de Santa Teresa (ES), na década de 1960.

Para o estudo empreendido, privilegiamos, como já fizemos referência nas considerações iniciais, proposições de autores ligados ao movimento da Nova

⁸ O município de Santa Teresa (ES), em que a pesquisa foi realizada, se localiza na Microrregião Central Serrana do estado do Espírito Santo, cujo mapa ilustrativo encontra-se no Anexo A.

História e mais especificamente da História Cultural, como Michel de Certeau (1998, 2010) e Roger Chartier (1991, 1998, 2002, 2009, 2010). Uma vez que a nova História Cultural inaugura uma redefinição dos focos de interesse do pesquisador e privilegia como objetos de investigação as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos, abandonando os grandes recortes temáticos, a pesquisa voltada para tal tendência opta por análises pontuais, delimitadas e tão exaustivas quanto possível, das particularidades das práticas e dos produtos culturais investigados (NUNES; CARVALHO, 2005). Desse modo, consideramos como Schwartz (2011, p. 16) que

[...] escrever a história do ensino da leitura no Espírito Santo na década de 1960 não é alinhar fatos e datas, nomes e mais nomes, nem destacar personagens que se tornaram singulares na construção engendrada no passado para o futuro. Entendemos que essas construções na maioria das vezes foram tributárias de táticas e de estratégias de poder.

Em consonância com esse pensamento, apoiamos nossas reflexões em conceitos como: representação, prática, apropriação, táticas e estratégias. No que se refere à história do ensino da leitura, torna-se fundamental considerar representações de práticas de ensino da leitura que circularam no município de Santa Teresa (ES) na década pesquisada. Essas representações conduzem a uma reflexão sobre o modo como se pensava a formação do leitor e a forma como diferentes agentes educacionais se apropriaram de materiais e de métodos de ensino da leitura. Nesse sentido, concordamos com Schwartz (2011, p. 17) ao afirmar que

[...] investigar a história do ensino da leitura é investigar processos educacionais e intrincadas relações que se desenvolvem em torno desse processo e que contribuem para modelar formas de ler, gostos por leituras e perfis de leitores.

Assim, a história cultural tem-se deslocado para a ênfase nos usos e nas práticas de apropriação dos objetos culturais, fato que torna operante um trabalho sobre a relação entre táticas de apropriação e estratégias de imposição que possam ter permeado a história do ensino da leitura nas escolas primárias teresenses.

Sobre essas questões, Certeau (1998, p. 100-101) salienta que “[...] a tática é a arte do fraco”, é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro”. E, ainda, “[...] a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’”. Enquanto que estratégia, para o estudioso, é

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes, ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.) (CERTEAU, 1998, p. 99).

Desse modo, tornou-se possível investigar estratégias de imposição e táticas de apropriação de modelos de ensino da leitura nas escolas primárias do município de Santa Teresa (ES) na década de 1960, pois, conforme Vidal (1998, p. 100), o estudo das táticas permite “[...] a compreensão do espaço escolar na sua interioridade”, de maneira que se torna possível “[...] compreender seu fazer interno e as imbricações entre esse fazer e as práticas sociais que nele se inscrevem e que são por ele rescritas [...]”.

Nessa perspectiva, nossa investigação tentou identificar estratégias empregadas por agentes responsáveis pela organização da política educacional para disseminarem materiais e métodos de ensino da leitura naquele dado momento e lugar. As estratégias, por sua vez, possibilitaram o acesso a apropriações de agentes escolares⁹ de modelos de ensino que lhes foram impostos ou de materiais e métodos que lhes foram distribuídos no decorrer do processo.

Nossa pesquisa está fundamentada na concepção de história que leva em consideração que, dependendo da forma de conceber as relações que se estabelecem entre passado e presente, existem muitas formas de fazer história. Sobre essa questão Schwartz (2011, p. 16-17) salienta que

se acreditarmos que os fatos do passado de fato ocorreram de uma determinada forma, faremos história buscando trazer o passado para o presente, tal como ele se deu. No entanto, se acreditamos que o passado está perdido nas fimbrias de seu próprio tempo, ao nos referir ao passado, buscaremos uma interpretação baseada em memórias, vivências, expectativas, posições políticas.

Concebemos nesse estudo a história como prática e o resultado dessa prática como uma operação. No sentido discutido por Certeau (2010, p. 66, grifos do autor):

⁹ No que tange ao termo “agentes escolares”, tomamos a referência expressa por Carvalho e Nunes (2005, p. 56) no texto “Historiografia da educação e fontes”, que diz respeito a alunos, professores, diretores e técnicos.

[...] encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* [...], *procedimentos de análise* [...] e a construção de um *texto* [...]. É admitir que ela faz parte da 'realidade' da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada 'enquanto atividade humana', 'enquanto prática' [...].

De acordo com Certeau (2010), a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita, com isso reforça a importância dos procedimentos dessa operação para que possa produzir história. O autor também reforça o passado como produtor de sentidos, que se consubstancia no presente pelos desvios, rastros, vestígios, silêncios até então não explorados nas pesquisas globais.

Nosso estudo sustenta-se no princípio de um passado real e decisivo, pois “[...] o que aconteceu outrora existiu, teve um lugar e uma data, exatamente da mesma maneira que o que existe [...]” (LE GOFF, 1996, p. 214) no presente. Tratando-se de um acontecimento que está acabado, mas que não é fictício ou irreal, o tempo passado requer ser estudado com cuidado, pois o acontecimento está preso a um lugar e uma data e o discurso produzido tem razão de ser em função dos documentos e testemunhos investigados (LE GOFF, 1996).

Por isso, ao estudar a história do ensino da leitura no município de Santa Teresa (ES) na década de 1960, procuramos os “não-ditos” (CERTEAU, 2010), ou seja, conhecer práticas não reveladas, silenciadas, a respeito do ensino da leitura que eram ditadas no que diz respeito à política de ensino da época e práticas que eram efetivadas nas escolas teresenses. Para isso, buscamos “[...] ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história” (LE GOFF, 1996, p. 109).

Nesse sentido, as contribuições de Schwartz (2011, p. 17), reforçam a importância do processo que se instaura na investigação para produzir a história do ensino da leitura e da formação do leitor:

[...] investigar a história do ensino da leitura e da formação do leitor implica fazer o mesmo movimento que se produz para a “escrita da história”. É perceber a história desse ensino e dessa formação como processos, nos quais estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, silêncios que dizem mais do que qualquer forma de expressão, e que, na maioria das vezes, não foram deixados para o futuro.

Desse modo, cabe ao pesquisador buscar em sua investigação o que acontece nos detalhes, nas pequenas vias, nas “zonas silenciosas” (CERTEAU, 2010), e identificar os desvios, as exceções, o que não foi dito por diversas razões da sociedade. Como nosso estudo se propõe a pesquisar em um período histórico permeado por pressões políticas e sociais que refletiram na educação, entendemos que, ao pesquisar o ensino da leitura e práticas de formação de leitores em Santa Teresa (ES) na década de 1960, tais detalhes podem desvelar apropriações de sujeitos na escola primária até então não escritos na história.

Nessa perspectiva, tomamos para nosso estudo documentos escritos (manuscritos e/ou impressos) produzidos na década de 1960 referentes à educação primária do município de Santa Teresa (ES). Concebemos documento de acordo com Le Goff (1996, p. 545) quando afirma que “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. É com esse olhar que interrogamos os documentos e atribuímos a eles um valor próprio, levando em consideração a posição dos sujeitos que os fabricaram na época coberta pela pesquisa, uma vez que

[...] o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1996, p. 547).

Os documentos expressam sentidos e o pesquisador deve atentar para “deixá-los falar” ou “fazê-los falar”, dentro do contexto histórico do qual fazem parte. Nunes e Carvalho (2005) salientam ainda a importância da problematização e do alargamento da concepção de fontes para as pesquisas na história da educação e para a construção de uma historiografia menos generalista e estereotipada. Essa forma de conceber as fontes parte do princípio de que elas não são apenas instrumentos manipuláveis nas mãos do pesquisador e sim questões que nos remetem a uma constituição histórica de um determinado tempo e lugar.

Certeau (2010, p. 81, grifos do autor) afirma que “em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho”.

Apoiando-nos nesta ideia, garimpamos inicialmente, nos sótãos, em meio a caixas e baús, entre os guardados das famílias, nos arquivos públicos desativados, procuramos também fontes em arquivos de quatro antigas escolas primárias da década de 1960 que se encontram ainda em atividade atualmente e nas vozes dos sujeitos “ordinários” indicativos de qualquer coisa do passado pesquisado que transformados em fontes documentais pudessem constituir nosso *corpus* de pesquisa.

Outras buscas se fizeram necessárias no decorrer do processo de estudo dos documentos levantados no município. Fato que nos exigiu visitas às instituições de guarda de documentação do Espírito Santo, como: o Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES), a Biblioteca Pública Estadual (BPES), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU), dentre outros locais de guarda de documentação no Espírito Santo que pudessem nos auxiliar na elucidação da nossa temática de estudo, pois, “a ida aos arquivos tem um significado próprio dentro da prática do historiador [...]” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32).

Desde os primeiros contatos dessa busca, os objetivos do estudo eram apresentados aos responsáveis pelos arquivos. Cabe ressaltar, ainda, que apresentamos, por exigência de alguns sujeitos¹⁰, o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE E), que garantiu o acesso dos envolvidos no processo, em qualquer etapa do estudo, cabendo-lhes esclarecimentos de eventuais dúvidas e o direito de serem mantidos atualizados sobre os resultados da pesquisa, além de instituímos o comprometimento de utilizar os dados coletados para fins de estudo, velando pela preservação da identidade dos sujeitos.

As fontes documentais foram reunidas, fotografadas por meio de câmera digital e/ou digitalizadas e organizadas em um banco de dados constituindo nosso acervo documental de pesquisa. Na etapa seguinte de trabalho organizamos e classificamos os materiais encontrados em um quadro constando a denominação da fonte documental, ano, arquivos de guarda de cada fonte, resumo descritivo e

¹⁰ Esclarecemos que tal exigência ocorreu por parte de diretores de escolas que possuíam a guarda de documentação dentro do município, enquanto que os responsáveis pelos arquivos pessoais não manifestaram necessidade do uso de tal documento.

observações, para favorecer a delimitação das fontes que constituíram o *corpus* de pesquisa (APÊNDICE F).

Sendo assim, na tentativa de atingir os objetivos propostos, realizamos a análise dos seguintes documentos: atas de reuniões pedagógicas, atas de sessões da Câmara Municipal, correspondências oficiais, legislação, relatórios de governo, mensagens, livros escolares, materiais de orientações para a escola (Federal e Estadual), estudos, resultados de pesquisa, provas e cadernos de alunos com a finalidade de investigar o ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária de Santa Teresa (ES), na década de 1960.

No próximo capítulo apresentamos algumas considerações acerca do ensino primário na década de 1960.

3 O ENSINO PRIMÁRIO NA DÉCADA DE 1960

[...] mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola (JULIA, 2001, 19).

Dominique Julia (2001) alerta que, para compreendermos a escola e sua cultura em um determinado espaço/tempo, faz-se necessário uma análise das relações conflituosas ou não que essa instituição mantém com o contexto no qual se insere em cada período de sua história. Partindo desse alerta, buscamos neste capítulo pontuar algumas mudanças sócio-políticas e econômicas ocorridas na década de 1960, a fim de compreender as relações que afetaram o ensino primário em âmbito nacional, estadual e municipal. Para isso, nos apoiamos em autores e pesquisas que discorreram sobre essa temática. Fizemos uso, também, de legislações, relatórios e mensagens do governo do estado do Espírito Santo da década em estudo, atas de reuniões pedagógicas¹¹ das escolas primárias teresenses e atas de reuniões da Câmara Municipal de Santa Teresa (ES).

Vale destacar que a década de 1960 é caracterizada como um período em que, “[...] no que diz respeito à economia, o Brasil acabava de sair de uma estrutura agrária exportadora para uma industrial” (SCHWARTZ, 2011, p. 9), enquanto que, nos contextos político e social, “[...] o país caminhou de momentos de forte presença popular, [...] para um momento de regulação social com o Golpe Militar de 1964, que impediu o avanço das forças populares e rompeu com o período democrático” (SCHWARTZ, 2011, p. 9). É importante destacar ainda que tomamos para reflexão, nesse momento do estudo, o recorte temporal compreendido entre o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (pelo fato de esse governo ter iniciado nos anos finais da década de 1950 e estender-se até o ano de 1961) e o período chamado “Milagre Brasileiro”¹² que se iniciou no final da década de 1960.

¹¹ Esclarecemos que no decorrer da escrita dos capítulos dessa dissertação há uma incidência do uso de atas de reuniões pedagógicas como fonte documental. Cabe ressaltar que esse fato deu-se pela amplitude de assuntos tratados e registrados nesses documentos, cujas temáticas foram categorizadas de acordo com as discussões em pauta.

¹² Expressão tomada de Boris Fausto (1995) para designar o período de extraordinário crescimento econômico do país que compreendeu-se entre 1969 a 1973. Esclarecemos também que, mesmo citando a nomenclatura que equivale ao período integral do chamado “Milagre Brasileiro”, nosso estudo se deteve a aspectos referentes ao início desse período por tratarmos sobre a década de 1960.

3.1 DO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK AO GOLPE DE 1964

Os anos de governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) foram considerados como anos de estabilidade política, permeados de um otimismo e altos índices de crescimento econômico (RIBEIRO, 2003). Os “cinquenta anos em cinco”, lema da propaganda oficial do governo de JK¹³, juntaram-se, com sua posse, ao apoio de significativos setores da sociedade brasileira obtendo um ambiente de paz social e favorável às ações governamentais. Implantando uma confiança no efetivo desenvolvimento nacional, estabelecia-se um clima contrário ao complexo de inferioridade que perpassou o país na época colonial (RIBEIRO, 2003). Havia uma disposição em garantir o regime democrático, no entanto, com certas ressalvas.

O grande fluxo de capital estrangeiro no país, no transcorrer do governo de JK, tornou-se um dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento industrial ocorrido naquele espaço/tempo. Assistia-se a uma tentativa de conciliar o modelo nacional-desenvolvimentista com o modelo econômico de substituição de importações. Com a entrada do grande fluxo de capitais estrangeiros no país sob a forma de grandes empresas, expressavam-se as características embrionárias de uma nova política econômica adotada no Brasil (RIBEIRO, 2003).

Desse modo, “[...] os anos de 1956 a 1961 constituíram o período ‘áureo’ do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em setores minoritários internos e, mais que tudo, externos” (RIBEIRO, 2003, p. 154). Nesse cenário, inegáveis também foram as grandes realizações do “Programa de Metas” implantadas no país através do governo de JK, que, em contrapartida, protagonizou interesses distintos e antagônicos que deixaram como herança significativos problemas para seus sucessores governamentais.

O estado do Espírito Santo, no final da década de 1950, mais precisamente em 31 de janeiro do ano de 1959, assistiu ao retorno de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg para o Poder Executivo do Governo Estadual. Carlos Lindenberg, que havia realizado seu primeiro mandato nos anos de 1947 a 1950, primava pela

¹³ A expressão remete-se a forma utilizada por Boris Fausto para denominar o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

questão do equilíbrio orçamentário. Fato que também se fez presente no seu segundo mandato e que ficou evidente em sua mensagem proferida em janeiro de 1960 ao afirmar que, “impunha-se traçar como diretriz básica para o primeiro ano de administração a mais rígida política financeira, consubstanciada na repressão aos gastos supérfluos e no aprimoramento do aparelho fiscal [...] (ESPÍRITO SANTO, 1960, p. 10). Desse modo, nos dois primeiros anos do governo Carlos Lindenberg, as atenções se voltaram principalmente para o saneamento financeiro e para os setores da produção cafeeira e energia elétrica (SILVA, 1995). Silva (1995, p. 352) afirma ainda que, “[...] praticamente, todo o primeiro ano de sua gestão foi destinado a colocar em prática medidas restauradoras” (SILVA, 1995, p. 352).

O processo acelerado de industrialização e a execução do “Plano de Metas” do governo JK mudaram os rumos da política econômica espírito-santense e conseqüentemente a gestão do governo Carlos Lindenberg. A partir de então, buscou-se articular “[...] meios de dinamizar o ritmo lento da industrialização capixaba” (SILVA, 1995, p. 359), que se fez necessário, principalmente, “[...] a partir de 1961, com o acirramento da crise da economia cafeeira [...]” (SILVA, 1995, p. 362).

Em Santa Teresa (ES), no ano de 1959, tomava posse o novo prefeito Darly Nerty Vervloet responsável por administrar o município que por ocasião do Recenseamento Geral de 1950 contava com 21.926 habitantes, sendo que 92,82% pertenciam ao quadro rural, enquanto que 4,2% correspondiam ao quadro urbano da população. Ainda de acordo com os dados do recenseamento, o município, naquele momento da história, dispunha de uma economia essencialmente rural, mantinha 86% de sua população ativa com mais de dez anos de idade no ramo da agricultura, da pecuária e da silvicultura, tendo o café como o produto basilar da economia teresense (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959).

No Brasil, o ano de 1961 iniciou-se com a sucessão de JK pelo presidente eleito Jânio Quadros. A presidência de Jânio representava esperanças de futuro para o país que enfrentava grandes dificuldades, porém o governo de Jânio teve uma duração de menos de sete meses e culminou em sua renúncia. As esperanças de futuro foram substituídas por uma grave crise política e uma acirrada disputa pelo poder. Após resistências, em setembro do mesmo ano, João Goulart sucedeu Jânio

Quadros e iniciou um governo com poderes restringidos pelo sistema parlamentarista (FAUSTO, 1995). Ainda no governo de Goulart, a partir de 1963 retornava no Brasil o sistema presidencialista que buscava enfrentar os problemas econômico-financeiros do país.

Como uma estratégia utilizada para alcançar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação, que escalava altos índices, foi lançado o Plano Trienal, cuja finalidade era tentar resolver os problemas de longo e curto prazo. Entretanto, o plano dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade, fato que não se concretizou e assim o plano fracassou. O governo de Goulart adotou ainda, medidas que desagradaram os partidários de um golpe militar, o que culminou no Golpe de 1964 (FAUSTO, 1995).

No cenário das políticas educacionais, o ensino primário no Brasil ficava sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930 e “[...] dessa época em diante houve uma maior preocupação em traçar um projeto nacional de educação [...]” (VEIGA, 2007, p. 238), uma vez que, antes da criação do ministério (em 1930), as reformas ocorriam de maneira autônoma em cada estado. No ano de 1953, o Ministério da Educação e Saúde Pública se desmembrou e passou a Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com esse desmembramento, ganharam destaque, também, os apelos pela democratização da escola sob a forma de debates teóricos e políticos, bem como os movimentos populares pela defesa da escola pública e gratuita, que foram calados a partir do ano de 1964 com o regime militar. Cabe ressaltar, que no ano de 1932 foi assinado, por um grupo de 26 intelectuais, o documento intitulado “A reconstrução educacional no Brasil: manifesto dos pioneiros da educação nova” que defendia de maneira unificada a escola pública e representava a “[...] consolidação da liderança de um grupo frente à necessidade de renovação educacional” (VEIGA, 2007, p. 287).

Como pôde ser visto, esse período foi marcado por conflitos ocasionados por diferentes interesses. Nesse contexto, foi lançada a Campanha em Defesa da Escola Pública, integrada por educadores da velha e da nova geração, líderes sindicais e estudantis. Em 1959, como parte integrante dessa campanha, foi publicado outro manifesto denominado, “Mais uma vez convocados”, representando a reação de um conjunto de intelectuais que se manifestavam contra a situação

geral do ensino e os rumos que a educação pública estava tomando no país (VEIGA, 2007).

Dentre as várias reformas de cunho nacional, destacamos aqui a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que se deu no ano de 1961 (VEIGA, 2007). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que ficou conhecida como LDB foi aprovada em 20 de dezembro de 1961, representando para o país um avanço em relação à unificação do sistema de ensino e sua descentralização, porém não teve condições de estar alheia às intervenções das lutas ideológicas. A saga iniciada em 1948, quando Clemente Mariani instalou uma comissão para elaborar um projeto de lei sobre as diretrizes e bases da educação brasileira, perdurou por treze anos até se consolidar. O projeto das diretrizes e bases da educação foi encaminhado à Câmara Federal em novembro de 1948 e, devido a divergências de interesses, somente em dezembro de 1961 foi promulgado como lei (VEIGA, 2007).

Mesmo configurando um avanço no sistema educacional brasileiro, constatou-se que a LDB (1961) “[...] beneficiou francamente a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que não criou as condições para favorecer educação ampliada e de qualidade a toda população” (VEIGA, 2007, p. 290). Desse modo, a educação continuava tendo o seu destino determinado em decorrência da forma como o poder era organizado, prevalecendo as vozes dos grupos com maior representatividade no governo.

A LDB (1961), no âmbito do ensino primário, manteve a continuidade da autonomia administrativa dos estados em relação a esse nível de ensino e estabeleceu parâmetros gerais para todo o território nacional. Desse modo, a Lei nº 4.024/1961 impulsionou as instituições escolares a realizarem reformulações no currículo por não prescrever um currículo fixo para todo o país, dando abertura para que os estados organizassem os seus sistemas de ensino (SCHWARTZ, 2011).

A respeito da Lei nº 4.024/1961, Veiga (2007, p. 285) acrescenta que

[...] não alterou a estrutura do ensino primário em relação às leis orgânicas de 1946: educação pré-primária (para crianças de até 7 anos, escola maternal e jardim-de-infância) e ensino primário (com duração de quatro ou seis anos, no caso de iniciação técnica). A LDB estipulava ainda que empresas com mais de 100 funcionários oferecessem ensino primário aos funcionários e a seus filhos. Salvo honrosas exceções tal dispositivo não foi cumprido, mas evidencia outra estratégia de omissão estatal na oferta da escolaridade básica.

Ainda sobre a LDB promulgada no ano de 1961, Veiga (2007) destaca, também, que se manteve a dualidade histórica, reafirmando a disparidade na formação docente, não apresentando alterações no quadro de profissionalização dos professores primários. Na época, os professores primários possuíam formação profissional diferenciadas, o que levava ao atendimento também de públicos distintos. Assim, professores sem habilitação em curso normal, denominados de “leigos”, não podiam atuar nos grupos escolares e trabalhavam com alunos de outras escolas, que, de acordo com a denominação recebida no estado do Espírito Santo até 1963, entendemos como escolas isoladas, escolas reunidas e escola supletiva.

Em um contexto crítico, conturbado, porém, renovador e fecundo, a mesma lei que em seu Artigo 1º assegurava uma educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, mais uma vez, não garantia que o Estado brasileiro assumisse o compromisso constitucional de prover educação para todos (VEIGA, 2007). Desse modo, a lei, por si só, não podia garantir a modificação da realidade que apresentava disparidades no contexto político educacional do país e “[...] não introduziu mudanças na organização do ensino que já estava em vigor desde os anos de 1940” (SCHWARTZ, 2011, p. 7). A lei que entrou em vigência em 1962 não deu conta de combater os graves problemas educacionais como o analfabetismo, a seletividade e o fracasso escolar no país (SCHWARTZ, 2011).

Diante das questões que angustiam o campo educacional no Brasil, desde a década de 1950, o ensino primário vinha sendo alvo de iniciativas de renovação com base na defesa da universalização da escola pública e gratuita (SOUZA, 2008a). No entanto, iniciaram-se os anos de 1960 com muitos e graves problemas. Assim sendo, Souza (2008a, p. 243) destaca, com base no Plano Nacional de Educação, que, “[...] no início dos anos 60, a rede de ensino primário brasileiro não chegava a atender 60% das crianças em idade escolar, ou seja, os 12 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade”, fato que se agravava com a grande evasão que se fazia presente entre a primeira e a quarta série primária.

Aos problemas do ensino primário no Brasil somavam-se, também, o alto índice de repetência, a má qualidade da formação dos docentes, os baixos salários, as precárias condições das escolas rurais, o tradicionalismo nas práticas de ensino, as dificuldades enfrentadas pelas condições de trabalho oferecidas e na execução do

programa de ensino (SOUZA, 2008a), além da “[...] enorme seletividade escolar que forçava a saída precoce das crianças dos bancos escolares” (SOUZA, 2008a, p. 243).

Diante deste contexto, algumas medidas foram implementadas, como por exemplo, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, no governo de JK, em 1956, e viabilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP). Convergindo para o ensino primário, o programa visava à qualificação do professor e a produção de material didático, principalmente de livros. Tal proposta encontrou resistências no país, sendo denunciada como “a americanização da educação” e permaneceu como ação primordial no contexto educacional brasileiro até 1964 (VEIGA, 2007).

Outra medida implementada, na tentativa de melhorar a situação do ensino primário, foi o Plano Nacional de Educação que, “[...] previa assumir a obrigação de matricular 100% das crianças de 7 a 11 anos até a 4ª série e de munir até 1970 o sistema escolar com professores primários diplomados” (SCHWARTZ, 2011, p. 10), mas o Plano também foi extinto com o Golpe Militar de 1964. Ante ao exposto, entendemos que as iniciativas que previam melhorias sempre existiram, porém, por diferentes interesses, a educação continuou com sérios problemas que se constituíram em desafios até o final dos anos de 1960 e décadas seguintes.

No estado do Espírito Santo, a década de 1960 iniciou-se “carregando” resquícios de uma educação que não aparentava ser prioridade na década anterior, pois as instituições educacionais apresentavam-se com instalações precárias, deficiência de material escolar, além do número insuficiente de docentes, o que se juntava à falta de formação e aperfeiçoamento profissional (ZUNTI, 2008).

A mensagem de Carlos Lindenberg (1960), proferida em ocasião do transcurso do seu primeiro ano de governo, pontuava as medidas tomadas na tentativa de obter mudanças nesse quadro educacional. Dentre essas medidas, o governador enfatizou, em seu discurso, o incentivo às normalistas que exerciam a profissão nos municípios do interior do estado, como, por exemplo, Ecoporanga, Mucurici, Mantenedópolis, dentre outros municípios, cuja tentativa era de ampliar a difusão do ensino em locais distantes dos centros urbanos; a vigência do decreto que colocava

à disposição um número elevado de professoras que se encontravam afastadas de suas cadeiras; a revogação da lei que ensejava privilégios a algumas normalistas; o atendimento às necessidades da população rural com docentes de emergência; a elevação do nível técnico do professorado através dos cursos oferecidos aos professores primários e o plano de construção de escolas rurais em conjunto com esforços federais, estaduais, municipais e das próprias comunidades (ESPÍRITO SANTO, 1960).

Ainda com os esforços despendidos pelo governo, o pronunciamento de Carlos Lindenberg, no ano de 1961, deixava evidente que a educação no estado do Espírito Santo continuava amargando sérios problemas, mesmo diante das severas medidas que o governo vinha adotando, principalmente no ensino primário. As preocupações para com esse nível de ensino se davam pela busca de erradicar o analfabetismo, pois, na época, o índice de analfabetos registrado no estado apresentava-se superior à média nacional (ESPÍRITO SANTO, 1961a).

Ao quadro precário do ensino primário espírito-santense, juntavam-se também, os índices de evasão e de reprovação que permaneciam em alta, pois o número de alunos em idade de 7 a 14 anos que frequentavam a escola primária deixava evidente que um grande número de crianças ficava fora dela. Essas incontestáveis negativas levaram à implantação no estado de um Plano Educacional de Emergência (ZUNTI, 2008).

O Plano Educacional de Emergência, que se constituiu no segundo pilar básico dos objetivos da Política de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Governo Francisco Lacerda de Aguiar (sucessor de Carlos Lindenberg), visava erradicar o analfabetismo no Espírito Santo (SILVA, 1995). O governador Lacerda de Aguiar, que esteve na direção do Poder Executivo Estadual nos anos de 1963 a início de 1966, dispunha do apoio do Governo da União, o que lhe permitiu significativos financiamentos para o estado. Desse modo, a implementação do Plano Educacional de Emergência contou com relevantes dotações orçamentárias que permitiram ações que vieram aumentar o número de salas e matrículas no Espírito Santo, além da introdução de novos métodos de ensino.

Há de se frisar que boa parte do Plano Educacional de Emergência implantado no governo Lacerda de Aguiar foi executado no ano de 1964. Fato que se atesta nas palavras de Silva (1995, p. 429), ao pontuar as realizações do governo para o nível do ensino primário, quando,

[...] foram construídas 237 Escolas Singulares, em diversas localidades; 13 Grupos Escolares, o que resultou na obtenção de 68 novas salas, em diversas sedes municipais, e permitiu a instalação de 208 novas classes; bem como adquiriram-se carteiras duplas e material didático para equipá-las.

Essas realizações de Lacerda de Aguiar, nos seus dois primeiros anos de governo, indicaram que foi privilegiada tanto a área física, como a pedagógica da educação capixaba e, para fazer funcionar a nova política educacional, Lacerda aumentou também o quadro de professores primários, além de implementar medidas para atualizar e aprimorar o corpo docente com a realização de diversos cursos e treinamentos. As ações incentivadas pelo Plano Trienal, pelo Fundo Nacional de Ensino Primário e Salário Educação, implementados pela Lei 4.440, de 27 de outubro de 1964, sinalizaram para um período em que a educação passou a receber mais atenção das políticas públicas (ZUNTI, 2008).

Em Santa Teresa (ES), conforme o Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo, o primeiro semestre do ano de 1960 apresentava um quadro de 3.628 matrículas gerais e 3.252 matrículas efetivas no Ensino Primário Geral. Essas matrículas efetivas estavam distribuídas num total de 92 unidades escolares, sendo que 89 faziam parte da rede pública e apenas 3 da rede privada de ensino. Segundo a localização, essas unidades de ensino eram predominantemente rurais, pois 83 escolas localizavam-se na zona rural do município (ESPÍRITO SANTO, 1961b) e era nesses estabelecimentos que se apresentava um maior número de situações que dificultavam o bom andamento da vida escolar.

Essas situações se atestam nas atas de reuniões pedagógicas da Delegacia de Ensino¹⁴ de São Roque, que tinha por finalidade “[...] orientar e assistir melhor as

¹⁴ No ano de 1961, conforme consta na Ata de Reunião Pedagógica da Delegacia de Ensino de São João de Petrópolis, Santa Teresa-ES (1961), o município estava provido de uma Delegacia Regional do Ensino estabelecida na Sede e mais duas Delegacias Distritais, sendo uma localizada em São João de Petrópolis e outra em São Roque com a finalidade de dar maior assistência às escolas e ao professorado. As Delegacias de Ensino foram substituídas pelos Núcleos de Supervisão na gestão do

Escolas e sanar as dificuldades [...]” (DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO ROQUE, 1961b, p. 1). Nesse sentido, as atas referentes aos anos de 1961 e 1962 dessa Delegacia de Ensino revelavam as dificuldades das professoras que atuavam nessas escolas, principalmente nos locais mais distantes no interior do município.

Os relatos das professoras vinculadas a essa Delegacia de Ensino confirmavam problemas vividos na época como a não distribuição da merenda escolar devido à falta de transporte que a fizesse chegar até a escola, a falta de fogão para o preparo dessa merenda, o péssimo estado de conservação de carteiras, frequência escolar baixa devido à colheita do café, falta de quadro negro, dentre outros aspectos que denunciavam as poucas condições de trabalho do corpo docente que atuava nesse espaço/tempo na zona rural do município teresense (DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO ROQUE, 1961).

Quanto ao corpo docente do município de Santa Teresa (ES), o ano de 1960 iniciou com 109 professores, sendo que desses 48 professores eram normalistas, enquanto 61 eram denominados como não normalista (ESPÍRITO SANTO, 1962). Esses índices nos levam à compreensão de que o ensino primário do município iniciou a década de 1960 com um grande número de professores leigos, ou seja, permanecia a falta de professores formados em curso normal. Assim sendo, esse nível de ensino continuou, na década de 1960, valendo-se desses docentes de emergência como ocorria na década de 1950 (SANTA TERESA (ES), 1964).¹⁵

Em se tratando de ações governamentais, o Prefeito Darly Nerty Vervloet, no ano de 1961, assinou um contrato e resolveu um sério problema do município que era a falta de energia elétrica. Ainda no mesmo ano, o município, que contava com uma população estimada em 25.092 habitantes, assistiu a um período de desenvolvimento industrial no povoado de São Roque, onde se instalaram quatro fábricas de esquadrias e tacos (BIASUTTI, 1994). É datada desse período, também, a inauguração de prédios escolares localizados em Alto Santa Júlia e Baixo Santa Júlia, construção do prédio do Ginásio Teresense, desapropriação do prédio onde

governador Cristiano Dias Lopes Filho como uma das medidas para alcançar resultados mais positivos para os problemas de ordem administrativa e pedagógica do ensino.

¹⁵ A afirmação é fundamentada na Lei Municipal nº 382, de 24 de dezembro de 1963, que orça a receita e fixa a despesa do município de Santa Teresa (ES), para o exercício de 1964. Dentre as despesas apresentadas na Receita Geral do município consta discriminadas o valor a ser gasto com os docentes de emergência para o exercício do ano de 1964.

funcionava a escola de ensino primário de Santa Luzia e a construção das instalações higiênicas do referido prédio, dentre outras ações realizadas pelo Poder Executivo Municipal da época (SANTA TERESA (ES), 1961).

Em agosto de 1962, os documentos oficiais¹⁶ atestavam o afastamento de Darly Nerty Vervloet que se licencia do cargo para candidatar-se na política estadual. Assim, o prefeito é substituído pelo Presidente da Câmara Armando Rocon por um período provisório. Rocon fica no comando do executivo teresense até a posse do novo gestor do município, Frederico Giuberti, que governou de janeiro de 1963 até janeiro de 1967 (BIASUTTI, 1994).

3. 2 DO GOLPE MILITAR AO “MILAGRE BRASILEIRO”

Em abril de 1964, o golpe militar foi anunciado e João Goulart afastado da presidência. “[...] Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário” (FAUSTO, 1995, p. 461). O Golpe Militar se sustentava aparentemente na suposição de livrar o país da corrupção e do comunismo com a finalidade de restaurar a democracia, mas o novo regime tomou outros rumos através da emissão de decretos, chamados de Atos Institucionais (FAUSTO, 1995). O novo regime, que violava os princípios básicos da democracia e reforçava a centralização das ações no Poder Executivo, não assumia explicitamente seu caráter autoritário, no entanto, as repressões aos civis, que desempenhavam um papel expressivo na sociedade, evidenciavam as reais intenções do Governo Militar e espelhavam o clima de medo e delações que se instalou no país (FAUSTO, 1995).

Com o golpe, estabeleceu-se também a eleição indireta de um novo presidente da República, uma vez que, “[...] o regime militar rompeu claramente com a prática do governo Goulart, baseada no esquema populista, que incluía a tentativa fracassada de promover o desenvolvimento autônomo, a partir da burguesia nacional” (FAUSTO, 1995, p. 514). Assim, é eleito por votação indireta do Congresso Nacional

¹⁶ Esclarecemos que a expressão “documentos oficiais” que mencionamos trata-se da Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa de 21 de agosto de 1962 e o ofício do Senhor Prefeito ao Legislativo que está mencionado na escrita da referida ata.

o general Humberto de Alencar Castelo Branco que governou o país de abril de 1964 até janeiro de 1966. O “grupo castelista”¹⁷ tinha por objetivo, no plano político, instituir uma “democracia restringida” e, no plano da economia, reformar o sistema econômico, modernizando-o (FAUSTO, 1995).

Tanto no governo de Castelo Branco, como nos demais Governos Militares que o sucederam, o país foi administrado através dos Atos Institucionais que estabeleciam medidas e objetivavam reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. Os Atos Institucionais suspenderam e autorizaram direitos políticos em nível municipal, estadual e federal, expurgaram cargos no serviço público, estabeleceram eleições indiretas para presidente e governador, extinguíram partidos políticos existentes, dentre outras ações que reforçavam os poderes do presidente da República (FAUSTO, 1995).

O general Arthur da Costa e Silva sucedeu Castelo Branco no governo e tomou posse em março de 1967, permanecendo no poder até agosto de 1969, quando é substituído pela Junta Militar. Nesse período, os Atos Institucionais continuaram a estabelecer a ordem imposta pelo Regime Militar que, nesse momento, era representado por um presidente que concentrava as esperanças da linha-dura¹⁸ e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas (FAUSTO, 1995). Por outro lado, cabe ressaltar que Costa e Silva não se tornou um instrumento da linha-dura e “[...] levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com a oposição moderada e tratou de ouvir os discordantes” (FAUSTO, 1995, p. 477).

A oposição vinha se rearticulando e o ano de 1968 ficou marcado na história pela luta de redemocratização do país. Assim como no Brasil, “em vários países, os jovens se rebelaram, embalados pelo sonho de um mundo novo” (FAUSTO, 1995, p. 477). Num clima de tensões e esperanças, o Brasil viveu um momento de efeitos visíveis no plano da cultura em geral e da arte, com destaque para a música popular. Deu-se um impulso na mobilização social, mas em contrapartida cresceu também a

¹⁷ Expressão usada por Boris Fausto para denominar o grupo que fazia parte do governo de Humberto de Alencar Castelo Branco.

¹⁸ Esclareçamos que não encontramos uma definição exata do termo “linha-dura” na obra de Boris Fausto, *História do Brasil* (1995). No entanto, através de leituras entendemos que a expressão “linha-dura” representava um grupo de militares das Forças Armadas que sustentavam a tese de livrar o país da corrupção e do comunismo, mas para isso usavam meios como a repressão e a tortura, estabelecendo um terror político.

ocorrência de novos atos de violência, estabeleceu-se veemente a censura aos meios de comunicação, a tortura e a repressão passaram a fazer parte dos métodos de um governo que a cada dia mais se tornava uma ditadura brutal (FAUSTO, 1995).

Enquanto “[...] o país vivia um dos seus períodos políticos mais tenebrosos, o governo alcançava êxitos na área econômica, [...] começava assim, o período do chamado ‘milagre econômico’” (FAUSTO, 1995, p. 482), que se deu no Governo do general Emílio Garrastazu Médice. O Governo Médice se estendeu de outubro de 1969 a março de 1974 e abrangeu o período do “Milagre Brasileiro”, quando o país combinou o extraordinário crescimento econômico com baixas taxas de inflação. É bom lembrar que, mesmo diante do período mais repressivo da história brasileira, representado pela Ditadura Militar, a política econômica variou com os governos e, “[...] se nem tudo mudou, muita coisa mudou. O modelo que se esboçara no período Juscelino tomou ampla dimensão” (FAUSTO, 1995, p. 514).

A situação da educação brasileira configurada a partir do Golpe Militar deu visibilidade a reformas que alteraram significativamente esse campo. A esse respeito, Saviani (2006, p. 41) afirma que, “[...] sob a égide do regime militar implantado em 1964, desencadeou-se um processo de reorientação geral do ensino no país”. Desse modo, a década de 1960 foi considerada uma época de intensa experimentação educativa, ensejada pela hegemonia do movimento renovador que assinalou seu esgotamento no final dos anos de 1960 (SAVIANI, 2006).

Schwartz (2011) aponta para o fato de que com a instauração do regime militar o governo optou por administrar a educação firmando convênios com organismos estrangeiros, através dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency International for Development (MEC/USAID). O estudo da pesquisadora nos permite compreender que as experiências da Pedagogia Nova, que visavam urgentes mudanças na escola com métodos e programas de ensino renovados, foram abortadas cedendo lugar a determinações de técnicos estrangeiros para o direcionamento da educação nacional.

À pontuação de Schwartz (2011), soma-se a contribuição de Ribeiro (2003) que acrescenta que tais ações do governo ocasionavam intensa campanha contrária

principalmente por parte da União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE denunciava a subordinação da educação brasileira aos interesses norte-americanos.

Nesse contexto, entre os anos de 1964 e 1971, com a finalidade de reformar a educação brasileira, o governo foi firmando o convênio MEC/USAID, que “[...] previa assistência financeira e assessoria técnica a órgãos e instituições educacionais” (VEIGA, 2007, p. 310). Em contrapartida, os acordos acabaram por interferir na reforma universitária de 1968 e na segunda Lei de Diretrizes Bases de Educação Nacional de 1971 (VEIGA, 2007), uma vez que as mudanças que foram anunciadas com o novo regime somente se tornaram mais profundas e visíveis no final da década de 1960.

Segundo Schwartz (2011), a década de 1960 apresentou dois regimes de governo, os quais resultaram em dois projetos distintos de educação que se deram antes e depois do Golpe Militar de 1964. Assim sendo, até 1964 a organização da política educacional contou com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961) e do Plano Nacional de Educação e, após 1964, com a aprovação da Lei de Reforma do Ensino Superior (Lei nº 5.540/68) e dos Decretos-Lei 5.379/67 e 62.484/67 de criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Desse modo, seria de se esperar que o contexto educacional tivesse mudanças expressivas no que tange a organização administrativa e pedagógica do ensino. No entanto, em relação ao ensino primário, Schwartz (2011) assegura que, após 1964, não houve reformulações legais na organização desse nível de ensino, que permaneceu com a mesma ordenação da década de 1940.

Mesmo que não tenha sido contemplada com reformulações legais, essa década foi permeada por discurso em prol de renovações pedagógicas, que ficavam a cargo em grande parte das orientações do PABAE. Essas orientações incidiram sobre o currículo e os métodos de ensino e apregoavam a adoção do método global (SOUZA, 2008a). De acordo com Souza (2008a, p. 246), “[...] a renovação pedagógica deu ênfase aos projetos de Unidades Didáticas, leituras de jornais, exposição de criatividade, jogos, entre outras indicações metodológicas”, as quais se davam como tentativas de mudanças no modelo de escola primária existente, que

era “[...] centrada na transmissão dos conteúdos, no cumprimento dos programas, nos exames formais e ritualizados, na relação professor-aluno pautada na autoridade, no respeito, no controle e na obediência” (SOUZA, 2008a, p. 244).

Nesse contexto, o ensino primário brasileiro encerrou a década de 1960 registrando uma pequena, porém significativa, melhora na capacidade de retenção do aluno na escola. Vale lembrar que os altos índices de repetência e de evasão eram problemas tradicionais da educação brasileira. O final da década também registrou uma melhora com relação ao analfabetismo, quando a alfabetização, com o MOBRAL, passou a ser vinculada à “participação” na vida econômica, ou seja, uma alfabetização funcional que estava relacionada com o desenvolvimento do país (RIBEIRO, 2003).

Desse modo, é “[...] neste contexto de pressões sociais e políticas de diferentes origens, surgidas dentro de limites bastante marcados, que acontece uma significativa alteração, mais de ordem quantitativa que qualitativa, na organização escolar brasileira” (RIBEIRO, 2003, p. 199) e foi com a promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que o ensino primário sofreu muitas reformas, embora não tenham sido efetivadas na íntegra (VEIGA, 2007). No entanto, por ser um período não coberto por esta pesquisa, tais reformas não serão tratadas neste trabalho.

O estado do Espírito Santo, como já foi dito anteriormente, no ano de 1964 estava sob a direção do governo Lacerda de Aguiar que, após o golpe militar, não teve suas ações governamentais interrompidas de imediato. Entretanto, na medida em que o movimento se consolidou no país, o estado passou a sofrer reflexos do golpe gradativamente (SILVA, 1995). Agregados aos reflexos do Golpe Militar irromperam também as articulações das forças políticas opositoras ao governo que levaram Lacerda de Aguiar a renunciar definitivamente à direção do Executivo do Estado. Com a renúncia do governador, em 1º de fevereiro de 1966, Rubens Rangel assumiu a liderança do governo estadual e não introduziu mudanças na política regional (ZUNTI, 2008).

No que tange as políticas educacionais, a partir de meados da década de 1960, elas refletiram o processo econômico e social do estado, uma vez que “[...] as

transformações econômicas do Espírito Santo seriam administradas com vistas a incorporá-lo no movimento de expansão do capitalismo brasileiro” (ZUNTI, 2008, p. 46). Assim, a industrialização capixaba era a ordem prioritária das ações governamentais, fato que nos permite compreender porque a educação ficou em segundo plano naquele momento da história.

De janeiro de 1967 até março de 1971 a gestão do Poder Executivo estadual ficou sob a responsabilidade de Cristiano Dias Lopes Filho que assumiu o governo por indicação do Regime Militar e através de eleições indiretas. O governo de Cristiano Lopes, que, além de, promover uma reforma administrativa, tinha suas ações voltadas a um crescente processo de industrialização, promoveu no ano de 1968 um Simpósio sobre o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Das pastas em discussão, a educação tratou sobre o Plano de Reorganização do Ensino Primário Oficial que ficou sob a responsabilidade de Elio Ceotto (ZUNTI, 2008). As palavras introdutórias do relatório sobre o tema educação denunciavam a situação constrangedora que perpassava o quadro educacional e afirmava ainda que, os problemas educacionais caminhavam atrelados ao comportamento insatisfatório do poder público e da iniciativa privada diante das crescentes necessidades educacionais do povo (ESPÍRITO SANTO, 1968a).

O relatório do simpósio nos permite inferir que a educação primária enfrentava graves problemas. Dentre eles a incapacidade de a rede física acomodar a crescente demanda de escolarização que se agravava com a multiplicação do número de turnos e a superlotação das escolas primárias. A explosão da demanda exigia providências do poder público estadual para atender ao número de matrículas, que se juntava também à falta de qualificação do pessoal docente e às precárias e inadequadas instalações das escolas, principalmente na zona rural (ESPÍRITO SANTO, 1968a).

Diante desse cenário educacional, a gestão de Cristiano Lopes apostou na necessidade de adoção de medidas que visassem a uma solução global para a educação primária no estado. No entanto, os recursos orçamentários não eram suficientes para a total execução do Plano, daí a necessidade dos recursos advindos do Plano Nacional de Educação e do Salário Educação, ou seja, “[...] a

implementação do presente plano fica na dependência de recursos a serem providos pelo governo federal [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1968a, p. 6).

Assim, no decorrer da gestão de 1967 a 1971, foram levadas à prática ações com o propósito de reduzir os problemas educacionais. Conforme o relatório do governo “Um Estado em marcha para o desenvolvimento”, o Espírito Santo tinha o elevado índice demográfico e uma baixa qualidade do ensino, o que contribuía para o agravamento da situação do ensino primário (ESPÍRITO SANTO, 1968b).

De acordo com o documento, o governo investiu em cursos de aperfeiçoamento para o professor de primeira série, bolsas de estudo para professores de primeira série que se aprimorassem fora do estado e se tornassem multiplicadores de seus conhecimentos, cursos para diretores, cursos para professores de Escolas de Aplicação, mudanças no critério de promoção dos alunos, estabelecimento de convênio como o INEP/MEC para execução do Plano Piloto em classes de primeira série na capital, início do serviço de orientação em grupos escolares, organização de classes de recuperação no período de férias para os alunos de baixo aproveitamento e a distribuição dos alunos em classes por idade cronológica (ESPÍRITO SANTO, 1968b).

O relatório registrava também o esforço empreendido por parte do governo no sentido da provisão de maiores oportunidades de educação no nível primário, através do aumento contínuo do nível de preparação do magistério, além da construção de unidades escolares e, do aumento sensível de salas de aula (ESPÍRITO SANTO, 1968b). Dentre as providências tomadas pelo governo capixaba, pontuamos, ainda, a implantação do programa denominado Mobilização Cívica Contra o Analfabetismo (MOCCA), que foi criado para incentivar os trabalhos no ensino primário, subsidiando meios de planejamento e início da construção de unidades escolares em todo o estado, aumentando o número de salas. No entanto, conforme Zunti (2008, p. 59), “[...] a MOCCA terminou por encaminhar as verbas do programa mais para o atendimento à educação de jovens e adultos”.

As ações do governo Cristiano Dias Lopes foram relatadas também no documento “Desafio & resposta: desenvolvimento do estado do Espírito Santo 1967-1970”. O relatório registrou que, em 1966, o número de alunos matriculados no ensino

primário era de 178.053 e, em 1970, passou para 304.806 alunos, apresentando um número de matrículas superior em 6% ao índice projetado no Censo Escolar de 1964 (ESÍRITO SANTO, 1971).

O estudo das fontes oficiais que relatam as ações do governo estadual Cristiano Lopes¹⁹ e o estudo de Zunti (2008) deixam perceptíveis as iniciativas por parte do governo em relação à educação capixaba no final da década de 1960. A autora reforça essa afirmativa constatando que “[...] registra-se que em todos os documentos a que se teve acesso, nunca antes e nunca mais se viu no estado um planejamento e ações subsequentes na educação, tão consistentes, amplos e reais como no governo instalado em 1968” (ZUNTI, 2008, p. 69).

Em contrapartida, a mesma autora solicita a atenção do leitor para o crescimento relatado nas taxas de aprovação no decorrer de tão curto período, pois, mesmo considerando o excessivo esforço das ações do governo estadual, os índices de aprovação no período de 1966 a 1968 ultrapassaram os resultados que não vinham acontecendo ao longo de décadas na educação primária espírito-santense (ZUNTI, 2008).

Em Santa Teresa (ES), o prefeito Frederico Giuberti assinalou, em seu governo, um período próspero do município, mesmo diante dos agitados tempos da política nacional. Em relação ao Golpe Militar, Biasutti (1994, p. 102) registrou que “a Revolução de 1964, em Santa Teresa, simplesmente não aconteceu”. No mesmo ano da revolução, conforme o Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo, o município registrou 4.566 matrículas gerais, 4.009 matrículas efetivas e 2.714 aprovações. Considerando o número de alunos que efetivamente frequentaram o ensino primário (matrícula efetiva), no ano de 1964, o município apresentou um índice de aproximadamente 32,3% de reprovações²⁰ nesse nível de ensino. Tal índice teve seu percentual diminuído no final da década, mais especificamente no ano de 1969, com aproximadamente 28,1% de reprovações para

¹⁹ Referimo-nos aos seguintes documentos: Simpósio sobre “O desenvolvimento do Estado do Espírito Santo” (1968a), relatórios de governo “Um Estado em marcha para o desenvolvimento” (1968b) e “Desafio & resposta: desenvolvimento do estado do Espírito Santo 1967-1970”.

²⁰ Esclarecemos que os percentuais registrados foram obtidos através de cálculos que tiveram como base os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo, considerando o número de matrículas efetivas e aprovações para o ano de 1964 e matrículas no fim do ano e aprovações para o ano de 1969.

3.844 matrículas no fim do ano e 2.762 aprovações (ESPÍRITO SANTO, 1967; 1972).

Em se tratando das unidades escolares que ofereciam o curso primário no município teresense, em 1964, o Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo registrou um quantitativo de 108 escolas, sendo que destas 97 localizavam-se na zona rural, enquanto que, no ano de 1969, o mesmo documento registrou um número de 105 unidades escolares e destas 98 localizadas na zona rural (ESPÍRITO SANTO, 1967; 1972).

Percebemos uma diminuição na quantidade geral de escolas no final da década, no entanto, não obtivemos nenhuma informação nas fontes documentais analisadas que justificasse tal situação. Ao contrário das unidades escolares, o município registrou um mínimo acréscimo no número de docentes, uma vez que, em 1964, havia 140 professores, enquanto que, em 1969, o número de docentes era de 143 (ESPÍRITO SANTO, 1967; 1972).

Contudo, outros setores da administração municipal alcançaram índices significativos como, por exemplo, a produção agrícola. Deu-se início também à obra de asfaltamento da estrada que ligava Santa Teresa (ES) a Fundão (ES), organizou-se a Cooperativa Avi-Hortícola de Santa Teresa (ES), construiu-se o prédio do cinema e foi inaugurado o Hospital Nossa Senhora do Bom Conselho. Assim, em 1965, o município era o quarto contribuinte para os cofres estaduais (BIASUTTI, 1994). O mesmo autor registra que, em 1966, o prefeito se afastou do cargo para concorrer a uma vaga no Legislativo Estadual e o Poder Executivo do município ficou, então, sob a responsabilidade do primeiro Vice-Prefeito teresense, Eugênio Biasutti, que no final do mesmo ano passou a gestão para o prefeito eleito Waldyr de Almeida Loureiro. Esse prefeito administrou Santa Teresa (ES), de fevereiro de 1967 a janeiro de 1971, realizando um governo significativo, com grandes obras no município (BIASUTTI, 1994).

Nos entanto, mesmo com significativas realizações de obras públicas, o município enfrentou problemas com a rede física e a acomodação da crescente demanda de escolarização no final da década de 1960. Tal situação é verificada nas Atas de Reunião Pedagógica, onde se encontram registrados relatos de professoras

solicitando o desdobramento da turma, ou, ainda, a expectativa de poucos resultados positivos no final do ano, devido ao elevadíssimo número de alunos em sala de aula (ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”, 1964;1965a).

Os entraves que permeavam a escola primária em Santa Teresa (ES) eram muitos e se davam de diversas formas, como a falta de material escolar, a necessidade de docentes de emergência, a falta de recursos suficientes para atender às necessidades da escola, as quais eram supridas com o dinheiro arrecadado através da promoção de eventos, colaboração dos professores e pais de alunos para o Caixa Escolar, dentre outras muitas situações que obstaculizavam o bom funcionamento desse nível de ensino. (ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”,1966; 1967; GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”,1968a).

Não só de obstáculos foi inscrita a história do ensino primário teresense na década de 1960. É datada dessa época ações como a orientação das professoras primárias pelas supervisoras Regionais de Ensino, a implantação das Escolas de Férias, (GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, 1968b; 1969b), realização de curso de aperfeiçoamento de docentes leigos no Colégio Agrícola de Santa Teresa (ES) (ESCOLAS REUNIDAS “PATRIMÔNIO DE SANTO ANTÔNIO”,1966b), apoio da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) aos estabelecimentos de ensino primário municipal, criação de bibliotecas nos grupos escolares e enriquecimento de seu acervo através do Programa da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), além do anúncio da chegada do novo currículo para o ensino primário nas escolas do município de Santa Teresa (ES) ao final da década (GRUPO ESCOLAR “VISCONDE DE INHAÚMA”, 1968a; 1968b; 1969b).

Diante do exposto, é pertinente afirmar que significativos avanços e retrocessos vividos na educação no Brasil e no estado do Espírito Santo também se refletiram no município de Santa Teresa (ES). Constatamos, assim, que a educação sempre esteve atrelada ao contexto histórico, político, social, econômico e cultural da época e que, em diversos momentos, o sistema educacional experimentou ações que se efetivaram positivamente, enquanto que, em outros momentos, a educação sofreu retrocessos ficando em segundo plano. Portanto, percebemos que a educação, mesmo considerando os esforços dos dirigentes em nível nacional, estadual e

municipal, sofreu com falta de receita em seu orçamento, desvalorização do magistério, dificuldades físicas e pedagógicas das instituições, altos índices de reprovação e evasão, dentre outros inúmeros acontecimentos que a distanciaram no decorrer dos tempos e ainda a distanciam da compreensão da educação como um direito de todos. Finalizamos, assim, considerando cabíveis as palavras de Zunti (2008, p. 155), quando afirma “[...] que o legal esteve sempre bem longe do real na educação”.

No próximo capítulo deste estudo, abordaremos os materiais e métodos de ensino da leitura que eram propostos por agentes responsáveis pela condução da política educacional e os que circularam na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960.

4 A CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS E MÉTODOS DE ENSINO EM SANTA TERESA (ES) NA DÉCADA DE 1960

O ensino primário na década de 1960 era alvo de várias críticas que motivavam a constituição de discursos em prol da renovação do ensino a partir da modernização de materiais e métodos, da melhoria da formação do docente e da implementação de práticas que conferissem centralidade à criança nas atividades escolares. Esses aspectos eram considerados propulsores de melhorias no desempenho escolar.

Para Saviani (2010, p. 336) “[...] a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa, deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora”. As ideias renovadoras a que se refere Saviani (2010) resultam de um processo de retomada das discussões sobre a criança e a escola no início do século XX.

De acordo com Valdemarin (2010, p. 23), a escola sofria críticas por “[...] não cumprir sua função social e transmitir conhecimentos poucos úteis à vida [...]”. Por isso, a escola era considerada como uma instituição que estava “[...] alheia às necessidades infantis [...]” (VALDEMARIN, 2010, p. 23) e que enfatizava apenas o desenvolvimento intelectual dissociado das reais necessidades das crianças. Tais críticas à escola primária da década de 1960 contribuíram para que o pensamento renovador fosse compartilhado em nível nacional e estadual, tornando-se, desse modo, “[...] visível a centralidade de diferentes instâncias político-administrativas na disseminação de princípios defendidos pelo movimento escolanovista e, como estratégia, a circulação desses princípios por meio de documentos oficiais [...]” (SCHWARTZ, 2012, p. 9) como orientações para a formação de professores e para as discussões a serem efetivadas nas escolas.

Portanto, na década de 1960, por meio de orientações oficiais, é possível notar que as tentativas de transformações das escolas primárias eram nutridas pela defesa de princípios da Escola Nova, que primavam pelos fortes ideais libertários e apregoavam a adoção da pedagogia ativista. A retórica renovadora buscava romper radicalmente com o formalismo disciplinar e verbalista, além da pedagogia deontológica, abstrata e centralizada em vigor na escola tradicional (CAMBI, 1999).

Dessemelhante dos princípios formativos da escola tradicional, acreditava-se que os da pedagogia ativista vinham para operar mudanças que colocassem a criança, suas necessidades e capacidades no centro do processo ensino e aprendizagem. Nessa direção, enfatizava-se que “[...] o fazer que deve preceder o conhecer, o qual procede do global para o particular [...]” (CAMBI, 1999, p. 513). Desse modo, a partir das reflexões de Cambi (1999, p. 513), é possível visualizar o predomínio da crença de que a “[...] a aprendizagem coloca no centro o ambiente e não o saber codificado e tornado sistemático”.

Nessa lógica, o ensino globalizado ganhava espaço e adeptos no âmbito da escola primária mediante a defesa de atividades não exclusivamente intelectuais, mas também de manipulação, ou seja, que envolviam conhecimento e ação, respeitando a natureza “global” da criança (CAMBI, 1999). A defesa por esse método e tipo de atividade era feita também pelos agentes educacionais responsáveis pela orientação do ensino primário teresense na década de 1960 como pode ser ilustrado em atas de reuniões pedagógicas dos grupos escolares como esta:

A Supervisora [...] falou sobre [...] as vantagens das aulas globalizadas e ao mesmo tempo visualizadas, pois a criança memoriza muito mais vendo do que só ouvindo falar (GRUPO ESCOLAR “PATRIMÔNIO DE SANTO ANTONIO”, 1967, p. 10).

De acordo com Braslavsky (1971), a ideia de globalização teve seus princípios ancorados em correntes teóricas distintas. Entretanto, os princípios que mais predominavam eram os da Gestalt, que toma como ponto de partida a hipótese de que todo fenômeno natural “[...] é uma *totalidade*, que não se determina pela soma dos elementos individuais, mas, ao contrário, os elementos é que serão determinados pela ‘natureza intrínseca da totalidade’” (BRASLAVSKY, 1971, p. 105, grifos do autor). A teoria da Gestalt que se fez presente no Brasil, na década de 1960, tomava a noção de forma como um todo significativo (BRASLAVSKY, 1971).

A defesa de uma metodologia globalizada era a tônica de reuniões escolares, assim como o incentivo para a adoção de materiais e métodos de ensino cujos princípios “[...] levassem em conta a especificidade do desenvolvimento intelectual das crianças no que diz respeito a sua capacidade de percepção de totalidade das coisas e das situações em detrimento de elementos isolados de um contexto” (SCHWARTZ, 2012, p. 10). Esses princípios que circulavam na escola contribuía

para introduzir alterações no modelo escolar “tradicional” e ressignificar seus materiais e métodos, uma vez que favoreciam para que as práticas escolares se deslocassem do “ouvir” para o “ver”, e o ensino associasse o “ver” ao “fazer” (VIDAL, 2000).

Princípios do método global, segundo Braslavsky (1971), fundamentavam métodos de marcha analítica, que partem da leitura da frase ou da palavra, chegando, às vezes, ao reconhecimento de seus elementos, a sílaba ou a letra. Frade (2007, p. 26) afirma que os métodos analíticos “[...] partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio da decifração”. A mesma autora acrescenta ainda que

[...] estes métodos tomam como unidade de análise a palavra, a frase e o texto e supõem que, baseando-se no reconhecimento global como estratégia inicial, os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que dependendo do método (global de contos, sentencição ou palavrção) vão do texto à frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba (FRADE, 2007, 26).

Os métodos de marcha analítica, dependendo dos argumentos que são usados para justificar fundamentos psicológicos que lhes servem de base, podem receber diversas nomenclaturas como “global”, “natural”, “ideovisual” etc. (BRASLAVSKY, 1971). O método global está vinculado diretamente a Ovídio Decroly, que é um dos nomes da chamada Escola Nova e que fundamentalmente propôs princípios para a elaboração do ensino globalizado. Dentre os princípios que sustentam o método global salientamos a noção de sincretismo “[...] que parte do princípio de que os indivíduos percebem inicialmente o todo em detrimento das partes” (SCHWARTZ, 2012, p.17). Decroly se apropriou da percepção sincrética para fundamentar o conceito que denominou de globalização.

De acordo com o estudo de Schwartz (2012), princípios da Escola Nova, que fundamentaram propostas de ensino no Brasil e foram utilizados para se pensar ensino da leitura no âmbito das políticas educacionais da década de 1960, não eliminavam as discordâncias no que diz respeito à opção por alguns métodos de ensino sobre outros. Nesse sentido, Braslavsky (1971), Frade (2007) e Schwartz (2012) apontam que havia divergências entre os defensores da Escola Nova e as adesões a determinadas vertentes que defendiam maneiras de ensinar a leitura. Enquanto Decroly defendia os métodos globais, Maria Montessori defendia o método

fônico. Desse modo, conforme Schwartz (2012, p. 15), o ideário escolanovista “[...] favoreceu para que diferentes métodos de ensino da leitura fossem disseminados na escola primária nos anos de 1960, [...] contribuindo para a coexistência de diferentes formas de ensinar a ler e de formar leitores na escola primária”.

Tendo em vista essas considerações, analisamos, neste capítulo, materiais e métodos que circularam na escola primária de Santa Teresa (ES) para orientação do ensino da leitura e práticas de formação de leitores na década de 1960. Nossa análise se pautou em atas de reuniões pedagógicas que davam a ler orientações de ensino da leitura aos docentes, assim como em correspondência oficial enviada pela Secretaria de Educação e Cultura do estado do Espírito Santo às Escolas Reunidas de “São Roque”, que trouxe em seu conteúdo uma indicação de títulos propostos a professores e alunos para o ensino da leitura nas escolas primárias teresenses, com o propósito de identificar indícios desse discurso renovador da década de 1960. Além das fontes citadas, nos detivemos também em títulos representativos da produção editorial do Programa da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) enviados às escolas para subsidiar a prática de professores primários.

4.1 PRINCÍPIOS RENOVADORES, MATERIAIS E MÉTODOS DE ENSINO

Registros de atas de reuniões pedagógicas de grupos escolares da década de 1960 em Santa Teresa (ES) mostram a presença do discurso renovador nas vozes de Diretores, Supervisores e Professores, ao apresentarem orientações para o ensino da leitura às professoras primárias. O discurso renovador se expressa sob a forma de apelo para que as professoras participantes das reuniões priorizassem um trabalho de ensino que conduzisse as crianças a um conhecimento “completo”, o que se considerava possível por meio de “aulas globalizadas e visualizadas”, que enfatizassem o aproveitamento dos recursos de seu meio social. Seguindo essa lógica, nas reuniões, nota-se ainda que era incentivado às professoras pensarem também a reorganização dos espaços escolares de forma que pudessem servir a atividades de ensino variadas. O fragmento da ata apresentado a seguir corrobora a afirmação:

A Supervisora, [...] iniciando sua palestra, disse-nos primeiramente que deveríamos reconhecer o valor de uma professora diante de uma

comunidade, fazendo do magistério mais um sacerdócio do que um ganha-pão para após começarmos nossos trabalhos levando as crianças a um conhecimento completo, isto é, complementando sua educação conforme a evolução dos tempos. Para isso devemos usar, pelo menos, os recursos do meio, havendo sempre, as professoras o maior contacto umas às outras e prosseguir suas aulas das anteriores. Falou sobre as desvantagens dos castigos, falação em voz alta com os alunos e as vantagens das aulas globalizadas e ao mesmo tempo visualizadas, pois a criança memoriza muito mais vendo do que ouvindo falar. Disse que o recreio é uma continuação de aula, portanto devemos utilizá-lo da melhor maneira possível, dirigindo a recreação com atividades renovadas, aproveitando a oportunidade para a limpeza da classe, dividindo-a em “cantinhos” para matemática, ciências, literatura, etc. apresentando semanalmente o jornalzinho feito pelos próprios alunos (GRUPO ESCOLAR “PATRIMÔNIO DE SANTO ANTONIO”, 1967, p. 9 (verso); 10)²¹.

As atividades de ensino renovadas demandariam também incorporar às práticas escolares a utilização de outros espaços como a Biblioteca. Nesse contexto, a importância das Bibliotecas para os próprios professores e alunos era destacada nas reuniões pedagógicas, assim como a ideia de que havia uma forma correta para o uso desse espaço. O trecho do registro da reunião pedagógica do Grupo Escolar “Almirante Tamandaré” ilustra como isso era trabalhado com as professoras primárias:

A Diretora passou a falar sobre a utilidade valiosa de uma Biblioteca Escolar para servir ao corpo docente do Grupo e para os alunos buscarem informações precisas e satisfazerem as suas necessidades. Em seguida mandou que a professora [...] lesse um boletim o qual trazia a explicação correta de como fazer e usar uma Biblioteca Escolar o qual agradou a todas as professoras e incentivou cada uma a ajudar na sua elaboração (GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, 1967a, p. 22 (verso)).

Pelo trecho, pode-se depreender que, apesar da representação de biblioteca escolar como espaço valioso para busca de informações tanto para professores como para alunos, os grupos escolares não contavam com uma em suas instalações. Nesse sentido, é possível afirmar que a valorização pela diretora da biblioteca como espaço de acesso a informações funcionava como estratégia para fomentar a organização, pelas professoras, desses espaços nas escolas primárias. A biblioteca escolar seria a oportunidade de inserir as crianças em atividades práticas que as colocassem no cerne da ação pedagógica, o que se constituía um princípio da pedagogia ativista, como pontuado por Cambi (1999).

²¹ Esclarecemos que optamos por fazer a transcrição dos registros não atualizando a grafia das palavras, ou seja, todas as citações referentes às atas foram reescritas conforme se apresentavam no documento.

A busca por implementação de práticas que se aproximassem desses princípios se faz ver também pela valorização do trabalho com o jornal escolar. O trecho da ata da reunião pedagógica do Grupo Escolar “Almirante Tamandaré” deixa claro que a orientação passada para as professoras envolvia atividades que criassem envolvimento das crianças com práticas de leitura diárias de jornal:

Um dos últimos assuntos discutidos foi a respeito do jornal que circula em nosso Grupo cujo nome é “A Voz Infantil”. Nossa diretora pediu a colaboração das professoras que fizessem com que seus alunos lessem diariamente os artigos publicados pelo mesmo e que procurassem trazer recortes, notícias e outros trabalhos independentes para serem expostos (GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, 1969c, p. 41).

A valorização da implementação e uso de bibliotecas e do envolvimento das crianças com leitura de jornais na escola é apenas uma das vias pelas quais se podem verificar circulações de princípios da pedagogia renovada no ensino primário em Santa Teresa (ES) nos anos de 1960. Outra via era a defesa pelo uso de recursos audiovisuais.

Em algumas reuniões pedagógicas diretores dos grupos escolares buscavam incentivar a produção e uso de materiais como cartaz de pregas, mapas perfurados, álbum seriado, letreiros, murais didáticos e flanelógrafo, conforme revela o registro da ata de reunião pedagógica:

Nossa Diretora é amiga falou sobre o curso que fez nas férias, em Vitória e mostrou-nos o que aprendeu, dando-nos umas explicações à respeito como: os quadros usuais, dando explicações como são feitos os desenhos; o cartaz de pregas, onde vai-se colocando as figurinhas, de acordo com a história que se está contando para maior entendimento das crianças; o flanelógrafo e sua utilidade. Seguiu contando a História de “João e Joãozinho” expondo as figurinhas no flanelógrafo, o que nos agradou muito, mostrou-nos também o mapa perfurado, ensinando como desenhá-lo (ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”, 1963, p. 9 (verso)).

O discurso em defesa desses recursos audiovisuais era resultante de ações implementadas pela política educacional no estado do Espírito Santo que ofertava cursos para diretores e professores aprenderam a confeccionar e utilizar esses recursos no ensino primário. Os materiais audiovisuais eram vistos como promotores de motivação das aulas, conforme mostra o registro:

A professora do quarto ano [...] prosseguiu dando-nos orientação sobre o que aprendeu no Áudio-visual. Falou-nos sobre vários materiais que podem ser empregados na motivação das aulas, para tornarem mais atrativas. Ensinou-nos o uso do flanelógrafo, cartaz de pregas, quadro mural, mapa

perfurado e diversas técnicas. Disse que o melhor é flanelógrafo principalmente no primeiro ano (ESCOLAS REUNIDAS DE "SÃO ROQUE", 1964, p. 12).

A política educacional no Estado contava com aparato para formar profissionais para produzir e fazer uso de recursos audiovisuais nas escolas primárias, como pode ser visto pela correspondência enviada pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas da Secretaria de Educação e Cultura para as Escolas Reunidas de "São Roque", no ano de 1963, comunicando a realização de curso que contemplava a comunicação visual em consonância com os princípios educacionais vigentes.

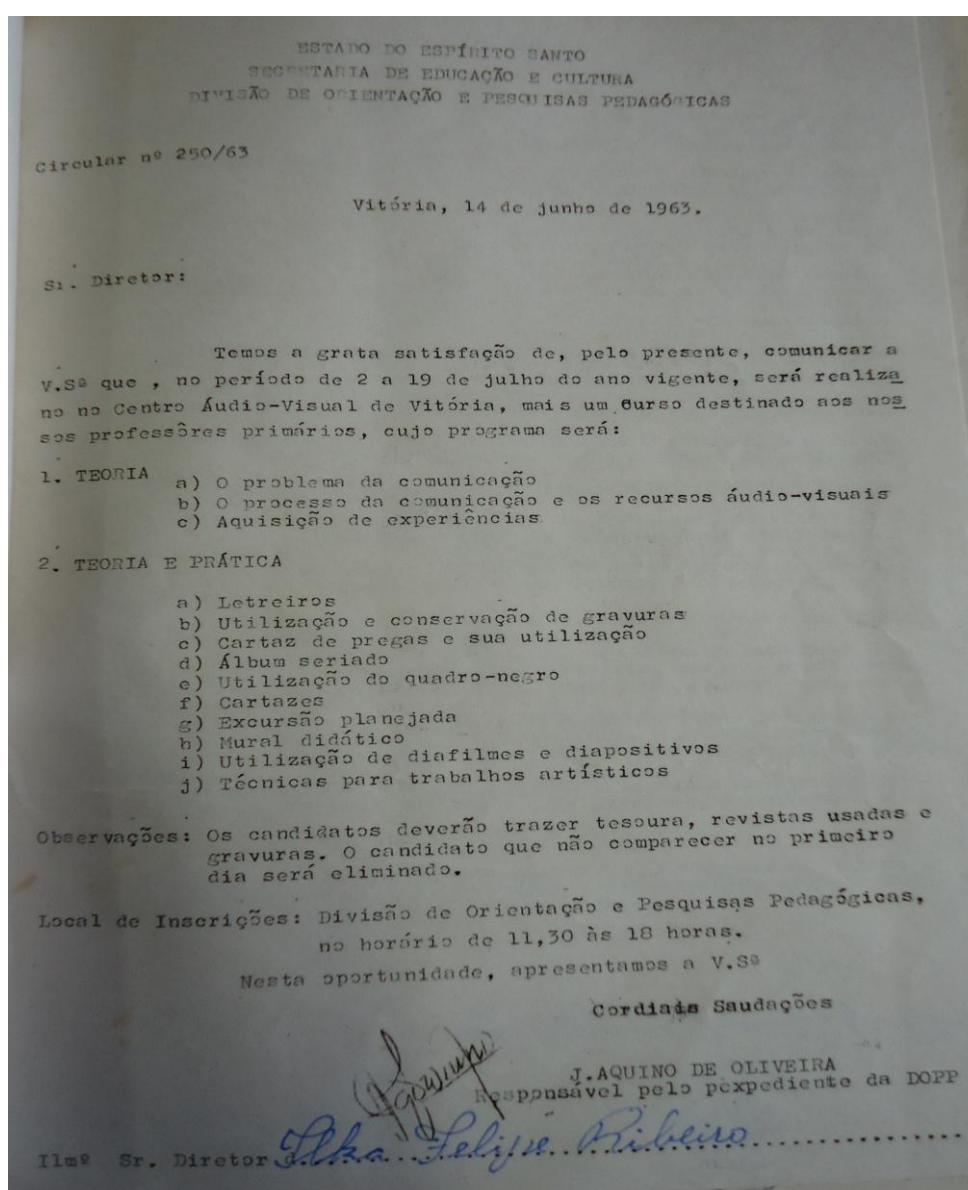


Figura 2: Circular nº 250/63 enviada pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas da Secretaria de Educação e Cultura para as Escolas Reunidas de "São Roque", 1963
Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "David Roldi".

Também houve a sistematização e divulgação das vantagens do uso de materiais audiovisuais através dos boletins emitidos pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas (DOPP), de acordo com o conteúdo da carta-circular abaixo.

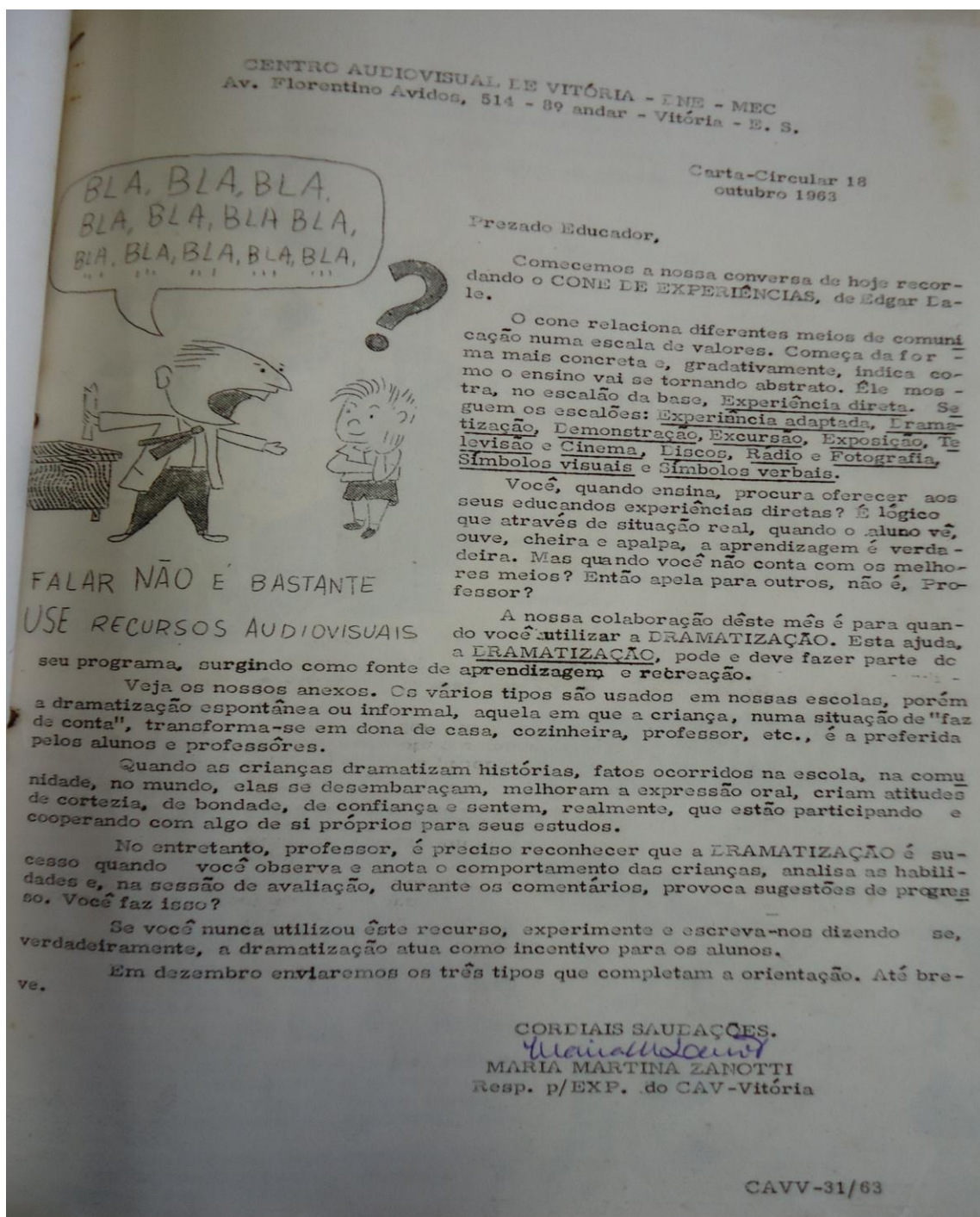


Figura 3: Carta-Circular de 18 de outubro de 1963 enviada pelo Centro Audiovisual de Vitória (ES) para as Escolas Reunidas de "São Roque", 1963
Fonte: Arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "David Roldi".

A partir de correspondências como essa, é possível notar a existência de uma política de ensino no estado do Espírito Santo que garantia, pela formação do professor, a circulação de princípios e estratégias de ensino defendidos pelo movimento escolanovista. Fica claro na carta-convite a defesa por um ensino que oportunizasse às crianças experimentarem situações de aprendizagem que levassem em conta a atuação da criança através de experiências diretas com a situação real do educando. Esse fato nos leva a inferir que princípios renovadores eram postos em circulação também por meio desses boletins que serviam para direcionar e legitimar concepções pedagógicas.

No que diz respeito ao ensino da leitura, princípios da pedagogia renovada eram veiculados por meio da defesa do método global. O estudo de Schwartz (2012) aponta indícios de que, no Brasil e no Espírito Santo, havia tendências de defesa de princípios que fundamentavam o método global de ensino pela via dos materiais produzidos em órgãos responsáveis pela política educacional. Nossa investigação demonstra esses indícios em Santa Teresa (ES), por meio da voz da Supervisora materializada na ata de reunião pedagógica das Escolas Reunidas “Patrimônio de Santo Antônio”. O trecho citado evidencia que o método analítico que tomava a frase como ponto de partida para o ensino da leitura era visto como o mais adequado:

[...] a supervisora [...] explicou as professoras do 1º ano como ensinar as crianças a ler. 1º Passou uma frase no quadro nos dois tipos de letras, e fazer o mesmo em faixa de cartolina ou papel, depois ler com as crianças, mandar que elas leiam sozinhas e também contar histórias mostrando sempre as figuras. Logo a seguir mostrou qual seria o livro adotado para o 1º ano. O livro de Lili (ESCOLAS REUNIDAS DE PATRIMÔNIO DE “SANTO ANTÔNIO”, 1966b, p. 5 (verso); 6).

Como pode ser visto, o desenvolvimento da atividade de acordo com a explanação da Supervisora toma para análise a frase, o que revela, conforme a terminologia usada por Frade (2007), características do método global de sentencição. Reforçando essa tendência, observamos a orientação da Supervisora para a escrita da frase em faixa de cartolina e o alerta para a leitura da frase com as crianças e pelas crianças. Salientamos também, a ênfase atribuída no registro para o uso da figura como auxiliar no processo do ensino da leitura através da visualização.

Além dos boletins enviados às escolas, princípios do movimento escolanovista circulavam por meio de materiais produzidos para orientar o professor na utilização do método global. Tais materiais eram enviados pela Secretaria de Educação do Estado para as escolas. Localizamos na Biblioteca Érico Veríssimo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Frederico Pretti” dois livros que faziam parte do acervo da Biblioteca COLTED que foram destinados aos professores das Escolas Reunidas de “São João de Petrópolis”.

Cabe salientar que o programa COLTED era subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura e foi instituído pelo Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, cujo artigo 1º apontava como finalidade do programa, “[...] incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos” (BRASIL, 1966, p. 11468).

A partir dessa compreensão, dentre os inúmeros títulos que circularam através do COLTED, apresentamos os dois títulos encontrados:



Autor:	PEIXOTO, Ilka Rocha; MIRANDA, Helena Guimarães
Título:	O flanelógrafo: confecção e utilização
Editora:	Ao Livro Técnico
Ano:	1967
Edição	-
Outras informações:	O livro possui carimbo das Escolas Reunidas de “São João de Petrópolis”.

Figura 4: Capa do livro *O flanelógrafo: confecção e utilização* pertencente ao acervo do COLTED
Fonte: Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Frederico Pretti”.



Autor:	MENDONÇA, Heloisa de
Título:	Mais vida na sala de aula
Editora:	Ao Livro Técnico
Ano:	1967
Edição	-
Outras informações:	O livro possui carimbo das Escolas Reunidas de “São João de Petrópolis”.

Figura 5: Capa do livro *Mais vida na sala de aula* pertencente ao acervo do COLTED
Fonte: Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Frederico Pretti”.

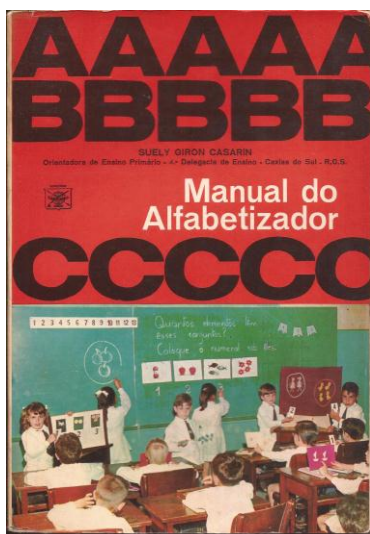
No primeiro título *O flanelógrafo: confecção e utilização*, de Ilka Rocha Peixoto e Helena Guimarães Miranda, considerado pelas autoras como um “recurso visual muito versátil”, notamos mais uma vez a tendência ao apelo de recursos audiovisuais presente na escola primária. Da mesma forma, o título *Mais vida na sala de aula*, de Heloisa de Mendonça, orientava a organização de “cantinhos” nas salas de aula, iniciado por um convite da autora aos professores para darem mais vida à sala de aula através do manuseio de materiais concretos pelas crianças.

O investimento na formação dos professores de Santa Teresa (ES) ocorreu pela via de envio de manuais didáticos para as escolas, estratégia utilizada para a disseminação de princípios renovadores, indicando, assim, que tais princípios balizavam a política educacional nacional e local. Esses manuais tornavam acessíveis os procedimentos a serem adotados para o ensino da leitura e davam a conhecer o método que deveria ser trabalhado em sala de aula.

Identificamos três manuais que circularam, nas escolas primárias teresenses, na década de 1960. Tais manuais estavam citados na Ata de Reunião Pedagógica da Delegacia de Ensino de São João de Petrópolis, no ano de 1963, e nas Atas de Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Almirante Tamandaré”, referentes ao ano de 1968. São eles: *Manual do Alfabetizador, Orientação e experiência* e *Ensinando a criança*.

Dentre esses, tivemos acesso ao *Manual do alfabetizador*²², de autoria de Suely Giron Casarin. A autora, que se identifica como Orientadora de Ensino Primário da 4ª Delegacia de Ensino de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), afirma que o material didático foi elaborado com o objetivo de iniciar a criança na aprendizagem da leitura e da escrita, além de visar o desenvolvimento de hábitos, atitudes e habilidades necessárias ao bom leitor.

²² Esclarecemos que, na ata de reunião pedagógica que cita o título *Manual do Alfabetizador*, não consta referência de autoria. A confirmação de circulação desse manual, assim como sua autoria sendo de Suely Giron Casarin, foi informada por uma professora que lecionou no ano de 1963 e cujo nome se faz registrado no documento.



Autor:	CASARIN, Suelly Giron
Título:	Manual do Alfabetizador
Editora:	Edições Tabajara
Ano:	[196 -]
Edição	-
Outras informações:	Primeiro volume da Coleção Normalista. O título a que tivemos acesso não consta data e número de edição.

Figura 6: Capa do *Manual do Alfabetizador*
 Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O *Manual do Alfabetizador* era o primeiro volume pertencente à Coleção Normalista, formada por quatro volumes elaborados por diferentes autores. O manual defendia a alfabetização sem o uso de cartilhas, adaptando a aprendizagem da criança ao meio que ela conhecesse, vivesse e sentisse. A aprendizagem da leitura e da escrita defendida pela autora deveria partir de histórias, apresentadas através de cartazes e fichas, de acordo com os princípios do método global de ensino. Segundo a autora, o método global “[...] está de acôrdo com o sincretismo infantil, uma vez que a criança tem a capacidade de ver, de sentir e de compreender o todo, o conjunto” (CASARIN, [196-], p. 116).

Dentre as correspondências oficiais recebidas pelas Escolas Reunidas de “São Roque” foi possível identificar títulos de livros que foram sugeridos para a escola primária teresense e possivelmente balizaram o ensino nessas escolas. A Circular nº 002 de 22 de janeiro de 1963, enviada pela SEC/DOPP, sugeria títulos que contemplavam os conteúdos em consonância com o programa de ensino vigente no Estado do Espírito Santo.

A relação desses títulos que se encontrava no anexo dessa circular continha 35 títulos e, desses, 13 estavam direcionados ao ensino da leitura,²³ ficando assim apresentados:

²³ O critério adotado para a seleção dos títulos privilegiou o ensino da leitura, sendo descartados 22 títulos direcionados ao ensino de matemática, geografia, testes, aritmética, estudos sociais e naturais, ciências e gramática.

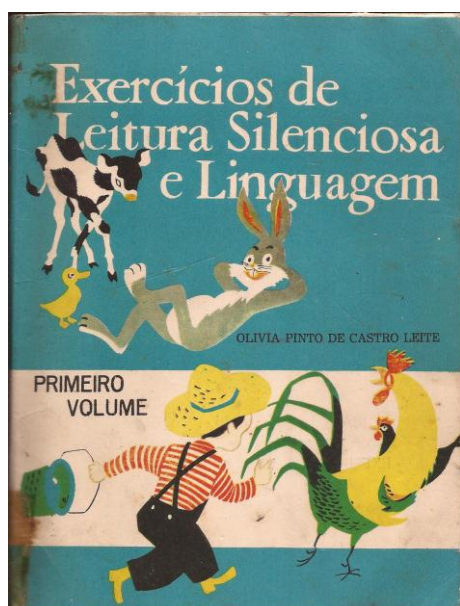
Quadro 1 - Demonstrativo de títulos direcionados ao ensino da leitura

AUTOR	NOME DO LIVRO	SÉRIE A QUE SE DESTINA	EDITORA
Theobaldo M. Santos	Linguagem	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries	Nacional
Rita Amil e Maria Gabriela Rialva	Meus Deveres	1ª série – principiante 1ª série iniciada	Francisco Alves
Theobaldo M. Santos	Exercícios de Linguagem e matemática	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries	Agir
Nazir Cardoso	Testes para aula de linguagem	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries	Minerva
Lídia Santana Boop Sydia Sant'Anna Boop	Nossos Exercícios de Linguagem	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries	
Helena Lopes Abranches e Esther Pires Salgado	Meu Tesouro	1ª a 5ª séries	Artes Gráficas
Ariosto Espinheira	Infância Brasileira	1ª a 5ª séries	Cia. Ed. Nacional
Cecy Cordeito e Jandira Cardias Szcchir	Linguagem e Estudos Sociais e Naturais	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries	Editora do Brasil na Bahia
Célia Côrtes Abdon	Nossos Exercícios de Linguagem	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries	Conquista
Maria Helena Portilho; Epomina Portilho; Ellen de Faria Rocha Portilho	Trechos para ditados	3ª e 4ª séries	Conquista
Olívia Pinto de Castro Leite	Exercícios de leitura silenciosa e linguagem	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries	Editôra do Brasil em Minas Gerais
Wanda Rollin Pinheiro Lopes	Preparação da criança para a aprendizagem da leitura	Orientação do professor	Conquista
Célia Côrtes Abdon	Primeiros Passos na Linguagem	Orientação do professor	Conquista

Nota: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados contidos na Circular nº 002 de 22 de janeiro de 1963, enviada pela SEC/DOPP.

Na análise dos títulos constantes na relação enviada pela SEC/DOPP foi possível depreender que havia sugestões de livros destinados aos alunos e livros destinados à orientação dos professores. Dentre esses, tivemos acesso a dois títulos com atividades sugeridas para os alunos e dois destinados à orientação dos professores.

Dos livros de alunos, os títulos encontrados destinavam-se à primeira série. Um desses títulos, *Exercícios de leitura silenciosa e linguagem*, de autoria de Olívia Pinto de Castro Leite, está representado na figura a seguir:



Autor:	LEITE, Olívia Pinto de Castro
Título:	Exercícios de leitura silenciosa e linguagem: primeiro volume
Editora:	Editora do Brasil em Minas Gerais S/A
Ano:	1967
Edição	-
Outras informações:	O título foi indicado no ano de 1963 e tivemos acesso a um exemplar referente ao ano de 1967. Por isso, entendemos que esse material didático teve seu uso destinado ao ensino da leitura no decorrer da década.

Figura 7: Capa do livro *Exercícios de leitura silenciosa e linguagem*
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O título deste livro didático sugere um material elaborado de acordo com princípios defendidos pelo pensamento renovador. Sobre métodos ativos de ensino na escola primária, Vidal (1998) pontua que, para a educação renovada, ler silenciosamente valorizava o conteúdo em detrimento da forma, além de atender aos apelos da sociedade moderna. Outra característica observada nas atividades propostas pelo livro analisado enfatiza a associação de figuras com atividades de leitura e escrita, o que indicia uma tendência de métodos globais de ensino que se apoiavam no aspecto visual para o ensino da leitura.

O outro livro didático destinado ao aluno foi *Infância Brasileira: 1ª série primária* de autoria de Ariosto Espinheira, conforme ilustra a figura 8. Esse livro didático, além de sugerido pela SEC/DOPP, foi utilizado nas escolas primárias de Santa Teresa (ES) na década de 1960. Assim como Leite (1967), Espinheira (1965) também sugere a defesa de princípios do pensamento renovador e do método global de ensino da leitura. Suas atividades eram desencadeadas a partir de um texto, ou seja, de unidades maiores de significação para chegar às unidades menores. Seus textos apresentavam, também, a peculiaridade de narrar histórias envolvendo uma

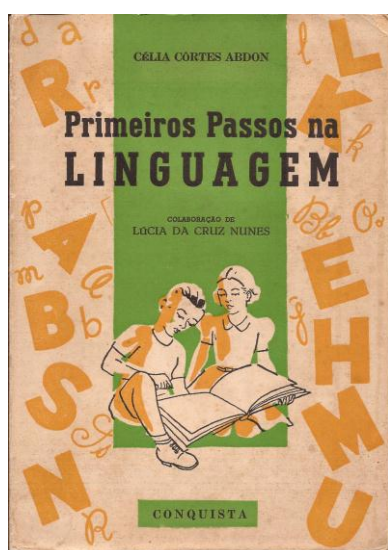
personagem chamada Paulo, que representava a imagem de uma criança. As narrativas giravam em torno de acontecimentos próximos aos interesses infantis, comungando com o pensamento renovador que punha a criança no centro do aprendizado.



Autor:	ESPINHEIRA, Ariosto
Título:	Infância Brasileira: 1ª série primária
Editora:	Companhia Editora Nacional
Ano:	1965
Edição	271.ª
Outras informações:	O livro se destina à primeira série primária, porém trata-se de um material didático que era indicado para o uso após a cartilha, isto é, pelos alunos que sabiam ler.

Figura 8: Capa do livro *Infância Brasileira*, destinado à 1ª série primária
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Quanto aos livros didáticos sugeridos aos professores, tivemos acesso ao título: *Primeiros passos na linguagem*, de Célia Côrtes Abdon, datado de 1954, conforme ilustra a figura 9. O livro de Abdon (1954) era destinado à orientação de professores e tratava de assuntos relacionados a qualidades do professor, necessidade do professor conhecer seus alunos, planejamento de aulas, assim como orientações sobre a escolha do método de ensino da leitura. É importante destacar que a autora apresenta tanto o método sintético, quanto o método analítico para esse ensino, porém enfatiza sua preferência pelo analítico.



Autor:	ABDON, Célia Côrtes
Título:	Primeiros passos na linguagem
Editora:	Conquista
Ano:	1954
Edição	-
Outras informações:	O livro destina-se à orientação dos professores

Figura 9: Capa do livro *Primeiros passos na linguagem*
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

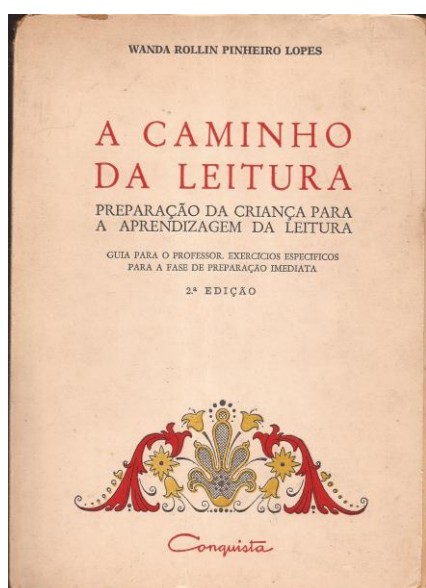
A proposta de atividades desse livro didático apresenta pequenas histórias para leitura silenciosa e interpretação, jogos na primeira série, cópia, introdução das vogais por meio de contação de histórias, dentre outras atividades para o ensino da leitura e escrita conforme relacionadas no índice ilustrado abaixo.

Í N D I C E	
1. Qualidades do Professor	7
2. Conhecimento das crianças	9
3. Colaboração com os pais ou responsáveis	11
4. Primeiro dia de aula	13
5. Planejamento do trabalho	18
6. Trabalho preparatório e auxiliar	21
7. Escolha do método de ensino da Leitura. Simultaneidade da Leitura e da Escrita. Esquema geral	23
8. Introdução das vogais	26
9. Introdução do primeiro fonema M	31
10. Sugestões para a introdução dos demais fonemas: L, V, D, B, F, T, R, P, N, J, S, G + A + O + U, G, Q, C + A + O + U, X, G + I + E, C + I + E	53
11. Vocabulário	57
12. Trechos de Leitura Silenciosa para aplicação progressiva de acôrdo com os fonemas estudados ..	70
13. Jogos na Primeira Série	77
14. Uso do Livro de Leitura	86
15. Estudos do S, L, M, R, N, Z, X em finais de palavras. Estudo das letras dobradas. Estudo dos grupos consonantais (consoantes + R ou + L) ..	97
16. Condições para a Escrita. Objetivos a alcançar. Sugestões práticas. Cópia	113
17. Caligrafia	117
18. Ditado	120
19. Exercícios e jogos de Escrita	123
20. Composição oral	133
21. Gramática. Exercícios e jogos	136
22. Literatura infantil	150

Figura 10: Índice do livro *Primeiros passos na linguagem*
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No índice da obra percebemos que a maioria das atividades propostas se pauta em princípios do pensamento renovador, sinalizando um ensino globalizado e visualizado, entretanto, a autora apresenta sugestão de atividade de ditado. Mesmo que ela enfatize que o ditado deve ser realizado com palavras ou expressões que poderão surgir a partir de um texto ou de pequenas histórias em torno de assuntos que interessem a turma, a atividade parece privilegiar o sentido do ouvido na relação com os sinais gráficos (FRADE, 2007), fato que nos remete a um tipo de atividade comum nos métodos sintéticos. Desse modo, inferimos que a autora defende os métodos globais, porém seu livro sugere marcas de atividades relacionadas com métodos sintéticos de ensino da leitura.

Outro título destinado à orientação do professor ao qual tivemos acesso foi *A caminho da leitura: preparação da criança para a aprendizagem da leitura*, de autoria de Wanda Rollin Pinheiro Lopes.



Autor:	LOPES, Wanda Rollin Pinheiros
Título:	A caminho da leitura: preparação da criança para a aprendizagem da leitura
Editora:	Conquista
Ano:	1964
Edição	2. ed.
Outras informações:	O livro destina-se à orientação dos professores

Figura 11: Capa do livro *A caminho da leitura: preparação da criança para a aprendizagem da leitura*
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Esse guia para o professor trata de orientações especificamente relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita, apresentando a partir da página 39 sugestões de atividades a serem planejadas e de exercícios para o desenvolvimento de habilidades específicas. Além de tratar sobre o ensino da leitura, a obra nos chamou à atenção pelo fato de ser um trabalho recomendado pelo Centro de Língua Pátria

do PABAE em Belo Horizonte, fato que comprova a presença de material do PABAE na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960.

Cabe ressaltar que o PABAE fez parte das medidas implementadas no âmbito do acordo MEC/USAID que tinha por finalidade empreender iniciativas de renovação pedagógica das escolas primárias no país pela via da formação de professores, uma vez que o programa, como já foi dito anteriormente, visava à qualificação do professor e o investimento na produção de material didático renovado, assim como orientações sobre o currículo e os métodos de ensino com ênfase para o uso do método global de ensino da leitura (SCHWARTZ, 2012).

Também foi constatado na relação de títulos sugeridos pela Circular nº 002 de 22 de janeiro de 1963, enviada pela SEC/DOPP, que havia um livro didático cujo título indicava princípios do método sintético para o ensino da leitura. Trata-se do livro intitulado *Trechos para ditado*, de autoria de Maria Helena Portilho, Epomina Portilho e Ellen de Faria Rocha Portilho.

Desse modo, por meio das fontes documentais analisadas, inferimos que materiais e métodos de ensino da leitura que circularam em escolas primárias de Santa Teresa (ES) na década de 1960 traziam marcas dos princípios do pensamento renovador fundamentadas na noção do todo significativo, na integração dos conteúdos, na valorização do contexto de vivência do aluno, na aposta pelos recursos audiovisuais, na presença de materiais fundamentados nos métodos analíticos e sintéticos, além da defesa pelo método global de ensino da leitura.

Com a análise das fontes documentais, percebemos, também, uma tensão entre o uso do considerado “moderno”, “inovador” e do considerado “tradicional”. Essa tensão nos levou ao seguinte questionamento: que apropriações foram feitas desses materiais e métodos na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960? Nesse sentido, no próximo capítulo, tratamos de apropriações de professores de métodos de ensino da leitura, a partir de atividades materializadas em cadernos escolares de alunos da década de 1960.

5 APROPRIAÇÕES DE MATERIAIS E MÉTODOS DE ENSINO DA LEITURA NA ESCOLA PRIMÁRIA TERESENSE

Esses estilos de ação intervêm num campo que os regula num primeiro nível [...], mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro [...] (CERTEAU, 1998, p. 92).

Pensar práticas de ensino da leitura e de formação de leitores que se configuraram na escola primária teresense na década de 1960 é pensar as “mil maneiras de ‘fazer com’” e, desse modo, buscar por meio delas entender a complexidade que se constitui entre estratégias de prescrição de materiais e métodos por agentes responsáveis pelas políticas educacionais e apropriações desses materiais e métodos por professores e alunos no universo escolar.

Tomando por base esse princípio, neste capítulo, abordamos apropriações que professores e alunos fizeram de materiais e métodos de ensino da leitura que circularam na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960 e suas implicações na formação de leitores. Cabe destacar que nos ancoramos no pensamento de Carvalho (1998a) que ressalta que, as práticas de apropriação definem comunidades distintas de usuários²⁴ e configuram os usos que são feitos dos objetos e dos modelos culturais que lhes são impostos.

Assim, buscamos abordar essas apropriações a partir de indícios de práticas de ensino efetivadas em sala de aula e materializadas em cadernos escolares, em provas finais e parciais realizadas pelos alunos. Além disso, nos pautamos em atas de reuniões pedagógicas das Escolas Reunidas “Patrimônio de Santo Antônio”, que nos permitiram rastros dessa memória escolar teresense.

O propósito de refletirmos acerca dessas apropriações nos levou a atentar sobre aspectos da cultura escolar naquele espaço/tempo, pois, de acordo com Vidal (2005, p. 5, grifos do autor), a escola deve ser compreendida “[...] como um lugar de produção de uma cultura específica, em que constantemente atualizavam-se *estratégias modeladoras e táticas de subversão*”.

²⁴ Esclarecemos que o termo “usuários” foi tomado de Carvalho (1998) em seu texto intitulado “Por uma história cultural dos saberes pedagógicos”.

Tomamos o pensamento de Dominique Julia (2001) para reflexão sobre essa categoria, visto que o estudioso nos convida a retomarmos a “caixa-preta” da escola e interrogarmos sobre suas práticas cotidianas, sobre o seu funcionamento interno para maior compreensão do que interfere na/para constituição de práticas de ensino nesse espaço particular. Para Julia (2001 p. 10, grifos do autor), a cultura escolar refere-se a

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Discorrer sobre a acepção de cultura escolar a partir das proposições desse autor é dar atenção às práticas, aos aspectos internos da escola e suas relações cotidianas engendradas em cada período de sua história. Assim, entendemos que não podemos abordar o ensino da leitura em Santa Teresa (ES) sem considerarmos apropriações de professores e alunos que eram chamados a obedecerem normas, prescrições, orientações em relação à utilização de materiais e métodos inculcados para tal fim.

Nesse âmbito, interessou-nos conhecer aspectos concernentes à cultura escolar teresense na década de 1960, a fim de identificarmos pistas que pudessem contribuir para a compreensão de articulações entre materiais e métodos que estavam sendo divulgados como adequados, através da política educacional vigente, e formas de uso desses materiais e métodos. Para isso, apoiamo-nos em Certeau (1998), mais especificamente na discussão sobre o “homem ordinário”, que ocupa o centro de nossa “cena científica”, pois nossa atenção se volta às pessoas que habitaram o cotidiano da escola primária de Santa Teresa (ES) para flagrar nas práticas educativas nuances sobre o ensino da leitura.

Tomamos de Chartier (2002) a concepção de apropriação compreendida como possibilidade de diferentes usos de um determinado objeto ou prática. Partindo desse princípio, inicialmente, analisamos cadernos escolares que representam e materializam momentos de práticas culturais escolares experimentadas e vivenciadas pelos professores e alunos da escola primária teresense na década de 1960.

Sobre o uso de cadernos escolares como fontes históricas, Viñao (2008, p. 22) esclarece que “[...] é um instrumento fundamental para nos aproximar dos tempos (ritmos, sequências, momentos) reais da atividade escolar”. Os cadernos que recuperamos contemplaram atividades sobre a leitura do 1º, 2º e 4º anos primários recolhidos em arquivos pessoais cedidos para essa pesquisa²⁵.

Temos consciência de que esses exemplares não representam todas as atividades produzidas pelos alunos em sala de aula, pois, como ressaltou Viñao (2008, p. 25), “nem tudo está nos cadernos”, assim, boa parte das atividades que envolviam a leitura não nos foi permitido conhecer. No entanto, o que consta nos cadernos levantados se colocou como pertinente aos objetivos da pesquisa.

Conforme discriminação feita na tabela abaixo, nossa análise se atém a oito cadernos de alunos, sendo três cadernos do primeiro ano, três do segundo ano e dois do quarto ano primário. Cabe salientar, também, que não conseguimos recuperar exemplares do terceiro ano primário referente à década, cujas atividades contemplassem a leitura, critério utilizado para a seleção dessa fonte documental.

Tabela 04 – Distribuição do acervo documental de cadernos escolares utilizados para análise

Tipo de fonte documental	Ano	Descritivo
Caderno de Aluno (Linguagem)	1960	1º ano – Classe A – Atividades de 06/08/1960 até 31/08/1960
Caderno de aluno	1960	1º ano – Classe A – Atividades de 11/08/1960 até 24/10/1960
Caderno de aluno	1966	1º ano – Classe A – Esse exemplar não possui discriminação do período de realização das atividades, no entanto, temos conhecimento do ano pela análise do certificado de conclusão do 4º ano do aluno
Caderno de aluno	1968	2º ano
Caderno de aluno (dever de casa)	1969	2º ano
Caderno de aluno	1969	2º ano
Caderno de aluno	1961	4º ano
Caderno de aluno	1964	4º ano – Atividades de 07/04/1964 até 12/05/1964

Nota: Tabela elaborada pela autora a partir dos cadernos analisados.

²⁵ Os cadernos contemplados na análise nos aproximaram das práticas escolares de três escolas singulares do município, por isso, consideramos que são amostras das atividades pedagógicas que eram realizadas nas salas de aulas do município de Santa Teresa (ES) no decorrer da década em estudo.

As atividades contidas nos cadernos revelam, a “[...] singularidade desses textos que se dão a conhecer da maneira mais clara e mais completa as ideias partilhadas” (CHARTIER, 2002, p. 48). Sendo assim, essas atividades/textos possibilitaram apontar tendências indicadoras do uso de diferentes métodos de ensino da leitura pelos professores da escola primária no contexto investigado.

Para uma maior compreensão de formas de usos desses métodos pelos professores, identificamos quais as atividades mais recorrentes nos cadernos e as organizamos por categorias. Na tabela 4, apresentamos uma síntese das ocorrências dessas atividades, que permitiu constatar a recorrência da cópia, do ditado, da produção de frases, e ainda outras atividades²⁶ que contemplavam a leitura e a escrita.

Tabela 05 – Síntese das ocorrências de atividades que contemplaram o trabalho com a leitura/escrita nos cadernos escolares

(continua)

Atividades	Série	Ocorrências
Escrita das letras do alfabeto: vogais e consoantes	1º Ano	34
Cópia de sílabas	1º Ano	14
Cópia de palavras	1º Ano	20
Cópia de frases	1º Ano/2º Ano	52
Cópia de textos	1º Ano 2º Ano/4º Ano	71
Cópia do nome do aluno	1º Ano	39
Cópia do nome da mãe do aluno	1º Ano	1
Cópia do nome da professora	1º Ano	8
Ditado de palavras	1º Ano/2º Ano	4
Ditado de frases	2º Ano	1
Ditado de textos	2º Ano/4º Ano	26
Leitura silenciosa de textos	2º Ano/4º Ano	4
Leitura silenciosa de textos (adivinhação)	1º Ano	1
Leitura de palavras	1º Ano	1
Leitura/cópia de palavras	1º Ano	1
Redação	4º Ano	3
Produção de frases a partir de palavras	1º Ano/2º Ano	5
Produção de frases a partir de imagem	1º Ano	10
Produção de textos (a partir de palavras, imagens)	2º Ano/4º Ano	12

²⁶ Referimo-nos a atividades como: leitura silenciosa de textos, leitura de frases e palavras, produção de textos, interpretação de textos, além de atividades que envolviam aspectos gramaticais.

Tabela 04 – Síntese das ocorrências de atividades que contemplaram o trabalho com a leitura/escrita nos cadernos escolares

(conclusão)

Atividades	Série	Ocorrências
Produção de textos (carta, convite, bilhete, telegrama, recibo, etc.)	2º Ano/4º Ano	16
Interpretação de textos	2º Ano/4º Ano	10
Ligar palavras	1º Ano	2
Completar palavras com sílabas	1º Ano/2º Ano	2
Escrita de palavras a partir de letras iniciais indicadas pelo professor	1º Ano/2º Ano	3
Escrita de palavras a partir da indicação do professor	2º Ano	2
Separação de sílabas	1º Ano	5
Historieta	4º Ano	1
Aspectos gramaticais: classes de palavras, uso do m ou n, vogais e consoantes, sílaba tônica, acentuação, masculino/ feminino, plural/singular, aumentativo/diminutivo, sinais de pontuação, análise sintática, etc.	1º Ano 2º Ano/4º Ano	99

Nota: Tabela elaborada pela autora a partir dos cadernos analisados.

Como anunciamos anteriormente, os impressos de destinação pedagógica²⁷, como livros, boletins, orientações que partiam da Secretaria de Educação e de diretoras e supervisoras escolares para subsidiar o trabalho com o ensino da leitura nas escolas primárias na década de 1960, apresentavam defesa do ensino globalizado, da integração dos conteúdos, do uso de recursos audiovisuais e do método global. A tônica dessas defesas era fundamentada em princípios do pensamento renovador predominante do ideário escolanovista.

No entanto, notamos, nos cadernos de aluno da primeira série, a presença de atividades que se contrapõem a aposta da política educacional que julgava o método global como mais adequado para o ensino da leitura. As atividades de escrita constantes nos cadernos que fizeram parte do *corpus* documental do estudo evidenciam que os professores se apropriavam de vários métodos de ensino, conforme pode ser observado nas figuras a seguir:

²⁷ Cabe salientar que tomamos a expressão “impressos de destinação pedagógica” a partir da concepção de Carvalho (1998a).

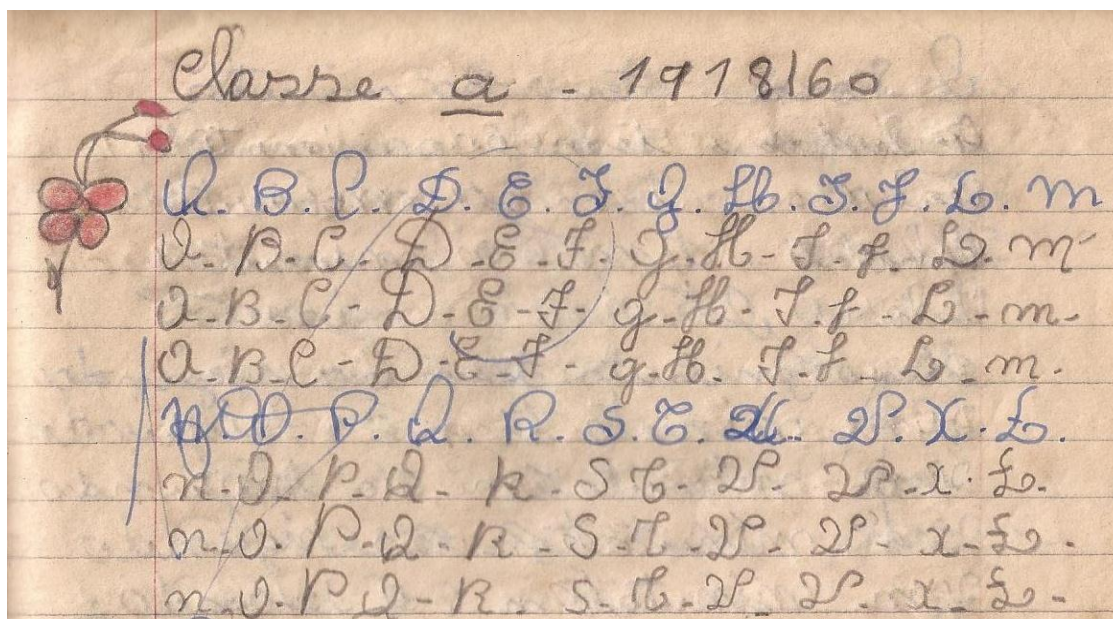


Figura 12: Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano "A" da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada em 19/08/1960
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Fátima Melotti.

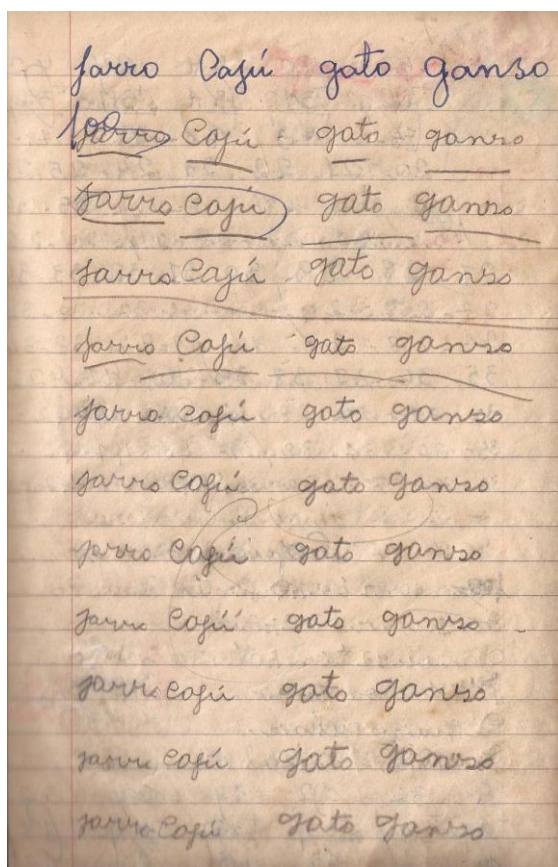


Figura 13: Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano "A" da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada 1960
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Fátima Melotti.

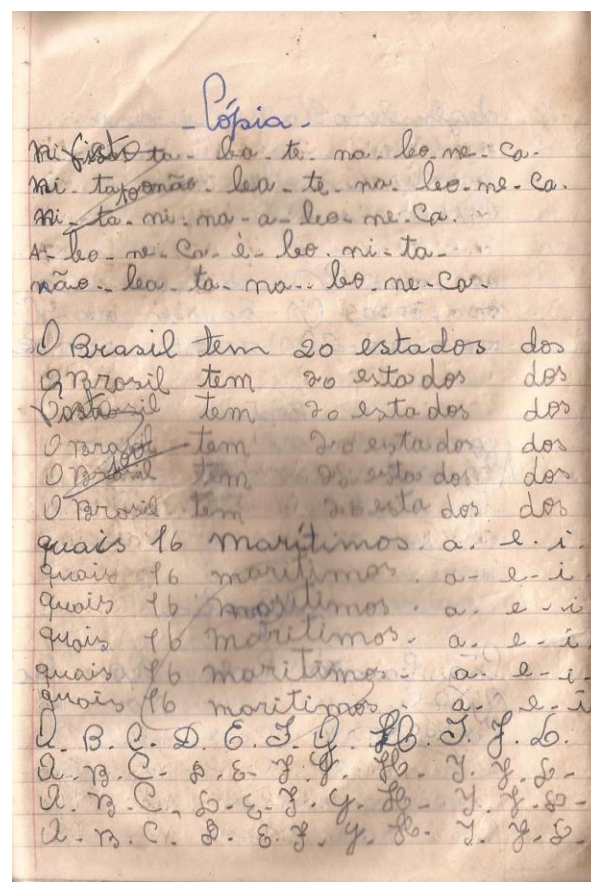


Figura 14: Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano "A" da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada em 1960
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli

Os cadernos mostram atividades que indiciam práticas de ensino respaldadas por uma visão mecanicista em que se acredita que a aprendizagem da linguagem escrita deve enfatizar o ensino das letras do alfabeto, de palavras e frases isoladas. Nesse sentido, parece que, na década de 1960, em Santa Teresa (ES), o ensino primário era perpassado por práticas que valorizavam a marcha que vai das partes para o todo e que privilegiavam a memorização de sinais gráficos. É recorrente nos cadernos atividades de separação de palavras e frases em sílabas, o que insinua que o tratamento de correspondências fonográficas podia estar seguindo também preceitos de variações de métodos silábicos.

Pelas atividades, pode-se inferir ainda que o conhecimento das letras do alfabeto e de palavras e frases isoladas era trabalhado por meio da memorização e da repetição. Isso se visualiza nos cadernos a partir de atividades de escrita que priorizavam a caligrafia, a cópia, mostrando a ênfase na ortografia e no desenho correto de letras e de palavras.

Vale lembrar que Frade (2007, p. 25) alerta que

os métodos sintéticos, em geral, parecem privilegiar o sentido do ouvido na relação com os sinais gráficos e neles eram comuns os exercícios de leitura em voz alta e o ditado: todas estas atividades guardam coerência com um tipo de pressuposto: o da transformação da fala em sinais gráficos.

Assim, partindo do princípio que fundamenta a afirmação de Frade (2007) podemos notar apropriações de princípios de variações do método sintético para o ensino da leitura por parte dos professores das escolas primárias teresenses na década de 1960. Os cadernos mostram que era efetiva e contínua a atividade de ditado com os alunos conforme as ilustrações a seguir:

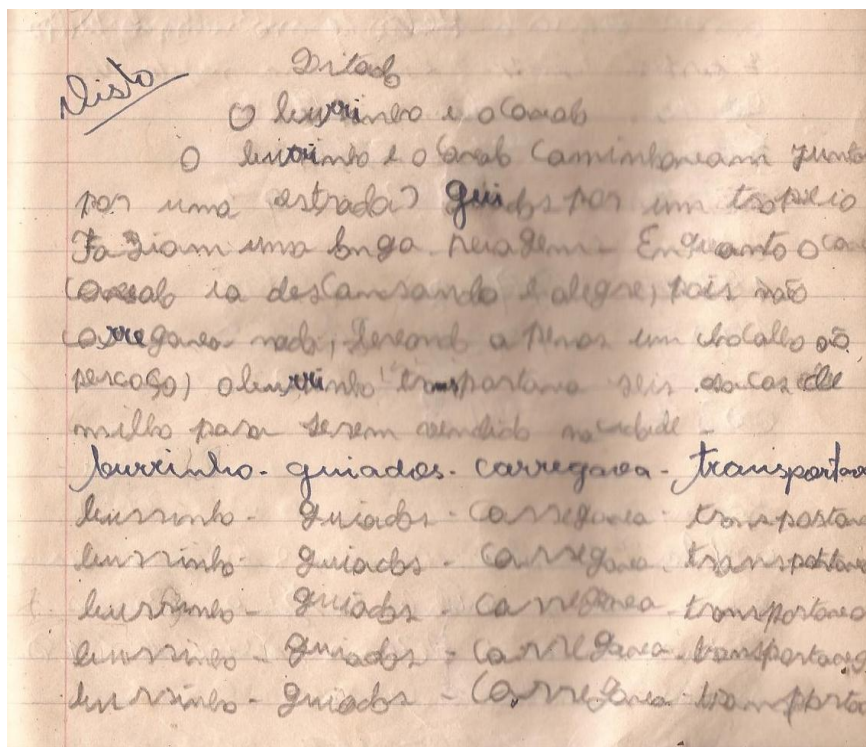


Figura 15: Fragmento do caderno da aluna do segundo ano da Escola Singular "São Dalmácio".
 Atividade realizada em 1968
 Fonte: Arquivo pessoal de Dimas Filipini.

Assim como a cópia, o ditado era uma atividade privilegiada na época e se apresentava como textos de assuntos e extensão variados. Os textos serviam para identificar problemas ortográficos, que eram trabalhados por meio de cópia da grafia correta das palavras. Era aplicado com maior intensidade nas séries do segundo ao quarto ano. Vale destacar que os professores, de acordo com as atas de reuniões pedagógicas, eram orientados a dar o ditado das palavras que os alunos tivessem maiores dificuldades. Desse modo, entende-se que essa atividade tinha como finalidade verificar as dificuldades que persistiam na escrita cotidiana do aluno, além de servir como treino e memorização da grafia correta da palavra, conforme podemos evidenciar na atividade da figura 15.

Essas atividades parecem indicar tendências de apropriações de princípios de métodos analíticos para o ensino da leitura pelos professores da escola primária de Santa Teresa (ES).

A respeito, dos métodos analíticos, Frade (2007, p. 29) nos esclarece que

de maneira, geral, pode-se dizer também que o sentido privilegiado nos métodos analíticos é a visão e que os principais exercícios envolvidos neste

método voltam-se para o reconhecimento de palavras sem que se passe por uma leitura labial. Neles é muito incentivada a leitura silenciosa e a cópia e, embora se fizesse leitura oral dos cartazes no desenvolvimento das lições, era destinado um tempo maior para cópias.

Nessa perspectiva, as figuras 16 e 17 ilustram atividades realizadas pelos alunos da escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960, que podem denunciar também apropriações de princípios subjacentes a métodos analíticos.

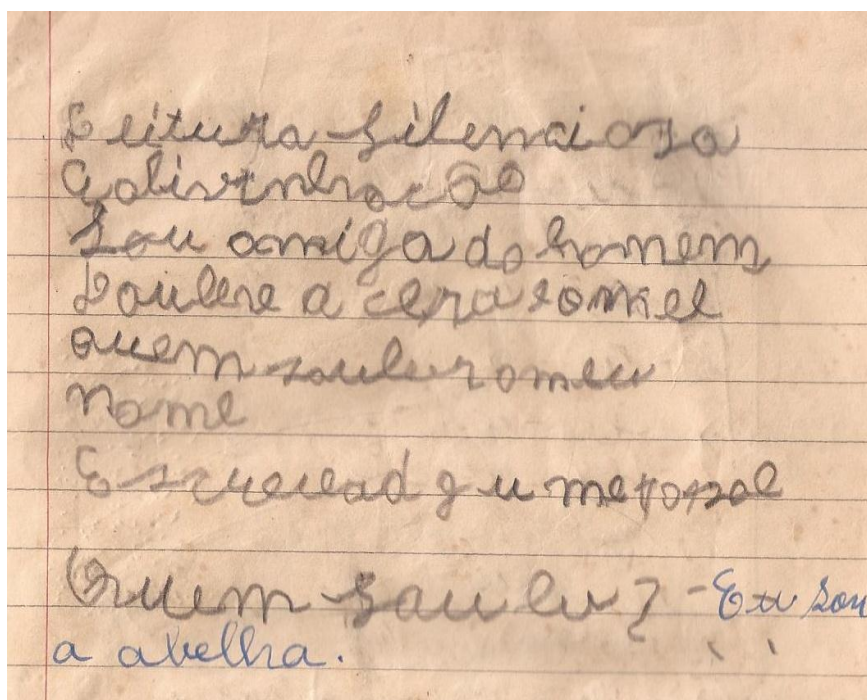


Figura 16: Fragmento do caderno do aluno do primeiro ano "A" da Escola Singular "Picadão do Mutum". Atividade realizada em 1966
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria Alice Galon.

São atividades de cópia de pequenos textos que serviam para realização de leituras silenciosas pelos alunos e para responder a alguns questionamentos. Parecem, portanto, atividades que buscavam, de certa forma, trabalhar a compreensão também, visto que tomavam como ponto de partida uma unidade de significação.

Tais considerações podem indicar que, mesmo diante do discurso em defesa do método global por parte dos agentes educacionais responsáveis pelo ensino na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960, os professores continuaram fazendo uso de atividades que se pautavam em princípios tanto de métodos de marcha analítica como sintética em suas práticas cotidianas. Dessa forma, é possível vislumbrar a coexistência de mais de uma tendência metodológica e de modos e formas de ensinar a ler e de formar leitores na escola teresense.

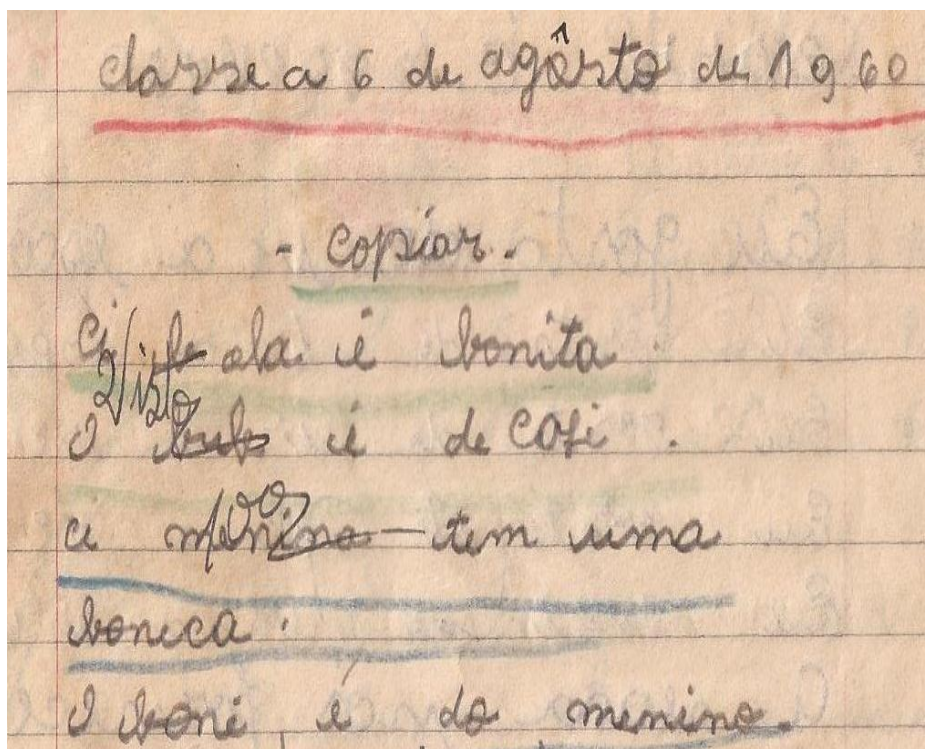


Figura 17: Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano "A" da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada em 06/08/1960
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Fátima Melotti.

Nesse sentido, práticas de ensino da leitura, na década de 1960, em Santa Teresa (ES), parecem ser perpassadas por princípios que respaldam diferentes métodos de alfabetização, que foram se firmando historicamente como modelos de ensino da leitura e da escrita atravessados por tensões e disputas em torno do que era considerado como mais adequado para resolver os problemas de aprendizagem. De acordo com Mortatti (2008), as disputas serviram para fundar tradições em cada momento histórico. A autora alerta que

[...] se funda uma "nova tradição", centrada em um sentido que se tornou hegemônico, porque oficial, mas não único, nem homogêneo, nem tampouco isento de resistências, mediadas em especial pela velada utilização de antigos métodos e práticas alfabetizadoras, por meio da utilização de cartilhas, esse privilegiado e perene instrumento de concretização dos métodos de alfabetização (MORTATTI, 2008, p. 95).

Baseando-nos em Mortatti (2008), é possível compreender que a constituição de práticas de ensino da leitura, na década de 1960, fundamentada em princípios de diferentes métodos, pode ter sido favorecida pelas possibilidades de escolhas e usos de cartilhas ou livros que circulavam e eram indicados para subsidiar o ensino inicial da leitura nas escolas primárias.

Essa crença deve-se ao fato de termos identificado em Santa Teresa (ES) o uso de vários materiais voltados para o ensino da leitura e práticas de formação de leitores que corroboram para afirmarmos a coexistência de princípios tanto de métodos analíticos como sintéticos. Identificamos usos, por exemplo, da *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, de autoria de Mariano de Oliveira, cuja capa é ilustrada na figura 18.

Mortatti (2000a) esclarece que essa cartilha foi publicada, provavelmente, no início da década de 1920, tendo uma tiragem excepcional, atingindo no ano de 1965 um total de 1.134 edições. As palavras gravadas na página de rosto anunciavam sua circulação oficializada em estados brasileiros e dentre eles o Espírito Santo: “Aprovada e adoptada oficialmente no Estado de Sta. Catharina e adoptada no ensino do districto Federal, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Norte e Piauhy” (MORTATTI, 2000a, p. 102).



Autor:	OLIVEIRA, Mariano de
Título:	Cartilha Ensino-Rápido da Leitura
Editora:	Edições Melhoramentos
Ano:	1959
Edição	820. ^a (edição revista)
Outras informações:	Devido à dificuldade de ter acesso a edições da década de 1960, nesse caso, utilizamos um exemplar do ano de 1959. Nos casos em que pudemos comparar edições diferentes, notamos a manutenção do conteúdo e de sua abordagem.

Figura 18: Capa da *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*
Fonte: Arquivo pessoal de Lídia Torezani Bosi.

De acordo com relatos feitos por alunos e professores da escola primária do município de Santa Teresa (ES) na década de 1960, durante a pesquisa, essa cartilha era popularmente conhecida por “Asa Ema”. Fato que se justifica, possivelmente, pela primeira lição da cartilha, conforme ilustra a figura 19.

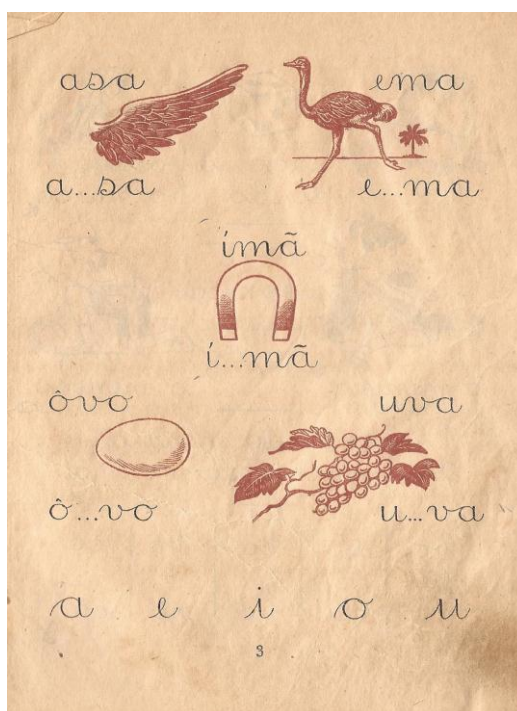


Figura 19: Primeira lição da *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, p. 3.
Fonte: Arquivo pessoal de Lídia Terezani Bosi.

O uso dessa cartilha foi identificado inicialmente, na Escola Singular “Baixo Santa Júlia”, em Santa Júlia, zona rural do município de Santa Teresa (ES), conforme podemos observar na atividade de cópia do texto da página 11, presente no caderno da aluna que cursava a primeira série “A” em 1960, como pode ser comprovado pelas figuras 20 e 21:

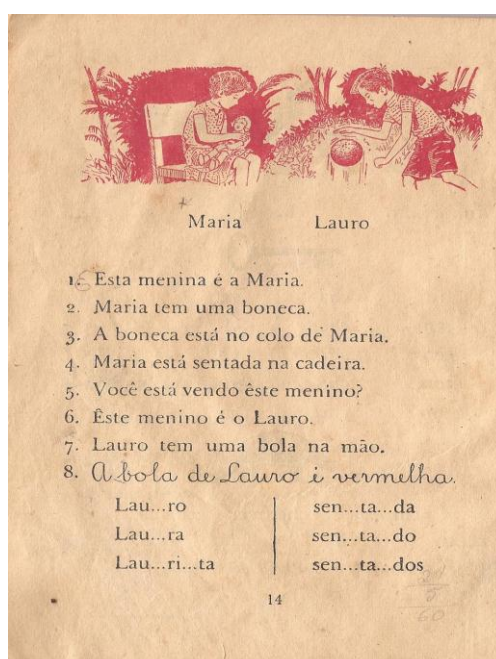


Figura 20: Página 14 da *Cartilha do Ensino Rápido da Leitura*
Fonte: Arquivo pessoal de Lídia Terezani Bosi.

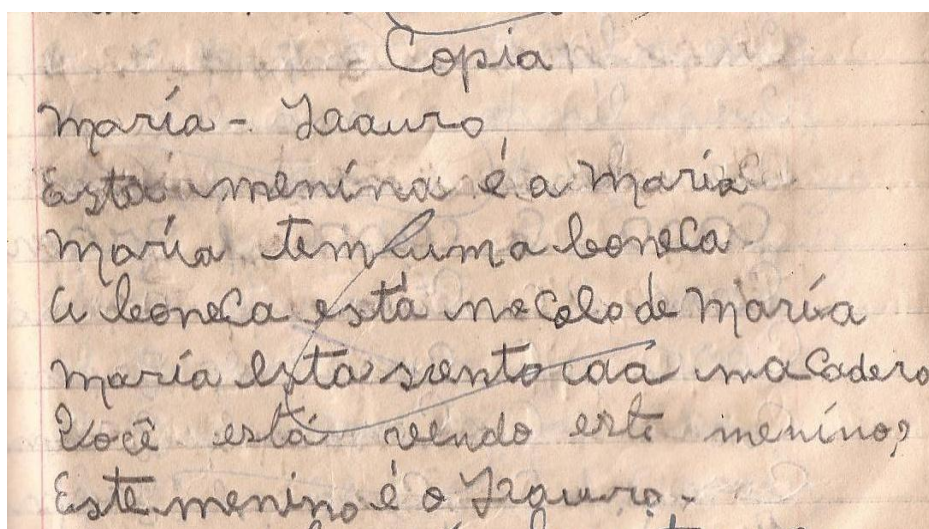


Figura 21: Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano "A" da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada em: 29/08/1960
Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

Essa mesma cartilha foi utilizada na Escola Singular "Picadão de Mutum", no distrito de São João de Petrópolis, zona rural do município de Santa Teresa (ES) e com uso semelhante ao da Escola Singular "Baixo Santa Júlia", conforme observamos na atividade de cópia do texto da página 11 presente no caderno do aluno que cursava a primeira série no ano de 1966.



Figura 22: Página 11 da *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*
Fonte: Arquivo pessoal de Lídia Torezani Bosi.

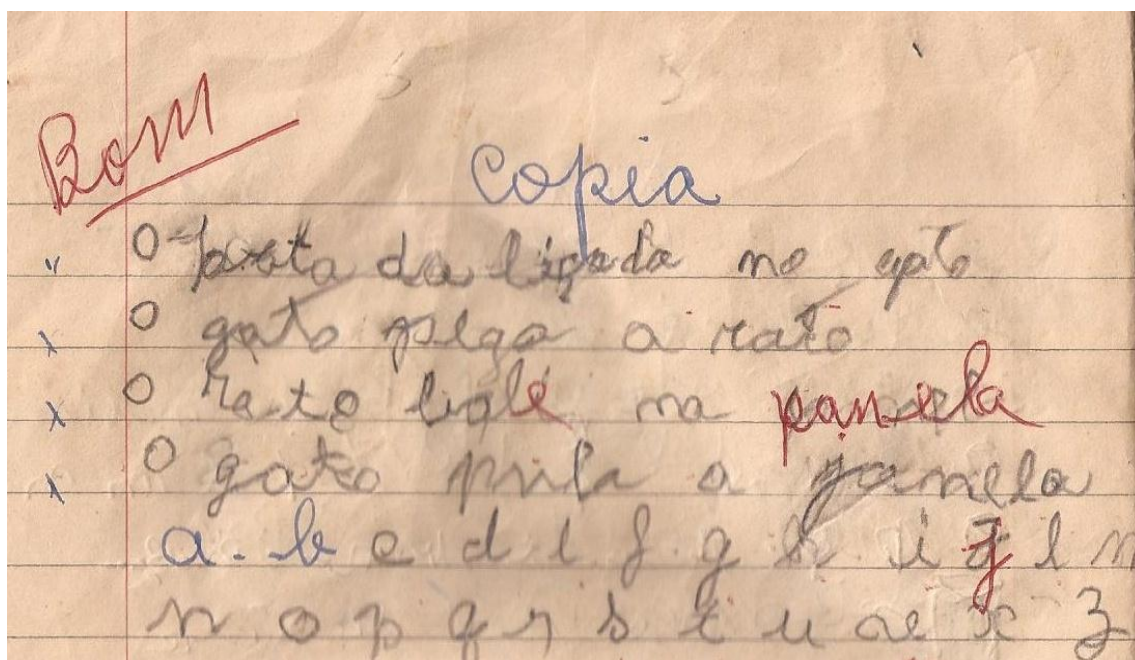


Figura 23: Fragmento do caderno do aluno do primeiro ano "A" da Escola Singular "Picadão do Mutum". Atividade em 1966

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Alice Galon.

Segundo Gomes (2008), exemplares da cartilha de Mariano de Oliveira foram enviados, na década de 1920, a várias escolas do estado do Espírito Santo na tentativa de solucionar o problema da grande quantidade de alunos analfabetos. Em nossa investigação averiguamos que a *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* foi utilizada nas escolas primárias teresenses na década de 1960, conforme apropriações demonstradas. Isso nos leva a compreensão de que o uso da cartilha perdurou por décadas nas escolas primárias capixabas apontando a permanência da pedagogia tradicional em meio ao discurso renovador vigente no ensino primário da época.

As atividades contidas na cartilha demonstram a preocupação do autor em ensinar a leitura por meio de um método simples e rápido. As primeiras lições iniciavam-se com palavras sempre acompanhadas de estampas e redigidas em letra manuscrita vertical, separando-se em sílabas. Ao final da primeira lição são apresentadas as vogais, conforme ilustra a figura 19. As lições posteriores apresentavam palavras, divisão em sílabas e reorganização em frases, que são novamente separadas e divididas em sílabas. A letra de imprensa é apresentada a partir da página 12 e as historietas a partir da página 14. A cartilha é finalizada com a apresentação do alfabeto em letra de imprensa e manuscrita (MORTATTI, 2000a).

Outro título encontrado com o propósito semelhante ao da cartilha anterior e utilizado paralelamente na escola primária teresense na mesma década foi a *Cartilha do Povo: para ensinar a ler rapidamente*, de autoria de Lourenço Filho, cuja capa é ilustrada na figura 24.



Autor:	LORENÇO FILHO, Manuel Bergström
Título:	Cartilha do Povo: para ensinar a ler rapidamente
Editora:	Edições Melhoramentos
Ano:	1940
Edição	586. ^a
Outras informações:	Devido à dificuldade de ter acesso a edições da década de 1960, nesse caso, utilizamos um exemplar do ano de 1940. Nos casos em que pudemos comparar edições diferentes, notamos a manutenção do conteúdo e de sua abordagem.

Figura 24: Capa da *Cartilha do Povo*
Fonte: Biblioteca FEUSP.

A *Cartilha do Povo: para ensinar a ler rapidamente*, que foi utilizada na escola primária teresense na década de 1960, é parte de uma série de obras de Lourenço Filho, sendo sua primeira edição datada de 1928 e editada pela Companhia Melhoramentos. Segundo Mortatti (2000a), a cartilha, durante muitas décadas, foi publicada sem o nome do autor e permaneceu em circulação por mais de meio século e com milhares de tiragens de edições sucessivas.

Ao compararmos a 8^a lição da *Cartilha do Povo: para ensinar a ler rapidamente* à atividade de cópia feita pela mesma aluna e no mesmo ano, no primeiro ano “A”, na década de 1960, podemos inferir que se trata de uma apropriação feita pelo professor de forma semelhante à da cartilha *Ensino Rápido da Leitura*, conforme mostram as figuras 25 e 26.

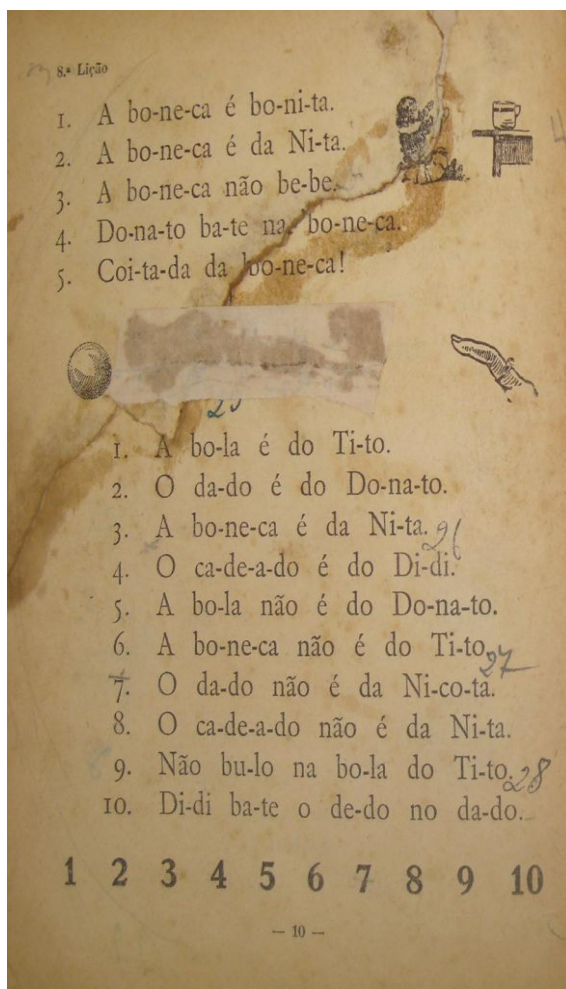


Figura 25: Oitava lição da *Cartilha do Povo*
Fonte: Biblioteca FEUSP.

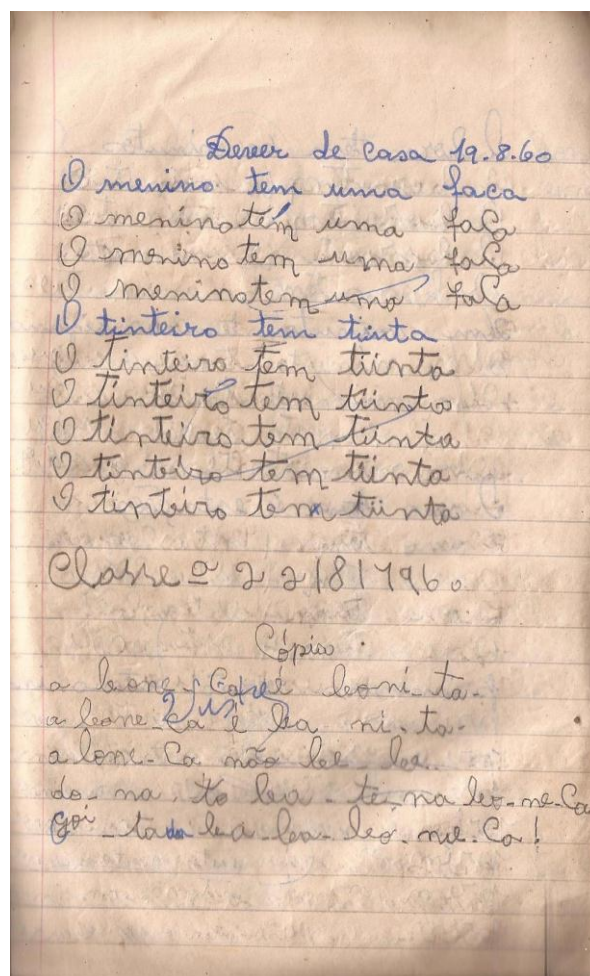


Figura 26: Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano "A" da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada em: 22/08/1960
Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

A *Cartilha do Povo*: para ensinar a ler rapidamente é iniciada com a apresentação das vogais, conforme podemos observar na figura 27 e a partir da terceira lição são introduzidas as consoantes. As lições iniciais apresentavam uma ilustração, um vocábulo correspondente em tipo grande e com negrito, sílabas correspondentes ao vocábulo, novos vocábulos formados por diferentes combinações com as sílabas aprendidas e frases numeradas formadas com os vocábulos estudados, sempre fazendo o uso da letra de imprensa. Nas lições posteriores são apresentadas as sílabas complexas e a divisão das sílabas com um hífen, que predominava nas primeiras lições, desaparece. A cartilha apresenta nas suas lições finais o alfabeto em letra cursiva e de imprensa e os dígrafos, sendo finalizada com quatro historietas (MORTATTI, 2000a).



Figura 27: Primeira lição da *Cartilha do Povo*
 Fonte: Fonte: Biblioteca FEUSP.

Lourenço Filho considerava sua cartilha um material didático que poderia servir ao ensino tanto por meio de métodos sintéticos quanto pelos métodos analíticos. O autor assegurava que a cartilha poderia ser utilizada inclusive por leigos, devido à simplicidade de seu plano, além de ser um instrumento auxiliar de trabalho que tinha por finalidade a educação popular de crianças e adultos. As lições, de acordo com o autor, poderiam ser ensinadas pela silabação ou pela palavração, ficando à conveniência do uso de acordo com o professor (MORTATTI, 2000a).

As primeiras lições da *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* e da *Cartilha do Povo*: para ensinar a ler rapidamente evidenciam que o ensino inicial da leitura tomava como ponto de partida os constituintes menores (letras e sílabas) da língua, para os constituintes maiores (palavra, frase e texto). Sobre essa maneira de ensinar a leitura, Schwartz (2012, p. 23) pontua que

a aprendizagem da leitura nessa tendência é conduzida por um processo mecânico em que a criança aprende por repetição, por condicionamento, as unidades menores da língua com finalidade de memorizar padrões regulares de correspondências entre grafemas e fonemas, partindo sempre das unidades mais simples para as mais complexas.

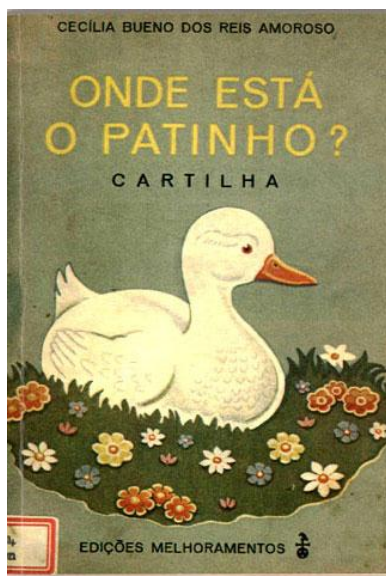
Nessa perspectiva, a utilização das duas cartilhas na escola primária teresense na década de 1960 indicia apropriações de práticas de ensino da leitura e de formação de leitores que privilegiavam a decoração de sinais gráficos e as correspondências fonográficas que reduzem o ato de ler a mero processo de decodificação da linguagem escrita. Ou seja, entendemos que coexistiram propostas fundamentadas na concepção de linguagem que percebia a língua como um sistema fechado e autônomo, independente das orientações recebidas por parte da política educacional vigente que disseminavam o método global como mais apropriado para esse ensino (SCHWARTZ, 2012).

Em contrapartida, identificamos dentre os materiais utilizados pelos professores das escolas primárias de Santa Teresa (ES), a cartilha *Onde está o patinho?*, de Cecília Bueno dos Reis Amoroso; sua publicação ocorreu pela primeira vez em 1955 pela Editora Melhoramentos. Distinto dos títulos analisados anteriormente, essa cartilha apresentava uma proposta de ensino de leitura por meio de um conto cujas narrativas giravam em torno de experiências vivenciadas pelas crianças protagonistas em uma fazenda durante as férias. Conforme a autora, a história deveria atender o interesse de ambos os sexos das crianças e concorrer, ao mesmo tempo, para a formação integral dos alunos.

A partir de 1972, essa cartilha passou a ser publicada pela Editora Lótus e apresentava as co-autoras Arminda Bueno dos Reis Amoroso e Angela Maria Bueno dos Reis Amoroso. Nessa edição, o formato e o conteúdo sofreram alterações, além de ter sido incorporado a ela um Manual do Professor. Suas edições seguintes passaram a ser publicadas pela Editora Saraiva²⁸.

A figura 28 ilustra a capa da cartilha *Onde está o patinho?*

²⁸ As informações correspondentes à cartilha e referentes ao parágrafo estão disponíveis em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/obj_a.php?t=cartilhas02>. Acesso em: 5 out. 2012.



Autor:	AMOROSO, Cecília Bueno dos Reis
Título:	Onde está o patinho?
Editora:	Edições Melhoramentos
Ano:	-
Edição	-
Outras informações:	O exemplar analisado nessa investigação pertence à Biblioteca FEUSP e não consta o ano e a edição. Nos casos em que pudemos comparar edições diferentes, notamos a manutenção do conteúdo e de sua abordagem.

Figura 28: Capa da cartilha *Onde está o patinho?*
Fonte: Biblioteca FEUSP.

A cartilha *Onde está o Patinho?* adotava o método da historieta e trazia orientações destinadas ao professor nas primeiras e últimas páginas. Essas orientações direcionavam o ensino da leitura proposto a partir da contação de uma história seguindo os critérios de fases. Na primeira fase, o professor deveria trabalhar as sentenças com destaque das palavras temas que apareciam sempre acompanhadas das figuras que movimentavam a historieta e lembravam o fonema relativo a uma letra para melhor fixação da palavra tema. Na segunda fase o professor deveria trabalhar com a palavra tema com destaque da sílaba inicial através de exercícios. Em seguida, na terceira fase deveria ocorrer a mudança de vogal da sílaba tema, quando o professor era orientado para trabalhar com palavras conhecidas pelas crianças e sempre destacando qualquer sílaba nova. Na quarta e última fase, as letras simbolizavam crianças que falavam e se combinavam entre si como artifício facilitador do domínio das sílabas com novas dificuldades.

As lições dessa cartilha não se preocupavam com a apresentação ou sistematização de letras e sílabas no início do processo. O trabalho com os constituintes menores da língua iam ocorrendo ao longo dos exercícios propostos na última fase da alfabetização. As lições eram sempre acompanhadas de desenhos bastante simples para que, segundo a autora, as crianças pudessem compreendê-los e copiá-los com facilidade e prazer.

O uso dessa cartilha no ensino primário de Santa Teresa (ES) foi constatado na Escola Singular “Baixo Santa Júlia” em 1960. A apropriação feita pelo professor e materializada no caderno de uma aluna do primeiro ano “A” atesta a presença desse material como subsídio ao ensino inicial da leitura no município. No entanto, desvela uso semelhante ao das cartilhas apresentadas anteriormente, com a realização da atividade de cópia do texto da página 11 feita no caderno da aluna. As figuras 29 e 30 confirmam essa apropriação:

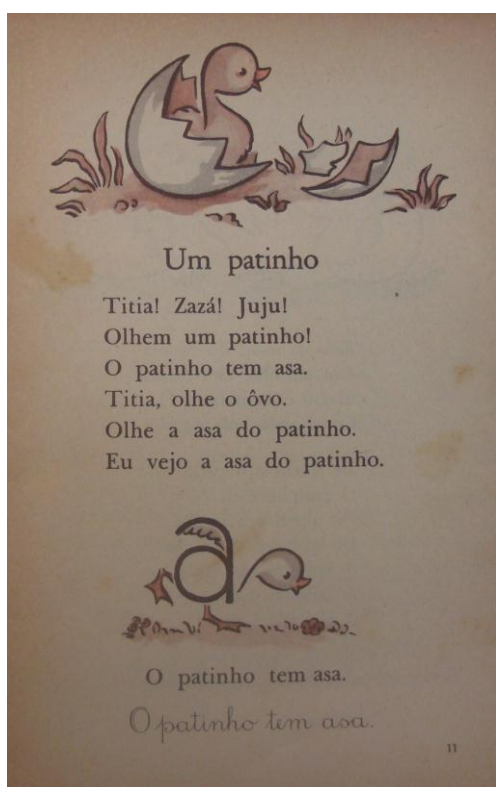


Figura 29: Lição da cartilha Onde está o patinho?
Fonte: Biblioteca FEUSP.

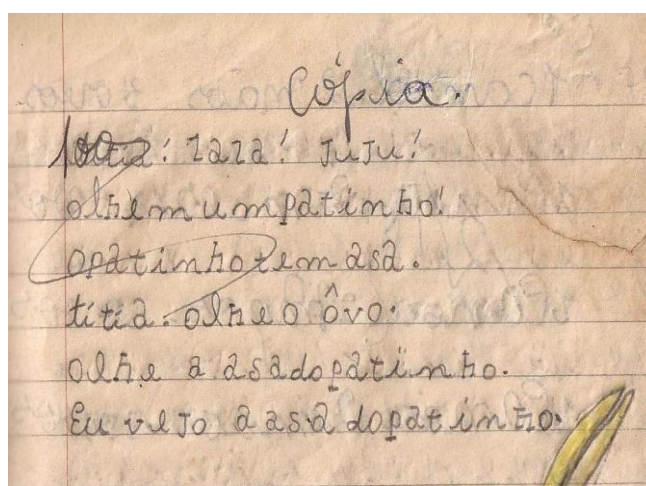


Figura 30: Fragmento do caderno da aluna do primeiro ano “A” da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”. Atividade realizada em 17/08/1960
Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Fátima Melotti.

É interessante notar que, a julgar pelas atividades registradas nos cadernos escolares das alunas, deparamo-nos, em uma mesma escola, com o uso concomitante de textos de três cartilhas diferentes para o ensino inicial da leitura no ano de 1960. As cartilhas *Cartilha Ensino Rápido da Leitura (Asa Ema)* e a *Cartilha do povo* apresentavam fundamentos do método sintético, apesar de Lourenço Filho alegar que a *Cartilha do Povo* pudesse ser utilizada tanto pelo método sintético quanto pelo analítico, e a *Cartilha onde está o patinho?*, fundamentos do método analítico; essas apropriações feitas pelo professor indiciam o uso de diferentes

métodos e materiais didáticos nas práticas do ensino da leitura e de formação de leitores.

Nesse sentido, supomos, a partir de um olhar certeuniano (1998), que esses modos de usos escolares que foram feitos desses impressos de destinação pedagógica (CARVALHO, 1998a) põem em voga procedimentos adotados pelos professores, que de certa forma obedeciam a regras impostas pelo sistema educacional, porém (re)inventavam maneiras de agir para atender de algum modo à realidade vivida no seu contexto naquele espaço/tempo.

Nessa perspectiva, entendemos que houve resistências, contradições e imposições que atravessaram as apropriações de professores em relação aos materiais e métodos de ensino da leitura no município de Santa Teresa (ES) na década de 1960.

A ata de reunião pedagógica das Escolas Reunidas “Patrimônio de Santo Antonio”, do ano de 1966, traz o registro que materializa a voz da Supervisora com a determinação do uso do livro destinado ao ensino inicial da leitura: “[..]. Logo a seguir mostrou qual seria o livro adotado para o 1º ano. O livro de Lili” (ESCOLAS REUNIDAS DE PATRIMÔNIO DE “SANTO ANTÔNIO”, 1966b, p. 5 (verso); 6). Esse registro comprova que *O Livro de Lili* foi um dos materiais que circularam nas escolas de ensino primário teresense. Essa prescrição feita por agentes responsáveis pela política educacional sugere uma possível imposição para o uso do material, assim como a defesa pelo método analítico, no entanto, não tivemos acesso a cadernos de alunos que contemplassem atividades referentes ao conteúdo desse material.

O Livro de Lili foi elaborado por Anita Fonseca sob a orientação da professora Lúcia Casasanta em 1932. O pré-livro, resultado de um concurso coordenado por Casasanta, foi editado oficialmente em 1940, pela Livraria Francisco Alves, e reeditado a partir dos anos 50 pela Editora do Brasil S/A. Esse livro trazia o manual do professor separado do livro do aluno, assim como a presença de características próprias do Método Global de Contos em sua proposta de ensino. O pré-livro era acompanhado de materiais suplementares como os cartazes para o uso do professor em sala de aula e um caderno com fichas para trabalhar as lições. Cabe

ressaltar ainda que, diferentemente da tradicional cartilha, o livro do aluno ia sendo composto ao longo do processo de alfabetização. A figura 31 traz a ilustração da capa da edição de 1961.



Autor: FONSECA, Anita
Título: O Livro de Lili (cartilha)
Editora: Editora do Brasil S/A
Ano: 1961
Edição 87.^a
Outras informações: -

Figura 31: Capa da cartilha *O Livro de Lili*
 Fonte: *O Livro de Lili*, Anita Fonseca, 1961.

Vale ressaltar que o Método Global de Contos foi discutido por Maciel (2001, p. 121), que apresenta uma visão do processo de alfabetização iniciado por meio desse método que,

[...] tem como principal característica iniciar o processo de alfabetização por textos com sentido completo, por um todo, isto é, por frases ligadas pelo sentido, formando um enredo, constituindo uma unidade de leitura. Para atender a essa característica, a historieta ou conto deveria ser sobre um tema estimulador e de acordo com os interesses infantis: vida familiar, brinquedos, aventuras reais e maravilhosas com outras crianças, etc.

Maciel (2001, p. 143) afirma que Anita Fonseca “[...] enfatiza os valores psicopedagógicos do método global ou analítico, e justifica a sua opção pelo ‘método global’ em detrimento do ‘sintético’”. A edição publicada no ano de 1961 tem por finalidade ilustrar na primeira lição, intitulada Lili, a proposta de trabalho para o ensino da leitura. Conforme mostram as figuras a seguir.



Figura 32: Primeira lição de *O Livro de Lili*, p. 7 em letra de imprensa
Fonte: *O Livro de Lili*, Anita Fonseca, 1961.



Figura 33: Primeira lição de *O Livro de Lili*, p. 9 em letra cursiva
Fonte: *O Livro de Lili*, Anita Fonseca, 1961.

O Livro de Lili, composto de historietas com cinco a sete sentenças cada, apresentava as suas lições iniciais em letras de imprensa e em letra cursiva seguidas de atividades sob a forma de fichas compostas das sentenças, das palavras e das sílabas referentes ao texto, não recomendando o reconhecimento das vogais e das consoantes em nenhum momento do processo de ensino da leitura.

Tomando como referência a primeira lição do livro averiguamos que ao contrário do método sintético “[...] em que o aluno recebe desde o começo do processo de alfabetização a cartilha destacando as sílabas a serem apreendidas e aprendidas” (MACIEL, 2001, p. 121), o Método Global de Contos “[...] inicia-se o processo do todo para as partes, seguindo-se a decomposição do texto em sentenças, palavras, sílabas” (MACIEL, 2001, p. 123), conforme pode ser observado nas atividades das lições nas figuras 34, 35 e 36:

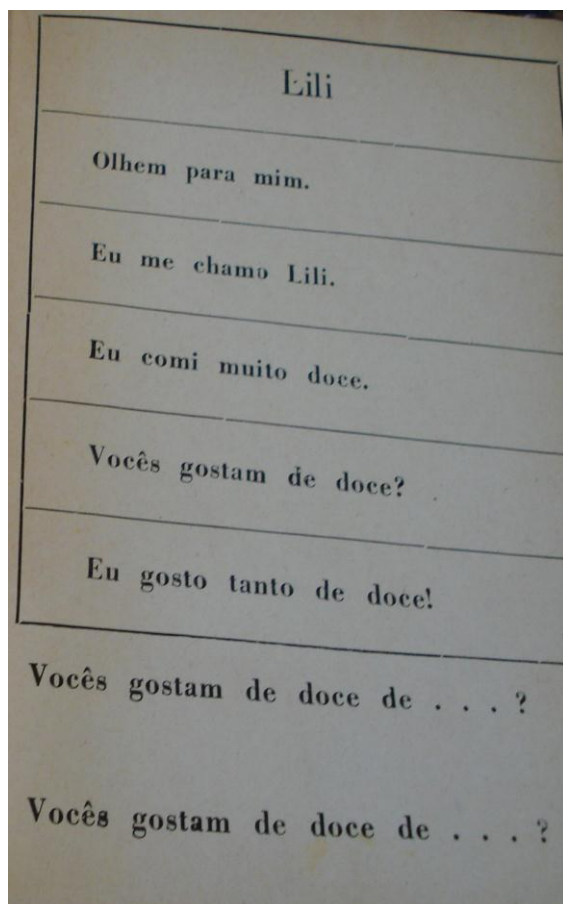


Figura 34: Primeira lição de *O Livro de Lili*, p. 11. (atividade da lição com fichas de sentençação)
Fonte: *O Livro de Lili*, Anita Fonseca, 1961.

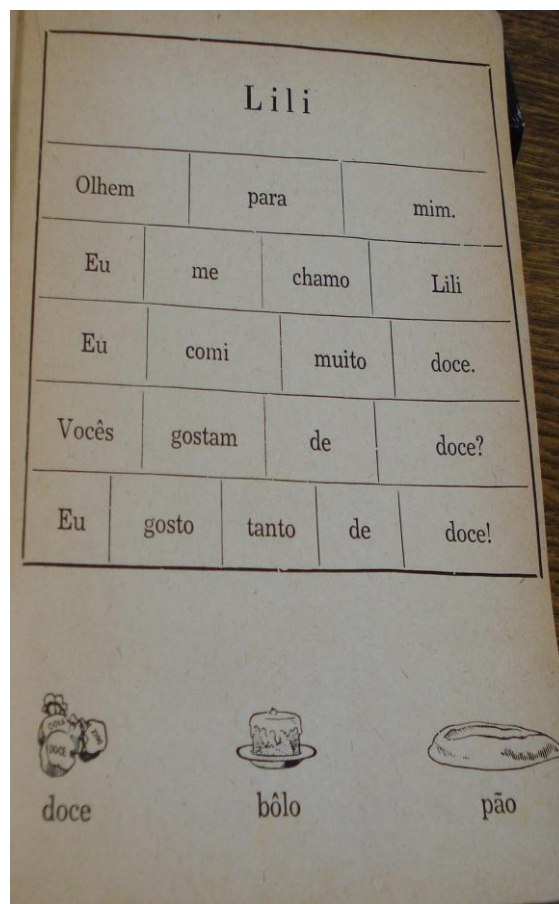


Figura 35: Primeira lição de *O Livro de Lili*, p. 13. (Atividade da lição com fichas de palavração)
Fonte: *O Livro de Lili*, Anita Fonseca, 1961.

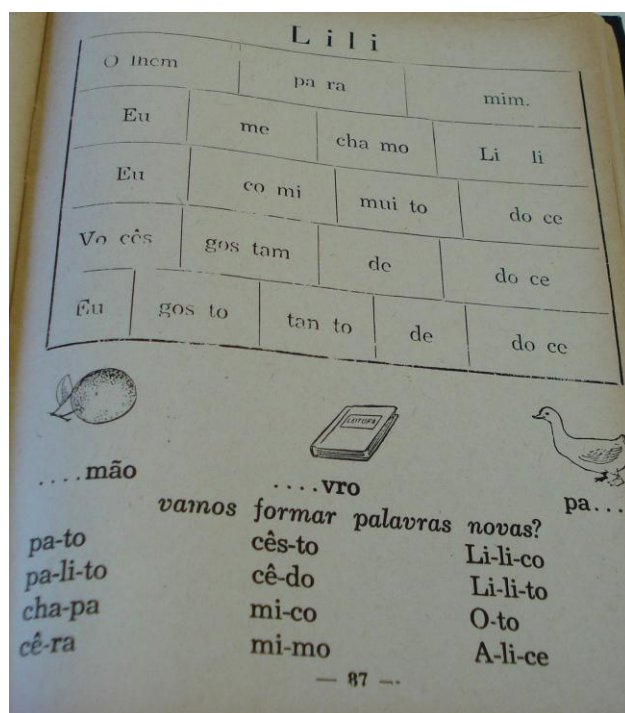


Figura 36: Primeira lição de *O Livro de Lili*, p. 87. (Atividade da lição com fichas de silabação)
Fonte: *O Livro de Lili*, Anita Fonseca, 1961.

As atividades registradas nas provas parciais e finais de alunos da escola primária teresense da década de 1960 representavam e materializavam as apropriações de professores de materiais didáticos para o ensino da leitura. Esses registros permitiram revelar o uso de livros que circularam naquela época, como o livro *Infância Brasileira para a primeira série primária*. Essa constatação foi possível através da atividade de ditado referente ao texto da primeira lição do livro, página 11, presente no caderno de aluna conforme indicam as figuras 37 e 38.

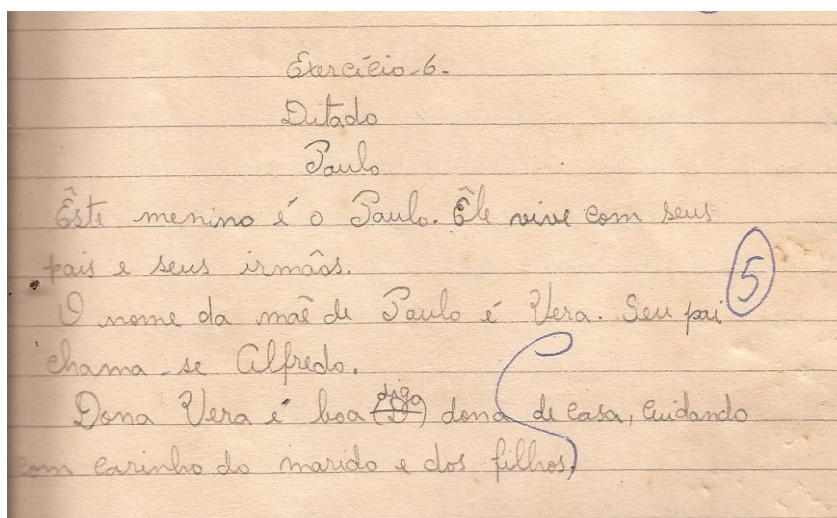


Figura 37:
Fragmento da prova de Língua Vernácula da aluna do Quarto ano da Escola Singular "Fazenda Orlando Moschem", 1967
Fonte: Arquivo pessoal de Maria da Silva.

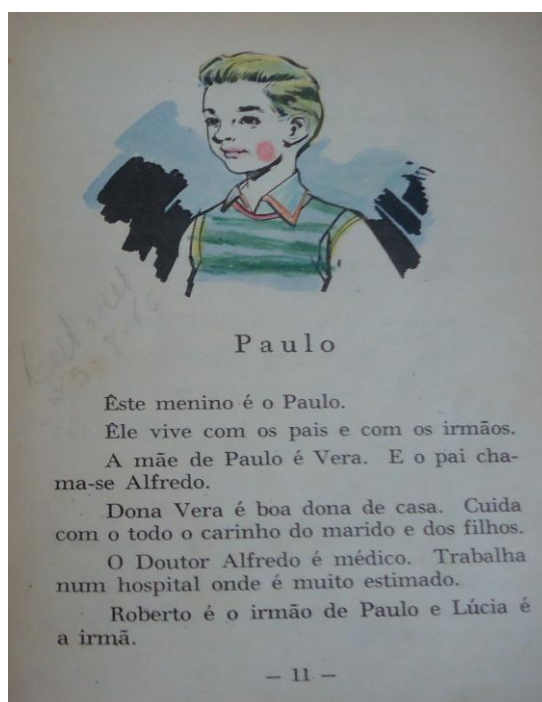


Figura 38: Fragmento do livro *Infância Brasileira* (1ª Série)
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Apesar de esse livro ser destinado a alunos da primeira série primária cujos alunos fossem alfabetizados, a atividade de ditado realizada em uma prova parcial na Escola Singular “Orlando Moschem”, em 1967, foi feita por uma aluna que cursava a quarta série primária. Esse fato nos indicia apropriação dos materiais de alfabetização em turmas mais avançadas na escola primária teresense nesse período.

Ariosto Espinheira, autor do livro, era educador ligado ao movimento escolanovista e publicou também o mesmo título para a 2ª, a 3ª e a 4ª série primária. O livro destinado à 1ª Série Primária se encontra dividido em linguagem, com atividades de leitura silenciosa, escrita e gramática, e em conhecimentos gerais, abordando conteúdos de história do Brasil, ciências naturais, geografia e matemática.



Autor:	ESPINHEIRA, Ariosto
Título:	Infância Brasileira – 1ª Série Primária
Editora:	Companhia Editora Nacional
Ano:	1965
Edição	271.ª
Outras informações:	O livro destina-se para a primeira série primária e contém conhecimentos de: linguagem, história do Brasil, geografia, ciências naturais, matemática.

Figura 39: Capa do livro *Infância Brasileira* destinado à 1ª série primária
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O livro *Infância Brasileira*, de autoria de Ariosto Espinheira, traz estampada na capa a figura de um menino de aparência saudável, pele clara e corada. Conforme análise realizada por Falcão (2010), a criança que ocupa lugar de destaque na capa sugere o discurso pedagógico em voga na década, quando o ideário da Escola Nova tinha em seu fundamento o “puercentrismo”, ou seja, a criança no centro do processo educativo.

O uso desse livro pelo professor na Escola Singular “Orlando Moschen” com alunos de série avançada sinaliza táticas utilizadas no intuito de atender às exigências

impostas pelo sistema, que entendemos como as representações estratégicas de circulação dos títulos indicados pela política educacional vigente, e as necessidades existentes no interior da escola primária. Assim sendo, “[...] essas maneiras de se reapropriar do sistema produzido, criações de consumidores, visam uma *terapêutica de socialidades deterioradas*, e usam técnicas de reemprego onde se podem reconhecer os procedimentos das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1998, p. 52, grifos do autor).

Outro material que circulou na escola primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960 foi o livro *Meus Exercícios*, de autoria de Helena Lopes Abranches e Esther Pires Salgado, destinado a 2ª série; contemplava a área de linguagem, matemática e conhecimentos gerais, conforme capa ilustrada na figura 40:



Autor:	ABRANCHES, Helena Lopes; SALGADO, Esther Pires
Título:	Meus exercícios – 2ª Série – Linguagem, matemática e conhecimentos Gerais
Editora:	Companhia Brasileira de Artes Gráficas
Ano:	1954
Edição	1.ª
Outras informações:	O livro destina-se para a 2ª Série Primária e trata-se de um exemplar da década de 1950, porém a atividade que tivemos acesso mantém o mesmo conteúdo na década de 1960.

Figura 40: Capa do livro *Meus Exercícios* destinado à 2ª série primária
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora Neusa Balbina de Sousa.

O livro constituído por 193 páginas dedicou as 103 primeiras páginas à linguagem, sendo as demais destinadas às áreas de matemática e conhecimentos gerais. As atividades que envolveram conhecimentos sobre linguagem se apresentavam sequencialmente em (I) Leitura, redação e cópia; (II) Temas para redação; (III) Cópia e ditado; (IV) Exercícios gramaticais; (V) Leitura silenciosa.

A apropriação das atividades referentes a esse livro ocorreu de forma similar à forma de uso do título *Infância Brasileira*. Notamos que o exercício indicado pelas autoras como atividade de leitura, redação e cópia foi encontrada no caderno de uma aluna da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”. A imagem desse caderno comprova a

apropriação desse material com um uso divergente do indicado, pois a atividade foi realizada por uma aluna do 4º ano primário e sob a forma de ditado, conforme apresentado nas figuras 41 e 42.

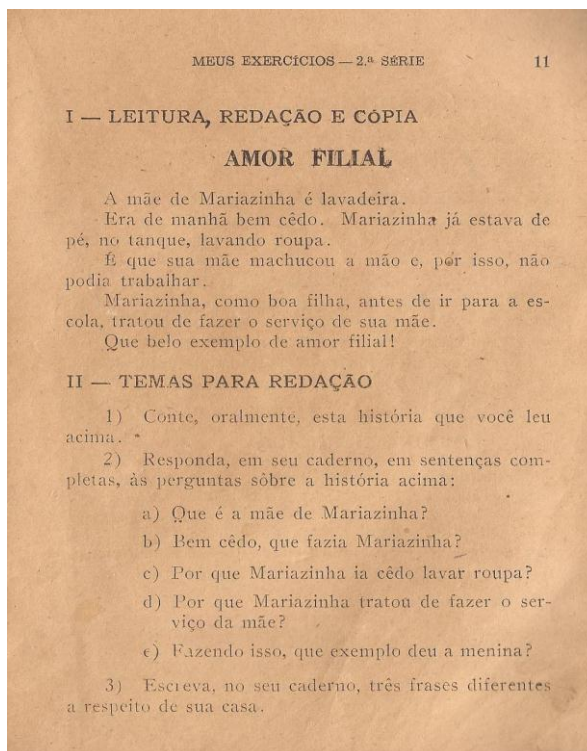


Figura 41: Página 11 do livro *Meus Exercícios* (2ª Série primária)
Fonte: Arquivo pessoal Neusa Balbina de Sousa.

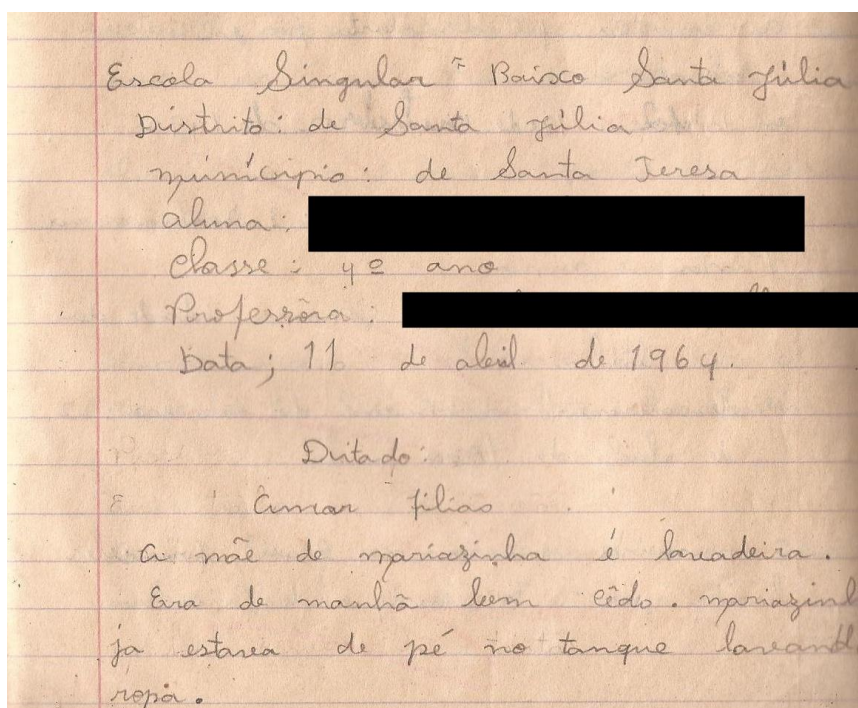


Figura 42: Fragmento do caderno da aluna do quarto ano primário da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada em 11/04/1964
Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

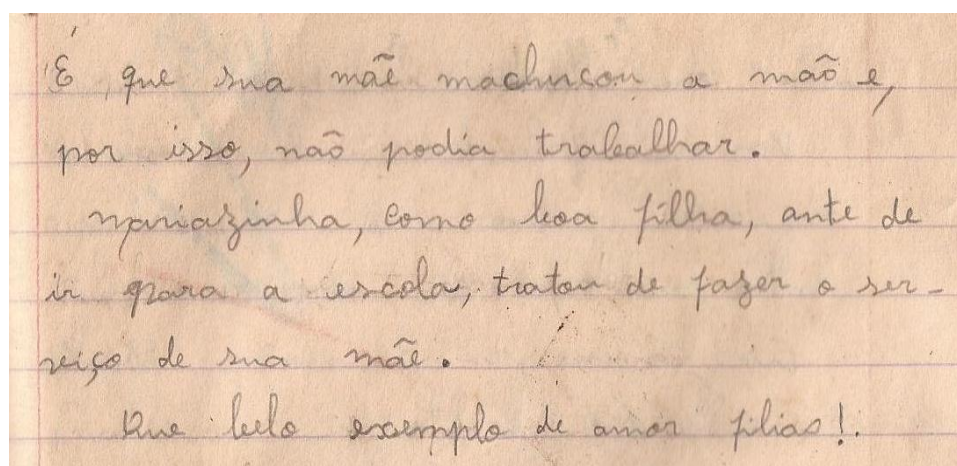


Figura 43: Continuação do fragmento do caderno da aluna do quarto ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”. Atividade realizada em 11/04/1964
Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

Para Frade (2007), a leitura silenciosa esteve intimamente relacionada a atividades empreendidas pelo método analítico do ensino da leitura, quando era privilegiado o sentido da visão em detrimento do sentido do ouvido nos métodos sintéticos. Considerando que, na década de 1960, o discurso das políticas educacionais clamava pelo uso dos métodos analíticos, a prática da leitura silenciosa era entendida como a mais adequada. No entanto, percebemos uma apropriação feita pelo professor que privilegiou o método sintético e não condizente com o pensamento renovador vigente.

Nas atas de reuniões pedagógicas das Escolas Reunidas de “São Roque” (1965), do Grupo Escolar “Almirante Tamandaré” (1967) e do Grupo Escolar “Visconde de Inhaúma” (1969), podemos observar que, mesmo com o discurso de renovação da escola primária, permaneceram ao longo da década de 1960 procedimentos didáticos já consolidados em décadas anteriores. Essas práticas foram respaldadas por orientações dos agentes educacionais aos professores da escola primária de Santa Teresa (ES) em relação à leitura e especificamente às instruções para prova de leitura oral:

Terminando a professôra [...] de expor o seu tema, usou da palavra a Sra. Diretora. Leu as instruções referentes à prova de leitura oral [...] (ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE, 1965b, p. 15 (verso)).

A Diretora iniciou a reunião falando sôbre a Prova de Leitura Oral para o 1º ano afirmando que a mesma não reprovava nenhum aluno. Explicou às professôras do 1º ano que não deveriam deixar fazer a prova de leitura oral

os alunos que não sabiam ler considerando-os analfabetos. Leu uma circular a qual trazia a explicação correta de como proceder durante a aplicação da prova de leitura oral para o 1º ano e como atribuir a nota exata (GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, 1967b, p. 23 (verso)).

Em seguida a Supervisora [...] apresentou um excelente plano de leitura e nos disse que devemos ter em mente os objetivos principais como desenvolvimento de vocabulário, de velocidade de leitura, leitura oral correta, desenvolver habilidades de estudos, gosto e interesse pelas leituras e tudo isto dependerá de um planejamento bem feito pela professora, procurando incentivar a criança durante toda a leitura (GRUPO ESCOLAR “VISCONDE DE INHAÚMA”, 1969b, p. 26 (verso)-27).

Os registros acima expressam discursos conflitantes, em se tratando dos princípios que fundamentavam as práticas de ensino da leitura. Os trechos indiciam a apropriação da prática de leitura oral com atenção especial à função avaliativa da leitura em relação ao desempenho dos alunos. Esse fato revela a forma de pensar a leitura na escola primária teresense na década em investigação e deixa perceptível que o trabalho visava à aquisição de fluência da leitura mantendo a prática de recitação nos exercícios escolares (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002), aproximando-se de princípios que orientaram os métodos sintéticos.

Essas apropriações permaneciam agregadas às maneiras de ensinar a leitura em momentos anteriores ao pensamento renovador, conforme pontuam Batista; Galvão; Klinke (2002, p. 45).

A leitura em voz alta era considerada, assim, até as primeiras décadas do século XX, a mais adequada ao ensino. Através da oralidade, características predominante de diversas dimensões da vida brasileira na época, os professores deveriam incentivar a leitura dos alunos e, ao mesmo tempo, proporcionar-lhes um bom desenvolvimento social e intelectual.

Desse modo, percebemos que diferentes formas de ensinar a leitura ganharam vida autônoma nas rotinas escolares de professores da escola primária teresense, fazendo valer uma tensão entre o que era prescrito e o que era praticado.

Portanto, o discurso renovador feito pelos agentes educacionais para o uso de métodos de marcha analítica para o ensino da leitura e formação de leitores esteve presente nos materiais e métodos que circularam na escola primária teresense na década de 1960. Contudo, as apropriações feitas pelos professores desses materiais e métodos foram percebidas no uso de cartilhas, pré-livros e livros destinados à aprendizagem inicial da leitura que desvelaram práticas de ensino que articularam princípios e métodos distintos a fim de atender às necessidades da

escola primária. Essas apropriações também são indicadoras do perfil de leitores que se pretendia formar naquele contexto sócio-histórico, assunto este abordado no próximo subitem desse capítulo.

5.1 FORMAÇÃO DO LEITOR NA ESCOLA PRIMÁRIA TERESENSE

[...] esta comissão se manifesta favoravelmente, considerando que a pretensão visa estimular o gosto pela leitura e, conseqüentemente, a elevação do nível cultural (SANTA TERESA, 1959, p. 12)²⁹.

O discurso da Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa (ES), realizada em 10 de março de 1959, sobre a aprovação de um projeto de Lei de ordem do Poder Executivo solicitando a criação de uma biblioteca pública na sede do município, desvela o posicionamento político sobre a função atribuída à leitura naquela época, entendida pelos agentes políticos como fator de elevação do nível cultural local. Nesse sentido, discorreremos sobre aspectos identificados nos materiais e métodos de ensino e nas práticas de leitura que delinearam o perfil de leitor que a escola primária teresense da década de 1960 pretendia formar.

Abreu (2007, p. 15) afirma que, “a leitura não é prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder”. Sobre essa questão Chartier (2010, p. 24) pontua que “[...] o escrito é o instrumento de poderes temíveis e temidos”, assim, entendemos que diante do discurso renovador os materiais e métodos destinados ao ensino da leitura estavam impregnados por ideais encarnados no contexto da política educacional vigente.

Chartier (1991, p. 178) afirma que “é preciso considerar que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos” e que “[...] uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura”. De acordo com esse pensamento, depreendemos que as apropriações dos materiais e métodos do ensino da leitura produziram sentidos diversos em consonância com os discursos que veicularam sobre esse tema na educação primária teresense na década de 1960, pois a pluralidade de apropriações às quais um texto é proposto autoriza recepções inéditas, criando novos públicos e novos usos (CHARTIER, 1991).

²⁹ Informação contida na Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa (ES), em 10 de março de 1959.

Os materiais utilizados trouxeram textos direcionados ao ensino da leitura na escola primária teresense na década de 1960 que enfatizavam predominantemente temáticas relacionadas ao civismo, à obediência e ao amor à Pátria, veiculando o ideário político vivido no país. Encontramos presença significativa dessas atividades de natureza cívica nos cadernos de alunos desde o início do processo de ensino da leitura à quarta série primária. Essa ideia conformadora se fez presente nas práticas cotidianas, conforme percebemos nas figuras 44 e 45 que atestam essa prática:

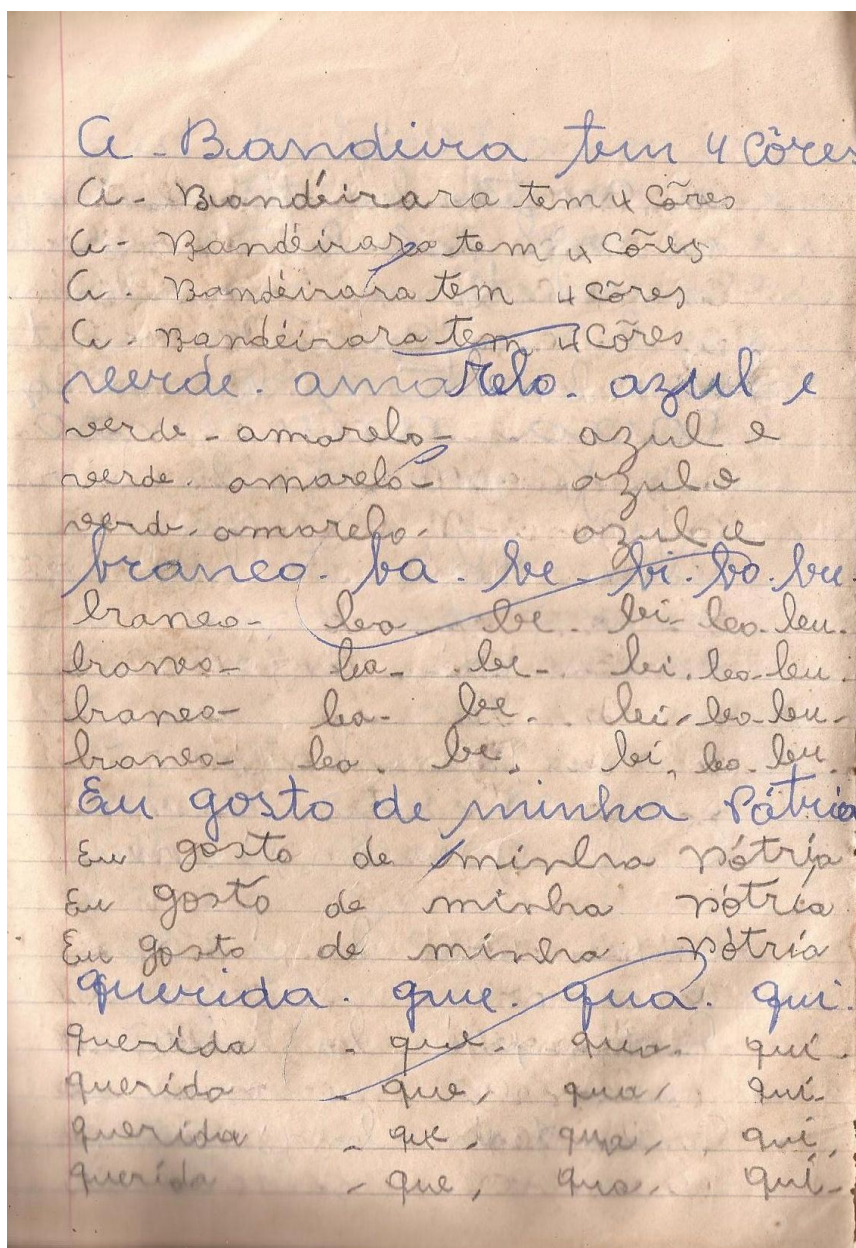


Figura 44: Fragmento do caderno da aluna do Primeiro ano A da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”
 Atividade realizada em 1960

Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

Escola Singular "Baixo Santa Júlia"
 Distrito de Santa Júlia
 Município: Santa Tereza
 Aluna: [REDACTED]
 Classe: 4^o
 Professora: [REDACTED]
 Data, 7 de abril de 1964

Ditado:

É o meu Brasil

Tudo para Fezé agora é a escola.
 Só estuda! A letra, o país, tudo
 enfim abandona. É um dos
 melhores alunos da classe. Presta
 atenção as aulas. E quando a
 professora fala do Brasil do seu
 grande tamanho, de suas riquezas,
 o coraçãzinho de Fezé bate de
 alegria. O pequeno patriota sente-se
 feliz por ter nascido no Brasil.
 E quando alguém lhe pergunta:
 "Qual é o país mais lindo? Qual o
 mais rico?" Ele bate com a mãezinha
 no peito e responde com orgulho:
 É o meu Brasil

Figura 45: Fragmento do caderno da aluna do quarto ano primário da Escola Singular "Baixo Santa Júlia". Atividade realizada em: 07/04/1964
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

A ênfase nacionalista que invadia as instituições da sociedade e dentre elas a escola primária teresense era parte de um contexto de uma década marcada por profundas transformações.

Nesse mesmo período o país vivia a "[...] expansão do operariado, de técnicos, de pequenos comerciantes, de profissionais liberais, de funcionários públicos, de novos setores empresariais, decorrentes dos processos de urbanização e industrialização" (SCHWARTZ, 2011, p. 9). Desse modo, atrelados a esse período de grande

efervescência política e social, a escola precisava acompanhar tais mudanças e ensejava a formação de homens e mulheres comprometidos com a pátria, uma vez que, na referida década, “[...] a educação primária continuava a ser pensada com a finalidade de formar um maior contingente de crianças para atender aos interesses relacionados ao desenvolvimento econômico e social” (SCHWARTZ, 2012, p. 7).

Esse posicionamento da instituição escolar pode ser referendado, por exemplo, pelas palavras da supervisora ao orientar sobre as comemorações que deveriam ocorrer na semana da Pátria no Grupo Escolar “Almirante Tamandaré” no ano de 1969.

As professoras devem procurar fazer um planejamento usando atividades que façam a criança sentir o Brasil independente. Formar a criança para que sinta alguma coisa pela Pátria, pelos símbolos da Pátria e sejam patriotas. Explicar-lhes que ser patriota é vir a aula, ser bom aluno; que o professor cumpridor do seu dever é um patriota. Fazer um planejamento que faça nascer na criança um pouco de patriotismo. Usar o Hino Nacional como leitura, explicar porque o autor escreveu aquilo; ensinar o hino e todos os símbolos com seus significados. Deverão arrumar a classe com a Bandeira Nacional e cartazes alusivos. Finalizar a comemoração com um desfile, hasteamento da Bandeira com o Hino Nacional (GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, 1969a, p. 37 verso).

A fala da supervisora enfatiza a ligação entre a formação patriótica do aluno e o uso desse tema para as práticas de leitura, como ocorreu na sugestão do trabalho com o Hino Nacional. Esse fato fica visível através das cópias, dos ditados, das composições redigidas e dos desenhos retratados pelos alunos em seus cadernos escolares como podemos aferir nas imagens a seguir.

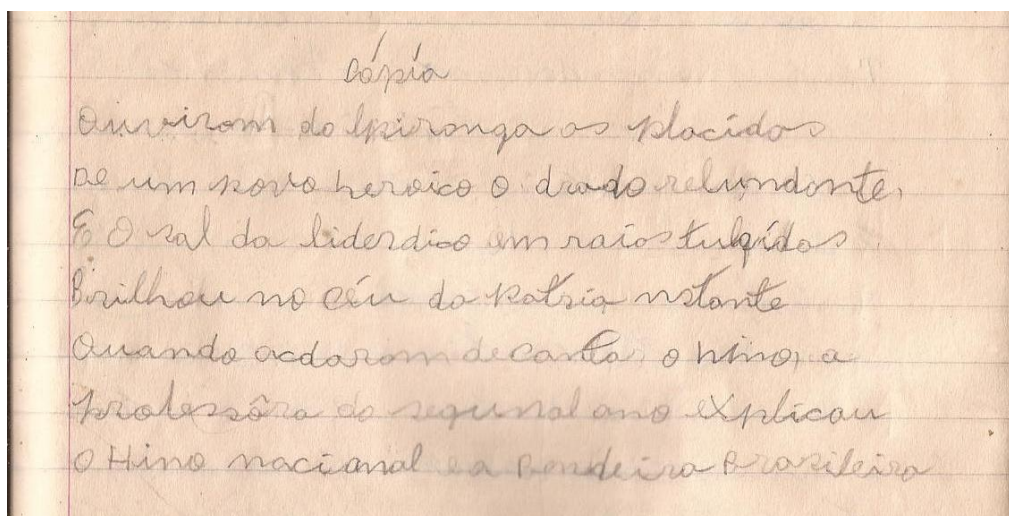


Figura 46: Fragmento do caderno do aluno do segundo ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”. Atividade realizada em 1969

Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

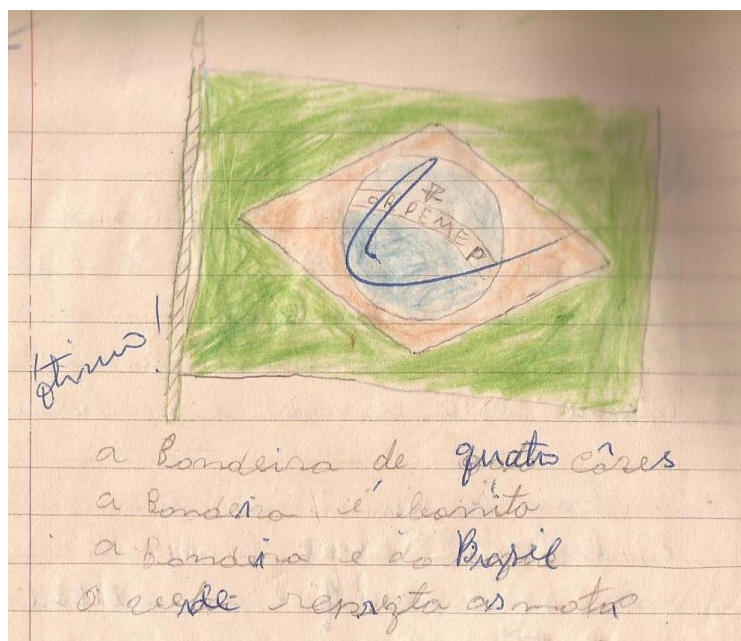


Figura 47: Fragmento do caderno do aluno do segundo ano primário da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”. Atividade realizada em 1969
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

Desse modo, fica perceptível a formação de leitores incutidos pelos princípios fundamentados nos valores morais tradicionais e cívicos. Esse fato pôde ser verificado também em estudos que contemplaram a escola primária em outras décadas, a julgar pelo estudo de Carvalho (1998b), ao investigar o ensino da leitura e da escrita no Período Republicano (1890-1920) em São Paulo. Os resultados de seu estudo demonstraram a predominância da vertente positivista que defendia que a República necessitava de cidadãos leitores. Porém, tratava-se da formação de um leitor que tinha agregado ao ensino da leitura e da escrita um ensino moral e cívico capaz de formar o cidadão com uma mentalidade, uma moralidade, um corpo de condutas compatíveis com a vida republicana.

Apesar de Carvalho (1998b) se reportar a outro espaço/tempo, a presença dos elementos cívicos nas práticas de leitura escolar visando a formação de um leitor com uma determinada mentalidade política revela nuances de permanências nos modos e formas de ensinar a ler e formar leitores na escola primária da década de 1960. Isso indicia que a cultura escolar manteve princípios estabelecidos, mesmo com a proeminência do discurso renovador presente nas diretrizes oficiais que orientavam a escola primária.

Além da ênfase para a formação cívica do aluno, as lições presentes nos materiais apresentavam estímulos aos bons hábitos de higiene, obediência e “bom comportamento social”, bem como outros assuntos que habitavam a leitura e a concebiam como veículo formador da moral a partir do que os alunos liam. O conteúdo expresso na atividade de ditado atesta essa concepção, de acordo com a figura 48.

Escola Singular "Baixo Santa Júlia"
 Distrito de Santa Júlia
 município: de Santa Teresa
 aluna: [REDACTED]
 Classe: 4º ano
 Professora: [REDACTED]
 Data: 28 de abril de 1964.
 Ditado:
 A Caridade

Paulo dirigia-se para a escola,
 quando foi surpreendido por uma
 voz que lhe disse:
 — Dê-me uma esmolinha, pela amor
 de Deus.

O menino, no momento, não possuía
 um só níquel! Ficou triste, por
 ver de se tratar de um pobre
 velhinho. Lembrando-se, ~~entretanto~~
 da merenda que, por sinal, era
 deliciosa e farta, tirou a do sacola
 e repartiu-a com o mendigo.
 Comovido, disse-lhe o velhinho:
 Deus lhe pague, meu menino.

Figura 48: Fragmento do caderno da aluna do quarto ano da Escola Singular “Baixo Santa Júlia”
 Atividade realizada em: 28/04/1964
 Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

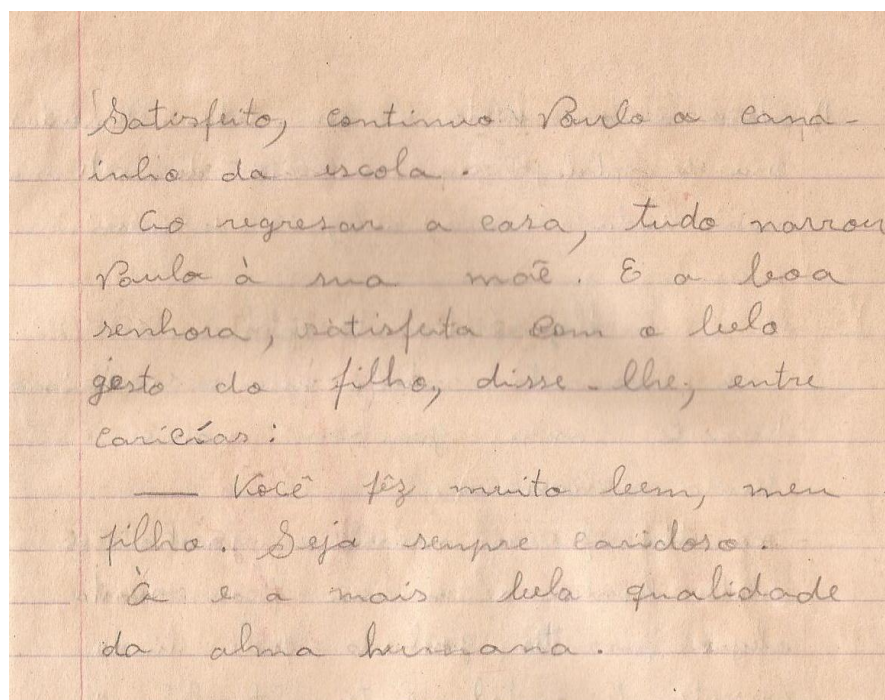


Figura 49: Continuação do fragmento do caderno da aluna do quarto ano da Escola Singular “Baixo Santa Júlia” Atividade realizada em: 28/04/1964
Fonte: Arquivo pessoal de Maria de Lurdes Milli.

Assim, os impressos de destinação pedagógica voltados ao ensino da leitura na escola primária teresense da década de 1960 apontam a presença de um discurso imperativo quanto aos princípios e condutas a serem trabalhados/disseminados desde as séries iniciais do ensino primário, com a prerrogativa da formação de um leitor moldado pelos interesses sócios, políticos, econômicos vigentes na época.

Dentre os materiais como cartilhas, pré-livros e livros que subsidiaram o ensino inicial da leitura na escola primária de Santa Teresa (ES), tomamos o livro *Infância Brasileira* para buscar evidências desse discurso conformador em virtude de suas lições iniciais intensificarem temas moralizantes como propósito de leitura. Notamos que, desde o título do livro, bem como suas lições, há indícios de interesse para a formação da moral do leitor.

O conteúdo dos textos gira em torno do cotidiano de uma personagem chamada Paulo, cujas narrativas retratam temas permeados de modelos a serem incutidos nas crianças, uma vez que abordam a família, a escola, os símbolos que representam a Pátria, higiene, datas cívicas, religião e festas cristãs, conforme pode ser observado no índice da obra, na figura 50:

INDICE

Paulo.....	11
A casa de Paulo.....	14
Nosso lar.....	18
A Escola.....	22
Paulo vai à Escola.....	26
Conversando com o vovô.....	30
A Bandeira.....	33
O Hino Nacional.....	38
Um belo passeio.....	41
Uma história.....	45
O asseio.....	50
A alimentação.....	54
O caminho da Escola.....	58
O tempo — O dia e a noite. A semana....	62
O sonho de Julinho.....	65
O tempo — Meses e ano.....	69
Dias feriados.....	71
Outras datas festivas.....	73
Natal e Ano-Bom.....	76
Festa na Escola — O Dia do Mestre.....	80

CONHECIMENTOS GERAIS

Nascente e Poente. Manhã, tarde e noite...	85
O céu. Dias claros e nublados.....	87
As nuvens. O ar. As chuvas. O vento....	89
Dias quentes e frios. Estações do Ano....	92
O corpo humano. Cabeça, tronco e membros.	95
Os órgãos dos sentidos.....	97

Figura 50: Página inicial do índice do livro *Infância Brasileira* destinado à 1ª série primária
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O primeiro texto do livro mostra um ideal de família, constituído por pai, mãe e filhos discriminando funções, destacando o pai como um indivíduo trabalhador e cumpridor do seu dever e chefe da família, a mãe é apresentada como boa dona de casa e cumpridora de seus deveres no lar, os filhos como crianças boas, obedientes e educadas. Desse modo, supomos que o autor busca “moldar” o leitor através das representações de leitura incutidas em suas lições de moral que, de certa forma, eram recomendadas socialmente e referendadas pela escola primária.

Na *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, notamos em suas lições iniciais uma ênfase para a questão do gênero masculino e feminino resultado de uma construção social edificada no decorrer da história. As ações das personagens indiciam apropriações de objetos, de brinquedos, de coisas e valores que marcam como educar e ser educado em um mundo de menina ou menino, expressando a identidade produzida pela cultura e pela sociedade da época. Reforçando a questão do gênero, as

páginas finais da cartilha apresentam lições permeadas de valores que retratam o menino com compromisso com a Pátria, a civilidade, através do desejo de ser soldado, enquanto que, para a menina, há uma tendência das habilidades relacionadas às tarefas do lar e à formação para a função docente, como atestam as figuras 51 e 52.

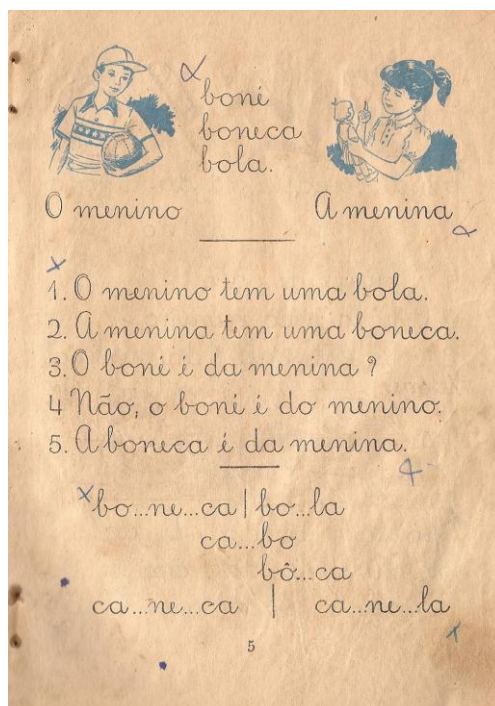


Figura 51: Lição da *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, p. 5
 Fonte: Arquivo pessoal de Lídia Torezani Bosi.

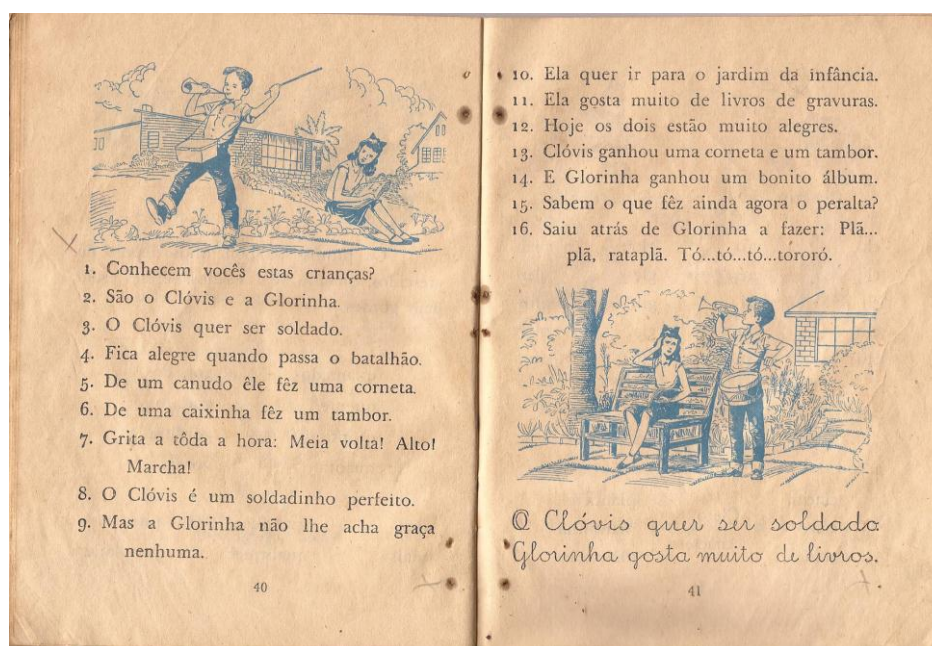


Figura 52: Lição da *Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, p. 40-41
 Fonte: Arquivo pessoal de Lídia Torezani Bosi.

Os exemplos vistos nas figuras 51 e 52 evidenciam a tendência valorativa disseminada nas práticas de ensino da leitura com o propósito de formar leitores com perfil “moldado” pelos livros didáticos cujos discursos refletiam os interesses da época.

Desse modo, tentamos nos aproximar de um possível perfil de leitor formado pela escola primária teresense, moldado pelos materiais utilizados na década de 1960. Temos consciência de que a pesquisa reuniu algumas pistas deixadas em fontes documentais que evidenciaram apropriações feitas no interior das escolas por alguns professores e alunos, ou seja, por uma pequena amostra, porém significativa, para contribuir com a compreensão da história da educação de Santa Teresa (ES) nesse período. Pois, ao investigar o ensino da leitura daquele espaço/tempo, procuramos compreender o homem sócio-histórico-cultural expresso por seu texto, reconhecendo que “[...] apesar de tudo, a história das andanças do homem através de seus próprios textos está ainda em boa parte por descobrir” (CERTEAU, 1998, p. 265).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve por objetivo investigar o ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária de Santa Teresa (ES), na década de 1960. Empreendemos uma análise de natureza histórica, seguindo princípios teórico-metodológicos da História Cultural. As questões que orientaram o estudo tiveram foco na identificação de princípios teóricos, de materiais e métodos de ensino da leitura que circularam no município, de apropriações feitas por professores e alunos, bem como do perfil de leitor formado pela escola primária naquele período.

Inicialmente, apresentamos nossa trajetória profissional e nossa vivência em espaços/tempos de ensino da leitura e escrita no contexto educacional teresense, assim como nossa aproximação com documentos e fontes históricas que motivaram o interesse pelo estudo do ensino da leitura. Dialogamos, ainda, com produções acadêmicas que investigaram a história do ensino da leitura institucionalizada e suas práticas no Brasil, em particular, no estado do Espírito Santo.

A leitura desses trabalhos sinalizou a necessidade de produção sobre essa temática (FERREIRA, 2003; LACERDA, 2000). A história do ensino da leitura no Brasil foi marcada pela recorrência de debates num complexo movimento de tensões entre permanências e rupturas, que envolvem disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização (CARVALHO, 1998b; MORTATTI, 2008). Os estudos de Klinke (2002) e Bittencourt (2004) apontaram que os materiais utilizados na escola primária impunham a adoção de um determinado método vinculado aos jogos de interesses do poder político da época, uma vez que os discursos vinculavam a universalização dos métodos de ensino da leitura e escrita aos títulos adotados na escola. Outros estudos sinalizaram a incoerência entre o discurso emanado de um órgão do Estado e a concretização do projeto educacional estabelecido, constatando a existência de oscilação metodológica acompanhada do desejo de melhoria do ensino, pois, apesar da defesa dos métodos analíticos, nos documentos foram encontrados indícios de uso de métodos de marcha sintética no ensino da leitura na escola primária capixaba (ASSUNÇÃO, 2009; GOMES, 2008; CAMPOS, 2008; SOUZA, 2008b; FALCÃO, 2010; SCHWARTZ; FALCÃO, 2005b; SCHWARTZ; FALCÃO, 2005a).

Buscamos contextualizar a história da educação em âmbito nacional e estadual com a finalidade de compreender a situação do ensino primário em Santa Teresa (ES) no período pesquisado. O diálogo com autores que discorreram sobre a temática e a análise de fontes documentais nos permitiu inferir que a educação primária de Santa Teresa (ES) na década de 1960 foi perpassada por problemas como a falta de recursos públicos, instalações precárias e espaço físico inadequado, ausência de materiais didático-pedagógicos, frequência baixa dos alunos devido aos períodos de colheita do café, o funcionamento de escolas valendo-se de docentes leigos, poucas condições de trabalho docente, baixos salários e formação precária, além de altos índices de reprovação que tiveram seu percentual diminuído somente no final da década de 1960.

Princípios teóricos, atas de reuniões pedagógicas e correspondência oficial, materiais e métodos difundidos pelos documentos emanados de um órgão do Estado, e pelos agentes educacionais responsáveis pelo ensino primário de Santa Teresa (ES) na década de 1960, comungavam com o pensamento renovador em defesa do conhecimento globalizado, visualizado, com ênfase para o trabalho com recursos do meio em que a criança estava inserida, proporcionando experiências que envolvessem a realidade diária do aluno, priorizando os métodos analíticos de ensino e pondo em voga o método global como mais adequado para o ensino da leitura. Em contrapartida, também encontramos materiais que indiciam uso de métodos sintéticos de ensino da leitura nesse período, confirmando práticas de ensino da leitura respaldadas em princípios diferentes dos que a política educacional orientava.

A análise das fontes documentais nos permitiu inferir que professores primários do município de Santa Teresa (ES) na década de 1960 se apropriavam de diferentes materiais e métodos por meio do uso de cartilhas, pré-livros e livros destinados à aprendizagem inicial da leitura, que desvelaram práticas de ensino que articularam princípios e métodos distintos a fim de atender às necessidades da escola primária.

Desse modo, percebemos um distanciamento entre o discurso emanado de um órgão do Estado e a concretização do projeto educacional pretendido, uma vez que a proeminência em defesa dos métodos analíticos, com ênfase para o uso do

método global de ensino, não impedia o uso de métodos sintéticos nas práticas cotidianas dos professores primários. Assim, percebemos que outras maneiras de ensinar a leitura, bem como a escrita, resistiram e ganharam vida autônoma na rotina dos professores em escolas primárias teresenses.

Ao abordarmos essas apropriações foi possível notar também certo perfil de leitor que a escola primária teresense buscava formar. A pesquisa evidenciou uma inclinação da escola primária em formar leitores a partir de inculcação de valores morais e cívicos que, a nosso ver, visavam, sobretudo, formar sujeitos com caráter nacionalista, de “bons hábitos”, considerados compatíveis e adequados com aquele momento da história.

No decorrer da investigação foram identificados outros materiais, em especial, o livro *Meu Tesouro* e as cartilhas *Caminho Suave e Meninos Travessos* destinados ao ensino da leitura que circularam nas escolas primárias teresenses nesse mesmo período e que não foram analisados neste estudo, em virtude de não termos encontrado, em nossas buscas, manuscritos de alunos que tivessem materializado em forma de atividades seu conteúdo.

Assim, apontamos a necessidade de novos estudos que venham problematizar a escola primária teresense e suas práticas de leitura e escrita na década de 1960, pois as fontes a que tivemos acesso apontaram questões que pedem para ser refinadas devido à amplitude de dados encontrados. Dentre essas fontes, ressaltamos que encontramos cadernos escolares de alunos que materializam [...] uma ampla variedade de modalidades escritas (exames, cópias, composições, redações, ditados, resolução de problemas, análises gramaticais, cartas, etc.) (VIÑAO, 2008, p. 17) que não foram explorados devido aos limites desta pesquisa.

O desafio lançado na busca e análise das fontes documentais que subsidiaram esta pesquisa nos oportunizou um engajamento na produção da história da leitura de nosso município, fato que representou um marco em nossa vida profissional. A partir de nossa entrada no universo da pesquisa histórica nos tornamos mais conscientes no tocante à análise dos processos que permearam e ainda permeiam a relação leitor e texto, pois cada momento da história traçou e continua traçando um perfil de leitores construído em um determinado contexto histórico. Assim sendo, nosso

envolvimento com a pesquisa estabeleceu pontes entre nossa prática e as teorias estudadas, proporcionando-nos um desempenho mais sedimentado enquanto profissional que atua constantemente com o leitor e a diversidade de leituras existentes no âmbito de uma biblioteca escolar.

Acreditamos também que a produção desta dissertação contribuiu para a produção de conhecimentos sobre o ensino da leitura e as práticas de formação de leitores utilizadas na escola primária teresense na década de 1960. Temos consciência de que nossa investigação é parte dessa história e que há muitos vestígios a serem estudados e reconhecidos como fontes documentais para que venham desvelar a história da leitura, uma vez que somos pioneiros nesse viés da pesquisa histórica sobre essa temática em Santa Teresa (ES), no sentido de abrir caminhos para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS E FONTES DOCUMENTAIS

ABREU, Márcia. Prefácio: Percursos da leitura. In: _____. **Leitura, História e História da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 9-15.

ASSUNÇÃO, Maria da Penha dos Santos. **A alfabetização na História da Educação no Espírito Santo (década de 1870)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009, 152 p.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 20, maio/jun/jul/ago 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde20/rbde20_04_antonio_-_ana_maria_e_karina.pdf>. Acesso em: 29 out. 2012.

BIASUTTI, Luiz Carlos. **No coração capixaba: 120 anos de história da mais antiga colônia italiana do Brasil: Santa Teresa – ES**. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 475-491, set./dez. 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASLAVSKY, Berta P. de. O método: panacéia, negação ou pedagogia? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, ago. 1988. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/703.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. **Problemas e métodos no ensino da leitura**. Trad. Agostinho Minicucci. Edições melhoramentos. São Paulo, 1971.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

CAMPOS, Dulcineia. **Alfabetização no Espírito Santo na década de 1950**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, 263 p.

_____. As práticas de alfabetização no Espírito Santo na década de 1950. In: 32ª Reunião Anual da ANPEd, 2009, Caxambú, MG. [**Trabalho apresentado**] Minas Gerais: ANPEd, 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT10-5664--Int.pdf>>. Acesso em 11 set. 2012.

CANDIDO, Antonio. **Direitos humanos e literatura**. 1989. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: _____. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**: atas [do] 2. Congresso ..., São Paulo: Escrituras, 1998a. p. 31-40.

CARVALHO, Silvia Aparecida Santos de. **O ensino da leitura e da escrita**: o imaginário republicano (1890-1920). Dissertação (Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1998b, 110 p.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

_____. (Coord.). **As utilizações do objeto impresso**: século XV-XIX. Alges, Portugal: DIFEL, 1998.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Alges, Portugal: DIFEL, 2002.

_____. **Práticas da Leitura**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 19-31.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 199-236.

FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. **História do ensino da leitura no Espírito Santo (1946-1960)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, 280 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FAUSTO, Boris. O período democrático (1945-1964). In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 395-443.

FAUSTO, Boris. O regime militar (1964-1985). In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 463-514.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Catálogo analítico de dissertações de mestrado e teses de doutorado**: a pesquisa sobre leitura no Brasil, 1980-2000. Campinas: FAEP/FE/UNICAMP, 2003. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/alle/catalogo_on-line/abrir.swf>. Acesso em: 21 jan. 2012.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Cartilha Analytica publicada pela Francisco Alves: aspectos da materialidade entre ordenamentos pedagógicos e editoriais**. Trabalho apresentado no I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/isabelcristina.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Revista Educação Santa Maria**, v. 32, n. 01, p. 21-40, 2007. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

GOMES, Sílvia Cunha. **A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, 209 p.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Tradução de Gizele de Souza. Campinas, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

KLINKE, Karina. Uniformização do ensino da leitura: uma combinação de métodos e livros. In: 25ª Reunião Anual da ANPEd, 2002, Caxambú, MG. [**Trabalho apresentado**] Minas Gerais: ANPEd, 2002. p. 1-17 (mimeo).

LACERDA, Liliam Maria. A história da leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler. In: ABREU, Márcia (Org.) **Leitura, História e História da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 611-623.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 535-553.

_____. História. In: _____. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 17-165.

_____. Passado/presente. In: _____. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 203-231.

LOPES, Isa Cristina da Rocha. Cadernos escolares: memória e discurso em marcas de correção. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 187-203.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira Maciel. **Lúcia Casasanta e o Método Global de Contos**: uma contribuição à história da alfabetização em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MICHAELIS. **Dicionário Online**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: jul. 2011 a mar. 2013.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. **Os sentidos da alfabetização**: (São Paulo, 1876-1994). São Paulo: Ed. UNESP: CONPED: INEP, 2000a. 372p.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos Cedes**, ano XX, nº 52, novembro/2000b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a04v2052.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

_____. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista ACOALFAPlp**: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

PÉCORA, Alcir. O campo das práticas da leitura, segundo Chartier. Introdução à Edição Brasileira. In: CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 9-17.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 19. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. Métodos para ensinar a ler e a escrever no Espírito Santo no processo inicial da institucionalização da educação primária pública. **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**, 2005a.

_____. O ensino da leitura no Espírito Santo de 1890-1910. Trabalho apresentado no **IV Seminário sobre Letramento e Alfabetização, 15º Congresso de Leitura do Brasil**, Campinas, 2005b.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **O ensino da leitura e a formação do leitor na escola primária capixaba na década de 1960**: plano de trabalho. Vitória: [s. n.], 2011. Mimeo.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **O ensino da leitura e a formação do leitor na escola primária capixaba na década de 1960**: relatório científico final de pós-doutorado. Vitória: [s. n.], 2012. Mimeo.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo**: estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008a.

SOUZA, Neusa Balbina de. **Práticas de alfabetização no município de Linhares nos anos de 1960**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008b, 146 p.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino**: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

_____. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Modos de ler, formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 87-116.

_____. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 15-33.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. **Entre o legal e o real**: história da educação no Espírito Santo: panorama retrospectivo da educação primária (1920/1990) e a educação de jovens e adultos (1970/1990). Linhares, ES: Gráfica Rossi, 2008.

Legislação

BRASIL. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 4 jan. 2012.

_____. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 4 jan. 2012.

_____. Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 out. 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2012.

SANTA TERESA (ES) (Município). **Lei Municipal nº 382, de 24 de dezembro de 1963**, que orça a receita e fixa a despesa do município de Santa Teresa (ES), para o exercício de 1964. Santa Teresa, 1964. Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/santateresa/images/leis/html/L3821963.html>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

Relatórios, Mensagens e/ou Discursos e Boletins Informativos do Governo do Estado do Espírito Santo

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959: Lindenberg). **No limiar da esperança**: discurso por ocasião do transcurso do primeiro aniversário de governo. Vitória: [s.n], 1960.

_____. Governador (1959: Lindenberg). **Desenvolver para sobreviver**: discurso por ocasião do transcurso do segundo aniversário de governo. Vitória: [s.n], 1961a.

_____. Governador, (1963-1966): AGUIAR, Francisco Lacerda de Aguiar. **Boletim Informativo das Atividades Administrativas do Governo do Estado**. Vitória: [s.n], ano 1, n. 3, abr. 1964.

_____. Governador, (1963-1966): AGUIAR, Francisco Lacerda de Aguiar. **Boletim Informativo das Atividades Administrativas do Governo do Estado**. Vitória: [s.n], ano 2, n. 4, jan. 1965.

_____. Governador (1967-1971: Lopes Filho). **Um Estado em marcha para o desenvolvimento**. Relatório das atividades administrativas, v. 1, Vitória: [s.n], 1968b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1967-1971: Dias Lopes). **Desafio e resposta:** desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, 1967/1970. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

Estudos e Resultados de pesquisa

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Ensino primário geral 1956/59.** Vitória: Departamento Estadual de Estatística do Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1961b.

_____. **Ensino primário geral 1958/60.** Vitória: Departamento Estadual de Estatística do Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1962.

_____. **Ensino primário geral 1962/64.** Vitória: Departamento Estadual de Estatística do Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1967.

_____. **Ensino primário comum e supletivo 1968/69.** Vitória: Departamento Estadual de Estatística. 1972.

_____. **Simpósio sobre O desenvolvimento do Estado do Espírito Santo: educação e saúde, 1, 1968, Vitória. Impressos...** Vitória: [s.n], 1968a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA A ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 22, p. 137-140.

Documentos da Secretaria de Educação

ESPÍRITO SANTO (Estado). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Circular nº 250/63 enviada pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas da Secretaria de Educação e Cultura para as Escolas Reunidas de “São Roque”, Vitória, 1963.

_____. Carta-Circular de 18 de outubro de 1963 enviada pelo Centro Audiovisual de Vitória (ES) para as Escolas Reunidas de “São Roque”, Vitória, 1963.

_____. Circular 002 de 22 de janeiro de 1963, enviada pela Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas (DOPP) para as Escolas Reunidas de “São Roque”, Vitória, 1963.

Documentos internos de escolas primárias

ESCOLAS REUNIDAS DE “SÃO ROQUE”. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 27 jul. 1963.

_____. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 8 ago.1964.

_____. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 29 abr. 1965a.

_____. **Ata da 4ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 20 nov. 1965b.

_____. **Ata da 3ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 25 jun.1966.

_____. **Ata da Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 4 mar.1967.

ESCOLAS REUNIDAS “PATRIMÔNIO DE SANTO ANTÔNIO”. **Ata da 4ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 30 nov. 1966a.

_____. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 1º abr. 1966b.

GRUPO ESCOLAR “ALMIRANTE TAMANDARÉ”. **Ata da 4ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 23 set.1967a.

_____. **Ata da 5ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 18 nov. 1967b.

_____. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 4 mar.1968a.

_____. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 30 abr.1968b.

_____. **Ata da 5ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 08 ago. 1969a.

_____. **Ata da 6ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 25 set.1969b.

_____. **Ata da 7ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 30 out.1969c.

GRUPO ESCOLAR “PATRIMÔNIO DE SANTO ANTÔNIO”. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 27 mai. 1967.

GRUPO ESCOLAR “VISCONDE DE INHAÚMA”. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 2 abr. 1968a.

_____. **Ata da Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 31 ago. 1968b.

_____. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 1º mar. 1969a.

_____. **Ata da Reunião Pedagógica.** Santa Teresa-ES, 29 mai. 1969b.

Documentos da Câmara Municipal

SANTA TERESA (ES) (Município). **Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa.** Santa Teresa, ES, 10 mar. 1959.

_____. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa.** Santa Teresa, ES, 4 abr. 1961.

_____. **Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa.** Santa Teresa-ES, 21 ago. 1962.

Documentos de Delegacias de Ensino

DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO JOÃO DE PETRÓPOLIS. **Ata da 2ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 17 jun. 1961.

_____. **Ata da 3ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 23 nov. 1963.

DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO ROQUE. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 12 ago. 1961.

_____. **Ata da 1ª Reunião Pedagógica.** Santa Teresa, ES, 19 mai. 1962.

Cartilhas, pré-livros e livros (destinados aos alunos)

ABRANCHES, Helena Lopes; SALGADO, Esther Pires. **Meus exercícios:** 2ª série - linguagem, matemática e conhecimentos gerais. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1954.

AMOROSO, Cecília Bueno dos Reis. **Onde está o patinho?** São Paulo: Edições Melhoramentos, [19--].

ESPINHEIRA, Ariosto. **Infância Brasileira:** para a primeira série primária. 271 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FONSECA, Anita. **O Livro de Lili** (cartilha). 87 ed. São Paulo: Editôra do Brasil S/A, 1961.

LEITE, Olivia Pinto de Castro. **Exercícios de leitura silenciosa e linguagem:** primeiro volume. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais S/A. 1967.

LORENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Cartilha do Povo:** para ensinar a ler rapidamente. 586 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1940.

OLIVEIRA, Mariano de. **Cartilha Ensino Rápido da Leitura.** 820 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959.

Materiais destinados à leitura dos professores

ABDON, Célia Côrtes. **Primeiros passos na linguagem**. Rio de Janeiro: Conquista, 1954.

CASARIN, Suely Giron. **Manual do alfabetizador**. Porto Alegre: Tabajara, [196-].

LOPES, Wanda Rollin Pinheiros. **A caminho da leitura**: preparação da criança para a aprendizagem da leitura. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1964.

MENDONÇA, Heloisa de. **Mais vida na sala de aula**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1967.

PEIXOTO, Ilka Rocha; MIRANDA, Helena Guimarães de. **O flanelógrafo**: confecção e utilização. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1967.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Tabela 01 – Demonstrativo dos trabalhos acadêmicos apresentados nas reuniões da Anped que tratam da temática "leitura" no Grupo de Trabalho 02 (História da Educação).

Grupo de Trabalho	Banco de dados	Reunião	Ano	Total de trabalhos	Trabalhos selecionados de acordo com a temática da pesquisa
GT02 História da Educação	Anped	33 ^a	2010	10	00
GT02 História da Educação	Anped	32 ^a	2009	13	00
GT02 História da Educação	Anped	31 ^a	2008	12	00
GT02 História da Educação	Anped	30 ^a	2007	17	00
GT02 História da Educação	Anped	29 ^a	2006	10	00
GT02 História da Educação	Anped	28 ^a	2005	20	00
GT02 História da Educação	Anped	27 ^a	2004	14	00
GT02 História da Educação	Anped	26 ^a	2003	12	00
GT02 História da Educação	Anped	25 ^a	2002	11	01
GT02 História da Educação	Anped	24 ^a	2001	12	00
GT02 História da Educação	Anped	23 ^a	2000	22	00
Total				153	1

Nota: Tabela elaborada a partir do Banco de Dados das Reuniões da Anped.
Endereço eletrônico: <http://www.anped.org.br/internas/ver/reunioes-aneais>.

APÊNDICE B - Tabela 02 – Demonstrativo das temáticas enfocadas nos trabalhos sobre leitura do PPGE/ UFES no período de 1982 a 2011.

Temáticas	1982	1988	1989	1996	1998	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Desempenho/compreensão de leitura/leitura crítica	01		01						01		02				05
Ensino/Práticas de leitura		01						01	01	02	02	01	01	01	10
Ensino da leitura e escrita				01	01		01								03
Professor como leitor						01	01			01					03
Leitura e compreensão de texto							01				01				02
Construção de sentidos na leitura							01						01		02
Formação e prática do professor							01					01			02
História da alfabetização											02	01			03
História do ensino da leitura e da escrita											01				01
História da leitura													01		01
Práticas de alfabetização													02		02
Total	01	01	01	01	01	01	05	01	02	03	08	03	05	01	34

Nota: Tabela elaborada a partir do resumo das dissertações e teses defendidas no PPGE da UFES.

* Conforme explicitado anteriormente, os critérios utilizados para o agrupamento das temáticas dos trabalhos embasaram-se na ideia de classificação dos documentos por focos temáticos do catálogo elaborado, em sua última versão em 2003, por Norma Sandra de Almeida Ferreira.

APÊNDICE C – Síntese das pesquisas que trataram sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo

1. ASSUNÇÃO, Maria da Penha dos Santos. **A alfabetização na História da Educação no Espírito Santo (década de 1870).**

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009, 152 p.

Orientadora: Cláudia Maria Mendes Gontijo

OBJETIVO(S)	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	METODOLOGIA (abordagem, tipo de pesquisa, procedimentos, instrumentos)	RESULTADOS
Investigar a alfabetização na história da educação da província/Estado do Espírito Santo na década de 1870 investigando se os discursos oficiais reformistas acerca da alfabetização contribuíram para a constituição de "novos" métodos e práticas de ensino da língua que rompessem com modelos baseados no trabalho com a unidade mínima da língua.	Concepção bakhtiniana de linguagem abordando especificamente a noção de texto.	Perspectiva histórico-cultural; Adota o estudo documental como opção metodológica.	A partir da análise de documentos pertinentes a educação na província do Espírito Santo na década de 1870, a pesquisadora percebeu que apesar de todo o discurso reformista acerca do ensino da leitura e da escrita, os regulamentos pertinentes a instrução pública da província deram continuidade ao uso de materiais de ensino e as práticas de ensino pelo método sintético, e que, embora houvesse sucessivas ocorrências de discurso em prol a escolarização de toda a população, as crianças em idade escolar não foram atendidas.

Quadro 01 – Síntese descritiva das pesquisas sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo (continua).

Nota: Quadro elaborado a partir do resumo das dissertações e teses defendidas no PPGE da UFES.

APÊNDICE C – Síntese das pesquisas que trataram sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo

2. GOMES, Sílvia Cunha. **A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, 209p.

Orientadora: Cláudia Maria Mendes Gontijo

OBJETIVO(S)	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	METODOLOGIA (abordagem, tipo de pesquisa, procedimentos, instrumentos)	RESULTADOS
Investigar a alfabetização na história do Espírito Santo, no período de 1924 a 1938.	Concepção bakhtiniana de linguagem	Pesquisa documental de caráter qualitativo; Perspectiva histórica.	A análise realizada possibilitou vislumbrar incoerências entre o discurso oficial e a concretização do projeto educacional estabelecido. Com relação aos métodos de ensino da leitura e da escrita, observa a proeminência, nos documentos oficiais, dos métodos analíticos. Entretanto, a definição legal de utilização desse tipo de método não impediu que, na prática, continuassem a ser utilizados os métodos sintéticos, principalmente, nas escolas situadas em cidades distantes da Capital do Espírito Santo.

Quadro 02 – Síntese descritiva das pesquisas sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo (continuação).

Nota: Quadro elaborado a partir do resumo das dissertações e teses defendidas no PPGE da UFES.

APÊNDICE C – Síntese das pesquisas que trataram sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo

3. CAMPOS, Dulcineia. **A alfabetização no Espírito Santo na década de 1950**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, 263 p.

Orientadora: Cláudia Maria Mendes Gontijo

OBJETIVO(S)	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	METODOLOGIA (abordagem, tipo de pesquisa, procedimentos, instrumentos)	RESULTADOS
Investigar os sentidos da alfabetização na história da educação, no Estado do Espírito Santo, na década de 1950.		Investigação documental e sob a perspectiva histórica.	<p>Este trabalho revela o processo de nacionalização do ensino primário, que consistiu na elaboração de leis e programas de ensino, com a finalidade de servir de referência à constituição dos programas de ensino em cada Estado. Destaca o programa de alfabetização, objeto desta pesquisa, no qual constata uma opção teórica afinada com o ideário da Escola Nova, com a indicação de um método específico de alfabetização: Método Global.</p> <p>O problema da descontinuidade no seio da política de alfabetização foi destaque, tanto na política local, quanto na nacional, tendo em vista, dentre outros fatores, a tessitura de ações, em prol da inclusão de mais um programa de ensino, o PABAAE, o qual pregava o ideário tecnicista da educação.</p>

Quadro 03 – Síntese descritiva das pesquisas sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo (continuação)

Nota: Quadro elaborado a partir do resumo das dissertações e teses defendidas no PPGE da UFES.

APÊNDICE C – Síntese das pesquisas que trataram sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo

4. SOUZA, Neuza Balbina de. **Práticas de alfabetização no município de Linhares nos anos de 1960**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, 146 p.

Orientadora: Cláudia Maria Mendes Gontijo

OBJETIVO(S)	SUJEITO(S)	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	METODOLOGIA (abordagem, tipo de pesquisa, procedimentos, instrumentos)	RESULTADOS
Investigar as práticas de ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização, desenvolvidas, na década de 1960, no município de Linhares/ES.	Professoras das classes de primeira série do ensino fundamental	Concepção bakhtiniana de linguagem.	Abordagem sócio-histórica; Pesquisa documental; (Textos orais e escritos, de fontes primárias e secundárias, que constituem o corpus documental).	Constatou que as políticas educacionais engendradas na esfera do ensino primário, sobretudo na primeira série, visavam a atender às exigências do setor econômico de base industrial em desenvolvimento no Estado, pautadas na concepção produtivista da escola. O ensino da leitura e da escrita se sustentou nos tradicionais métodos sintético, analítico e analítico-sintético propagados nas cartilhas, livros de leitura e pré-livros utilizados nas escolas.

Quadro 04 - Síntese descritiva das pesquisas sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo (continuação).

Nota: Quadro elaborado a partir do resumo das dissertações e teses defendidas no PPGE da UFES.

APÊNDICE C – Síntese das pesquisas que trataram sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo

5. FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. **História do ensino da leitura no Espírito Santo (1946-1960)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, 279 p.

Orientadora: Cleonara Maria Schwartz

OBJETIVO(S)	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	METODOLOGIA (abordagem, tipo de pesquisa, procedimentos, instrumentos)	RESULTADOS
Investigar o ensino da leitura na escola primária capixaba no contexto da primeira reforma do ensino primário de iniciativa do Governo Federal, implementada pela Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 (Decreto- Lei n.º 8.529, de 2 janeiro de 1946) para compreendermos usos e apropriações das orientações para o ensino da leitura a partir dessa reforma, pela escola primária capixaba, no período de 1946 a 1960.	Diálogo com as reflexões de autores como Chartier (1985) e Certeau (1994), principalmente com os conceitos de estratégia, tática, uso, apropriação e representação.	Abordagem da História Cultural - fazendo uso de fontes como atas de reuniões pedagógicas, bilhete, boletins, cartilhas, documentos internos de escolas, legislação, mensagens de governo, mídia impressa, programas de ensino.	Consideramos que apropriações e usos diversificados colocados em prática pelos sujeitos das escolas primárias contribuem para deixar explícito que as políticas públicas assumem diferentes nuances dentro das escolas, seja por resistência ao novo, seja pela negociação com práticas já sedimentadas.

Quadro 05 - Síntese descritiva das pesquisas sobre o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo (conclusão).

Nota: Quadro elaborado a partir do resumo das dissertações e teses defendidas no PPGE da UFES.

APÊNDICE D - Tabela 03 – Demonstrativo dos trabalhos acadêmicos apresentados nas reuniões da Anped que tratam da temática "leitura" no Grupo de Trabalho 10 (Alfabetização, leitura e escrita)

Grupo de Trabalho	Banco de dados	Reunião	Ano	Total de trabalhos	Trabalhos selecionados de acordo com a temática da pesquisa
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	33 ^a	2010	17	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	32 ^a	2009	18	01*
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	31 ^a	2008	18	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	30 ^a	2007	15	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	29 ^a	2006	11	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	28 ^a	2005	19	01
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	27 ^a	2004	13	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	26 ^a	2003	08	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	25 ^a	2002	10	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	24 ^a	2001	11	00
GT10 – Alfabetização, leitura e escrita	Anped	23 ^a	2000	14	00
Total				154	02**

Nota: Tabela elaborada a partir do Banco de Dados das Reuniões da Anped.
Endereço eletrônico: <http://www.anped.org.br/internas/ver/reunioes-anuais>.

* Esclarecemos que se trata do trabalho apresentado por Campos (2008) que foi detectado como estudo sobre a leitura e a escrita no Espírito Santo, porém, não foi utilizado por optarmos pela dissertação da autora sobre a mesma temática defendida no PPGE da UFES.

** Esclarecemos que os trabalhos foram selecionados com o foco especificamente voltado para o ensino da leitura e da escrita no estado do Espírito Santo.

APÊNDICE E - Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da Pesquisa: **O ensino da leitura e práticas de formação de leitores na escola primária no município de Santa Teresa-ES na década de 1960.**

Nome do Orientador(a):

Nome do Pesquisador(a):

Caro(a) Senhor(a),

Eu,....., profissão....., portador do CPF.....RG....., estabelecido(a) na Rua....., nº....., CEP....., na cidade de, cujo telefone de contato é (.....)....., estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a história do ensino da leitura no município de Santa Teresa-ES.

A pesquisa faz parte de minhas atividades como aluna regular do Curso de Mestrado em Educação ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES em convênio com IFES.

A pesquisa tem por objetivo principal investigar o ensino da leitura e as práticas de formação de leitores na escola primária no município de Santa Teresa-ES, na década de 1960, a fim de compreender permanências e rupturas de modelos de ensino de leitura colocados em prática em nosso Estado e, em especial, no referido município por diferentes agentes (autores de livros didáticos, professores, inspetores escolares, delegados de ensino, diretores, etc.).

Vale destacar que esta pesquisa integra um projeto mais amplo de estudos sobre o ensino da leitura no Espírito Santo que vem sendo desenvolvido desde o ano de 2005 pela professora Dr^a Cleonara Maria Schwartz no âmbito da Linha de Pesquisa Educação e Linguagens do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES. Como se trata de uma pesquisa histórica, os dados são provenientes de diferentes

fontes documentais como legislação, correspondências oficiais entre instituições, atas de reuniões pedagógicas, cadernos escolares, livros e cartilhas escolares, provas, exames, programas de ensino, imprensa pedagógica, e tantas outras que podem auxiliar o conhecimento sobre formas de se ensinar a leitura que foram colocadas em prática no Espírito Santo.

O acesso a esses tipos de fontes é difícil, pois elas se encontram sob a guarda de variadas instituições escolares, de arquivos pessoais e de arquivos públicos, o que obstaculiza o trabalho do pesquisador que se propõem a investigar a história da educação no Espírito Santo.

Desse modo, contamos com a sua colaboração, autorizando-nos a localizar tais fontes na instituição que ora administra. A sua contribuição nesse sentido proporcionará um melhor conhecimento a respeito da História do Ensino da leitura no município de Santa Teresa-ES e também do nosso Estado e ainda beneficiará futuros pesquisadores que poderão se interessar por estudar a história da educação do município de Santa Teresa-ES.

Informo que o Sr(a). tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas e ainda o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas e, caso seja solicitado, darei todas as informações que forem necessárias. Como pesquisador, me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através de livro, artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. Dados pessoais registrados nas fontes serão omitidos a fim de se preservar a identidade dos sujeitos.

Este termo está sendo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará com o Sr(a). e a outra arquivada com os pesquisadores responsáveis.

Anexo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado, caso não tenha ficado qualquer dúvida.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

APÊNDICE F – Relação de fontes referentes ao corpus documental da pesquisa

(continua)

Tipo de fonte documental	Ano	Instituição/Arquivo de guarda da fonte	Descritivo	Observações
Atas de Reuniões pedagógicas	1961 a 1963	SEDU	Livro onde constam os registros de Atas da Delegacia de Ensino de São João de Petrópolis	As atas referem-se às representações da Delegada de Ensino e de professores rurais subordinados à Delegacia acerca do ensino da leitura, plano de aula, avaliação das turmas, práticas escolares, dentre outras.
Atas de Reuniões pedagógicas	Livro nº 1 1965 a 1972	EMEIEF “Visconde de Inhaúma”	Livro onde constam os registros de Atas das Escolas Reunidas “Patrimônio de Santo Antônio”, Grupo Escolar “Patrimônio de Santo Antônio” e Grupo Escolar “Visconde de Inhaúma”	As atas referem-se às representações da Diretora, da Supervisora e de professores acerca do ensino da leitura e a opção pelo método global, do planejamento, do valor das aulas globalizadas e visualizadas, avaliação das turmas, práticas escolares, dentre outras.
Atas de Reuniões pedagógicas	Livro de Atas 12/08/1961 a 26/12/1984	Escola EEEFM “David Roldi”	Livro onde constam os registros de Atas de reuniões pedagógicas da Delegacia de Ensino de São Roque, das Escolas Reunidas “São Roque”, Grupo Escolar “São Roque” e Grupo Escolar “Almirante Tamandaré”	As atas referem-se às representações da Delegada de Ensino, da Diretora, da Supervisora e de professores acerca do ensino da leitura, do planejamento, dos materiais audiovisuais, avaliação das turmas, provas de leitura oral, práticas escolares, dentre outras.
Correspondências Oficiais	1963 – 1964 1965 – 1966 1967 – 1968 1969	Escola EEEFM “David Roldi”	Correspondências Oficiais recebidas pelas Escolas Reunidas “São Roque”, Grupo Escolar “São Roque” e Grupo Escolar “Almirante Tamandaré”. Constam ofícios, circulares, instruções, dentre outros documentos enviados pela Secretaria de Educação e Cultura/DOPP do estado do Espírito Santo.	Representações acerca de formas de organização de ensino, medidas administrativas e pedagógicas adotadas, circulação de materiais e métodos.

APÊNDICE F – Relação de fontes referentes ao *corpus* documental da pesquisa

(continuação)

Tipo de fonte documental	Ano	Instituição/Arquivo de guarda da fonte	Descritivo	Observações
Legislação Relatórios de Governo Mensagens e ou Discursos Boletim Informativo	1960 - 1961 1964 – 1965 1966 – 1968 1971	Legislação Nacional e Municipal online Arquivos pessoais da Profª Drª Cleonara Maria Schwartz	Escritas produzidas por agentes responsáveis pela organização do ensino (em nível municipal, estadual e federal) (profissionais da administração, Municipal, Estadual e Federal) Lei nº 4024, de 20/12/1961 Decreto nº 59.355, de 4/10/1966 Lei 5.692, de 11/08/1971 Lei Municipal nº 382, de 24/12/1963 No limiar da esperança: discurso por ocasião do transcurso do primeiro aniversário de governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberger Desenvolver para sobreviver: discurso por ocasião do transcurso do segundo aniversário de governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberger Boletim Informativo das Atividades Administrativas do Governo do Estado Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966) Relatório das atividades administrativas do Governador Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971) Relatório – Desafio e resposta: desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, 1967/1970 Governador Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971).	Representações acerca de formas de organização de ensino, medidas administrativas e pedagógicas adotadas, preocupações de diferentes agentes.

APÊNDICE F – Relação de fontes referentes ao *corpus* documental da pesquisa

(continuação)

Tipo de fonte documental	Ano	Instituição/Arquivo de guarda da fonte	Descritivo	Observações
Ata da Câmara Municipal	1959 - 1961	Arquivo da Câmara Municipal de Santa Teresa (ES)	Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santa Teresa	As atas referem-se às representações do Legislativo Municipal acerca da criação de biblioteca Municipal e de ações realizadas pelo Poder Executivo Municipal.
Estudos Resultados de pesquisa	1959 – 1961 1962 – 1967 1968 - 1972	Biblioteca Central da UFES Instituto Jones dos Santos Neves	Escritas de materiais que subsidiam a política de ensino da leitura (estudiosos, pesquisadores, professores que ocupam posição de destaque) Simpósio sobre “O desenvolvimento do Estado do Espírito Santo: educação e saúde” Documentos Estatísticos: Ensino primário geral 1956/59 Ensino primário geral 1958/60 Ensino primário geral 1962/64 Ensino primário comum e supletivo 1968/69 Enciclopédia dos municípios brasileiros - IBGE	Representações de diferentes sujeitos sobre o ensino primário e sobre o ensino da leitura.
Avaliações Parciais e Finais	1964 – 1966 1967	Arquivo Pessoal Maria da Silva	Avaliações realizadas por aluno do 1º, 3º e 4º ano primário. (a elaboração e correção das avaliações ficavam a cargo de agentes responsáveis pelo ensino primário, supervisores, diretores e professores, ficando a aplicação da mesma sob responsabilidade do professor da turma)	Representações de agentes responsáveis pela organização do ensino primário (em nível estadual), diretores e de professores acerca do ensino da leitura, escolha de livros, avaliação das turmas, práticas escolares.

APÊNDICE F – Relação de fontes referentes ao *corpus* documental da pesquisa

(continuação)

Tipo de fonte documental	Ano	Instituição/Arquivo de guarda da fonte	Descritivo	Observações
Caderno de aluno	1960 – 1961 1964 – 1966 1968 - 1969	Arquivo Pessoal: Maria de Fátima Melotti, Maria de Lourdes Milli, Dimas Filipini, Maria Alice Galon.	1º ano – Classe A – Atividades de 06/08/1960 até 31/08/1960 1º ano – Classe A – Atividades de 09/08/1960 até 24/10/1960 1º ano – Classe A – 1966 2º ano 1968 2º ano (dever de casa 1969) 2º ano - 1969 4º ano – Atividades de 07/04/1964 até 12/05/1964 4º ano – 1961 (este caderno consta nas análises, porém não foram usados fragmentos de suas atividades)	Representações de professores e alunos acerca do ensino da leitura, escolha de livros, práticas escolares.
Cartilhas, pré-livros e livros destinados ao aluno	1940 – 1954 1959 – 1961 1965 - 1967 [19--]	Arquivo pessoal: Lídia Torezani Bosi, Neusa Balbina de Sousa, da pesquisadora. Biblioteca FEUSP	OLIVEIRA, Mariano de. Cartilha Ensino Rápido da Leitura. LORENÇO FILHO, Manuel Bergström. Cartilha do Povo: para ensinar a ler rapidamente. AMOROSO, Cecília Bueno dos Reis. Onde está o patinho? FONSECA, Anita. O Livro de Lili (cartilha). ESPINHEIRA, Ariosto. Infância Brasileira: para a primeira série primária. ABRANCHES, Helena Lopes; SALGADO, Esther Pires. Meus exercícios: 2ª série - linguagem, matemática e conhecimentos gerais.	Representações de autores de Livros Didáticos sobre materiais e métodos de ensino da leitura Representações de diretores, supervisores, de professores, de alunos acerca do ensino da leitura, formação do leitor, escolha de livros, avaliação das turmas, práticas escolares.

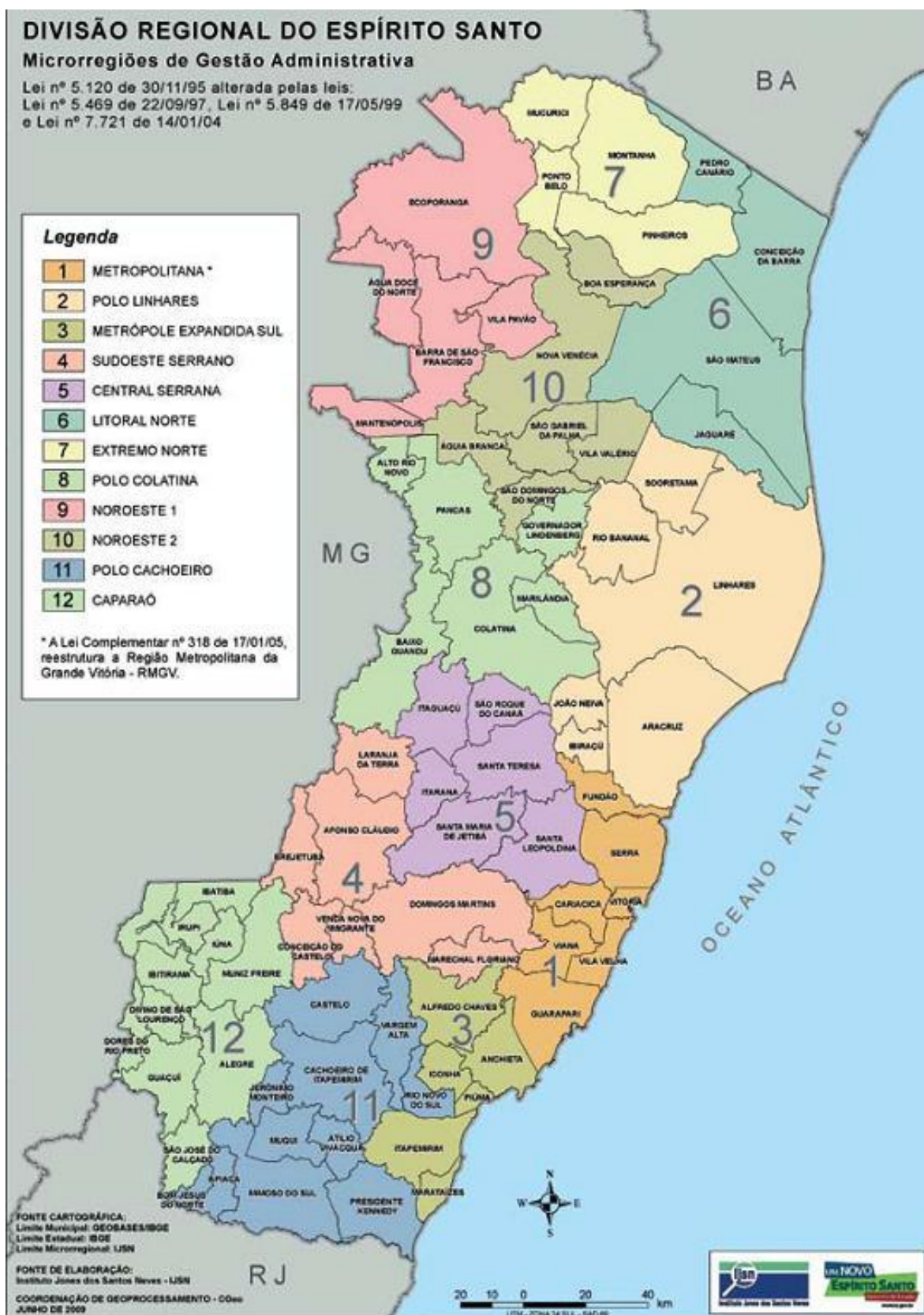
APÊNDICE F – Relação de fontes referentes ao *corpus* documental da pesquisa

(conclusão)

Tipo de fonte documental	Ano	Instituição/Arquivo de guarda da fonte	Descritivo	Observações
			LEITE, Olivia Pinto de Castro. Exercícios de leitura silenciosa e linguagem: primeiro volume. Belo Horizonte: Editora do Brasil em Minas Gerais S/A. 1967.	
Livros destinados ao professor	1954 – 1964 1967 - [196-]	Arquivo pessoal da pesquisadora. Biblioteca Érico Veríssimo – EEEFM “Frederico Pretti”	PEIXOTO, Ilka Rocha; MIRANDA, Helena Guimarães de. O flanelógrafo: confecção e utilização. MENDONÇA, Heloisa de. Mais vida na sala de aula. CASARIN, Suely Giron. Manual do alfabetizador. ABDON, Célia Côrtes Primeiros passos na linguagem. Rio de Janeiro: Conquista, 1954. LOPES, Wanda Rollin Pinheiros A caminho da leitura: preparação da criança para a aprendizagem da leitura. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1964	Representações de autores de Livros Didáticos sobre materiais e métodos de ensino da leitura

ANEXOS

ANEXO A - Divisão regional do estado do Espírito Santo em microrregiões de gestão administrativa



Fonte: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2012.